

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

PRODUTOR AGRÍCOLA FAMILIAR E A CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL:
Tunápolis –SC.

Breno José Loebens

Florianópolis –SC, 2002.

Breno José Loebens

(BU)

PRODUTOR AGRÍCOLA FAMILIAR E A CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL:
Tunápolis - SC



03700408

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina como Requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração:
Transformações do Capitalismo Contemporâneo. Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued.

Florianópolis – SC, 2002

Loebens, Breno José

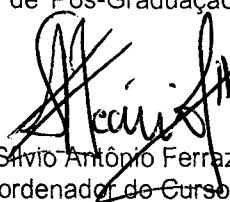
Produtor agrícola familiar e a
centralização do capital: Tunápolis –
SC/Breno José Loebens – Florianópolis:
UFSC, 2002. 167 p.

Dissertação (mestrado). – UFSC.

1. Agricultura familiar. 2. Expropriação e
centralização do capital. I. Título.

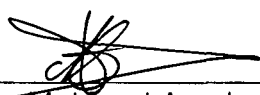
PRODUTOR AGRÍCOLA FAMILIAR E A CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL:
Tunápolis - SC

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, em 03 de dezembro de 2002.




Prof. Dr. Sívio Antônio Ferraz Cário
Coordenador de Curso

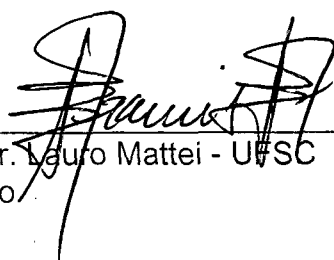
Examinadores:



Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued - UFSC
Presidente



Prof. Dr. Nildo Ouriques - UFSC
Membro



Prof. Dr. Leuro Mattei - UFSC
Membro

Aprovada em: 03.12.2002.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas e entidades como: O Programa de Pós-graduação do Curso de Economia; Os colegas e professores do curso, principalmente o professor Idaleto Malvezzi Aued, meu orientador, pelo incansável acompanhamento; Os agricultores familiares de Tunápolis, especialmente aqueles que contribuíram diretamente respondendo os questionários e pelos depoimentos valiosos que registrei, muitos deles feitos na língua Alemã, devido as suas dificuldades em lidar com a língua Portuguesa. Certamente seus depoimentos, por esta particularidade, significaram também algum tipo de sacrifício; A Prefeitura Municipal de Tunápolis que por intermédio do Engenheiro Agrônomo Pedro Baumgratz, que viabilizou o acesso aos dados disponíveis sobre a situação da agricultura e pecuária no Município.

Aos familiares e amigos que me incentivaram nas horas de desânimo, aos filhos que de certa forma sentiram a falta de atenção por muitas vezes mas que futuramente vão entender.

Também às pessoas que não entendiam o meu esforço, na luta por uma sociedade diferente, socialista, mais justa.

Em fim, a todos que de uma ou de outra forma participaram mesmo quando inconscientemente de minhas inquietações e não foram aqui citadas.

Muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – DA PRODUÇÃO À DEGENERAÇÃO DO CAPITALISMO: ELEMENTOS DE ESTUDO	19
1.1 Da Produção Capitalista	20
1.2 Da Reprodução Capitalista	39
1.3 Da Negação Capitalista	44
CAPÍTULO II –AGRICULTURA FAMILIAR: TEORIA E IMPASSE	53
CAPÍTULO III –TUNÁPOLIS: AGRICULTURA FAMILIAR EM QUESTÃO	65
3.1 História	65
3.2 Situação Geográfica.....	78
3.3 Organização Social	83
3.4 Produção.....	98
3.5 Evolução Sócio Econômica.....	105
CAPÍTULO IV – SUBORDINAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES DE TUNÁPOLIS AO CAPITAL GLOBAL	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
BIBLIOGRAFIA	160

LISTA DE TABELAS

1. Distâncias entre o município de Tunápolis – SC e as principais cidades da Região Sul do Brasil 82
2. Depósitos e silos para armazenar a produção de grãos e forragens, respectivamente, no município de Tunápolis 88
3. Situação dos estabelecimentos e dos produtores agrícolas de Tunápolis em 1996 e estimativa em 2000 109
4. Propriedades agrícolas familiares vendidas para não-agricultores ou agricultores capitalizados nas décadas de 1970, 1980 e 1990 no município de Tunápolis 124
5. População residente no município de Tunápolis, taxa de crescimento nas décadas de 1970, 1980, e 1990 até ano 2000 125
6. Alguns exemplos da centralização do capital agroindustrial pelas fusões e aquisições, principalmente, nos setores de suínos, aves e leite 128
7. Produção agropecuária no município de Tunápolis, que compõem a renda, 18 estabelecimentos pesquisados, em 2001 131
8. Produção e renda dos principais produtos agrícolas e mel, das 18 unidades pesquisadas, 2000/2001 133
9. Produção e comercialização do leite das propriedades pesquisadas, no período 2000/2001. Pessoas ocupadas (por propriedade), receita média mensal e receita líquida anual, por estabelecimento 135
10. Efetivo do rebanho e aves de Tunápolis - SC, vacas ordenhadas, produção de leite, produção de frangos, (média anual), no período de 1980-2001... 136
11. Produção agrícola, área em hectares (ha), tonelada (t) colhida em Tunápolis, principais produtos comercializados 136
12. Relação e variação do PIB, renda per capita, carga tributária e dívida pública PIB%, reservas cambiais US\$, o caso brasileiro 147

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DESER – Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A

FUNDAF - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste Brasileiro

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PFL – Partido da Frente Liberal

PMT – Prefeitura Municipal de Tunápolis

SMAT – Secretaria Municipal da Agricultura de Tunápolis

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE MAPAS

1 – Mapa do Brasil.....	78
2 – Mapa de Santa Catarina.....	79
3 – Mapa de Tunápolis.....	80

RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica e empírica sobre a situação da agricultura familiar que está passando pelo problema de exclusão, ou seja, a sua expropriação, resultado da centralização do capital no modo de produção capitalista. Para tal, para fundamentar esse estudo, tomou-se as conclusões de Karl Marx, “O Capital: A Crítica da Economia Política”, que servem de base de sustentação teórica; o autor mostra que o sistema capitalista produz mais-valia pela produção de mercadorias; pelo mesmo processo se reproduz e, conseqüentemente, pela efetiva centralização do capital produz sua negação. Foram utilizados também trabalhos de diferentes autores que apresentam suas versões e suas teorias sobre a agricultura familiar, cada um com sua maneira de enxergar a realidade. Com o objetivo de obter maiores informações para o estudo de caso, foi pesquisado o modelo de agricultura familiar do município de Tunápolis –SC, desde a sua colonização até o momento atual, analisando as transformações da agricultura e agroindústria, que com o projeto de modernização está eliminando grande quantidade dos pequenos camponeses do seu meio. Por último, são comparados os dados das pesquisas de campo com dados do IBGE, de revistas e de jornais, referentes à situação da agricultura familiar, relacionando-os com o que foi apresentado pelos diferentes autores, com a finalidade de contribuir no debate sobre o êxodo rural.

ABSTRACT

This thesis presents results of a bibliographical and empirical research about the family agriculture situation that is suffering from the exclusion problem, that means, the expropriation resultant from the centralization of capital in the capitalist production. The analysis was based on Karl Marx work, "The Capital: The Critique of Political Economy". The author states that the capitalist system produces more-value through the production of goods, in the same process it reproduces and, consequently, through the effective centralization of capital that produces its denial. Other different authors are studied, including their ideas and points of view about family agriculture. Aiming to get some more information for the case study, the family agriculture model of the municipal district of Tunápolis – SC was searched. It was analyzed since its colonization up to the current moment, observing the transformations in agriculture and agribusiness that is eliminating a great amount of the small farmers with the modernization project. Finally, research data are compared with the data of IBGE, magazines and newspaper, regarding to the situation of the family agriculture, relating with what was presented by the different authors, in an attempt to enrich the discussion on rural exodus.

INTRODUÇÃO

Perante as dificuldades que vêm enfrentando os produtores familiares na agricultura, considerando o acelerado êxodo rural, que gera concentração populacional nos grandes centros urbanos, produzindo favelas e problemas das mais variadas espécies, problemas que são consequência da concentração de renda em benefício de poucos, e de forma mais avançada, a centralização do capital. A partir dessas constatações, fundamentado na teoria marxista, está sendo conduzida a análise da situação do setor, para identificar as causas que podem levar tantos pequenos produtores familiares à degeneração.

No entanto, esta realidade que assistimos, a expropriação de um lado, a centralização da renda, do outro lado, não é um fenômeno deflagrado somente agora, conforme Locatelli, que apresenta os dados abaixo. É um problema que vem se desenvolvendo há muito tempo e está se agravando cada vez mais.

Os dados disponíveis sobre os rendimentos das famílias para o ano de 1980 mostram, com muita clareza, o fenômeno da disparidade de renda no Brasil. Nesse ano, o grupo que abrange os 10% das famílias mais ricas absorveu 45,2% do total dos rendimentos familiares, enquanto o grupo mais pobre, representado por 50% das famílias brasileiras, recebeu somente 13,3%, valor correspondente ao rendimento auferido por apenas 1% das famílias mais ricas do país (Locatelli, 1988, p. 109).

Dados divulgados mais recentemente pelo IBGE e publicados no jornal, Gazeta Mercantil, mostram que, apesar do aumento da renda no Brasil, a distância salarial aumentou entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres na década de 1990, é o que aparece nas seguintes descrições:

A renda aumentou no Brasil, na década de 90, mas, junto com ela cresceu a distância salarial entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Em 1992, a diferença entre o pico e a base da pirâmide nacional de rendimento era de cerca de treze salários mínimos. Em 1999, chegou a aproximadamente dezessete. (...).

A renda média familiar per capita dos 10% mais ricos passou de 7,7 salários mínimos em 1992 para 11 salários mínimos em 1999. A dos 40% mais pobres mal se alterou: de 0,4 para 0,5 salários mínimos. (Gazeta Mercantil, 5 de abr, 2001. p. A-10).

E podemos acompanhar outros dados referentes a concentração da renda no Brasil nos passar dos anos e a perda de poder de compra do salário mínimo. São informações que vem sendo apresentados pelo jornal, Folha de São Paulo, Kageyama e Hoffmann, Documento da CNBB.

O salário mínimo perdeu poder de compra e a concentração de renda do trabalho permaneceu elevada. (...). O poder de compra do salário mínimo desabou. Ao longo da década, ele perdeu 34,52% do que valia em 1989. (Folha de São Paulo, 3 de abr, 2002. P. B 12).

O Brasil é um País com uma das mais desiguais distribuições de renda do mundo: segundo o relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de 1999, o PIB per capita dos 20% mais ricos (US\$ 18.563,00) em 1994 equivalia a 32 vezes o dos 20% mais pobres (US\$ 578,00); 28,7% da população ganhava menos de US\$ 1,00 por dia e o índice de Gini, de (0,59) era maior que a média latino-americana (0,58) e um dos mais elevados do mundo. (Kageyama e Hoffmann, 2000. p. 148).

“BRASIL CAMPEÃO em concentração de renda e exclusão social”. A distribuição de renda é uma das mais perversas do planeta. Nosso grande mal é a concentração de tudo: riquezas, terras, população, poder etc. Enquanto uns esbanjam no consumismo, estima-se que 11 milhões de brasileiros passem fome todos os dias. O número de indigentes, que vivem com menos de R\$ 80,00 por mês, chegam a 50 milhões, 29% da população. Temos hoje uma elite brasileira de 1% da população. São em torno de 400 mil famílias que detêm 53% da riqueza nacional, enquanto isso, 40 milhões de famílias ficam apenas com 17%. É este 1% de ricos que sempre aumentou sua renda nos últimos 50 anos, às custas da maioria do povo. (Documento da CNBB, 2002).

Enquanto isso o agricultor familiar está sendo domesticado para aceitar o progresso tecnológico da agroindústria, que introduz regularmente suas novas formas de relação, entre capital e trabalho, elevando a produtividade do trabalho via introdução da integração, sem que, no entanto, a classe proletária seja informada de que, para isso, mais pessoas e famílias inteiras sejam desmanteladas e forçadas à abandonar a atividade agrícola e as suas propriedades.

Parece que sugerir ao pequeno produtor que apóie o desenvolvimento da grande empresa é defraudá-lo com ilusões ou favorecer a continuidade da exploração do mesmo. A organização do pequeno deveria ser de tipo político-reivindicativo, mas jamais de tipo econômico. (Lauschner, 1995. p. 13).

A grande empresa capitalista, estruturada sobre o trabalho alheio e apoiada pela sua força econômica, incorpora e subordina o pequeno agricultor, domina e controla a produção, desde a propriedade agropecuária até o produto final. E, quanto mais forte e maior for a centralização do capital industrial, maior será o domínio sobre o trabalhador agrícola.

O mecanismo fundamental de transferência dos excedentes do setor agrícola para o capital industrial e comercial se dá através de esquemas de controle da produção agrícola pelas empresas industriais e de comercialização. (Sorj, 1986. p. 46)

Isto colocado, nos capítulos I e IV, aparecem as constatações de Sorj, quando ele se refere ao controle exercido sobre a produção agrícola familiar pelo capital agroindustrial, no modo de produção capitalista, que tem a agroindústria como regulador da sociedade rural. Essa é a continuada e agressiva centralização do capital, uma vez que se realiza apoiada pela força das leis capitalistas, isto é, o domínio do capital sobre o trabalho, conforme podemos observar a partir da teoria marxista, de maneira mais clara no capítulo I.

As pesquisas e análises da agroindústria em relação aos produtores rurais mostram as grandes mudanças provocadas na produtividade dos mesmos; a segurança de mercado de seus produtos; a dependência dos mesmos em condições de concorrência imperfeita (na qual a agroindústria aparece como um monopólio frente aos agricultores e, conseqüentemente: a) os transforma, até certo ponto, em seus simples empregados, sem os encargos sociais; b) transfere para si os resultados do aumento de produtividade dos mesmos); (Lauschner, 1995. p. 58).

Partindo desta situação, dos problemas identificados na agricultura familiar, - como o endividamento dos pequenos agricultores, a migração dos jovens agricultores para às cidades, o êxodo rural de famílias inteiras, a total expropriação dos agricultores familiares -, tenta-se encontrar respostas a serem encaminhadas. Enquanto a maioria dos autores justifica o problema a partir da forma, da aparência, tentam demonstrar a problemática que se defrontam, os agricultores familiares, como simples conseqüência da força do mercado, sem sequer perceber a essência, que é o modo de produção capitalista, que com suas leis próprias. Neste caso onde as conclusões são fundamentadas a partir da sociedade burguesa a qual está estruturada sobre o

trabalho alheio, ou seja, o capitalista se apropria gratuitamente do trabalho que não lhe pertence.

Essas conclusões são apresentadas a partir de resultados das pesquisas de campo e bibliográficas. As referidas pesquisas foram realizadas com o objetivo de alcançar respostas às perguntas que estão colocadas: porque tantas famílias da agricultura familiar estão deixando o campo a cada ano que se passa, qual a causa da expropriação da grande quantidade de propriedades familiares?

O que se pretende mostrar, com base na teoria marxista, que o produtor familiar, na agricultura, está sendo expropriado por causa da centralização do capital no modo de produção capitalista, em que o capitalista se apropria da mais-valia gerada pelo processo produtivo.

O capítulo I está baseado em a Crítica da Economia Política, de “O Capital”, que é a fundamentação teórica do trabalho, em que é analisado a sustentação do modo de produção capitalista. Este capítulo está dividido em três partes: 1) a produção da mais-valia pela produção de mercadorias, que é a base da produção capitalista, é a produção da valorização do capital; 2) a reprodução do modo de produção capitalista pela produção da mais-valia, 3) a conseqüente produção da negação do modo de produção capitalista pela sua reprodução como sistema capitalista.

Pela produção de mercadorias o modo de produção capitalista produz valor excedente ao valor antecipado pelo capitalista para por em funcionamento o processo produtivo, que é parte do novo valor produzido e apropriado pela classe capitalista. É o trabalho não pago; é a base que sustenta o sistema capitalista.

Pela produção da mais-valia se realiza a reprodução do sistema capitalista. É a reprodução do capital ampliado. Mas esse mesmo sistema que produz mercadorias, conseqüentemente, valor excedente. Produz sua negação pela centralização do capital, onde, de um lado produz menos capitalistas com maior volume de capital, do lado oposto, mais trabalhadores desapropriados de capital, ou seja, sem nenhum capital.

No capítulo II são apresentados diversos trabalhos de diferentes autores que apresentam suas versões e opiniões referentes à agricultura familiar. Esses autores expõe às diversas conclusões que cada um obteve, a partir das suas análise sobre o assunto. Apresentam seus pontos de vista, suas idéias em relação aos problemas dos pequenos camponeses, indicam alguns caminhos para a superação das dificuldades a serem superadas.

Para oferecer mais subsídios referentes à agricultura familiar, na sua definição com as várias tendências de diferentes autores que analisam variadas regiões e que aqui vão apresentadas, especificamente, no capítulo II, e que possam contribuir de forma mais prática neste trabalho.

Temos autores que trabalham o assunto como, Lamarche, Kautsky, Wilkinson, Abramovay, Ribeiro, Brandenburg, Gonçalves, que podem ser apresentados para o momento para se ter uma idéia do que vem a ser a agricultura familiar na visão de cada um.

O capítulo III inicia com a apresentação do histórico e a evolução sócio econômica do município de Tunápolis – SC, desde a colonização, com suas diversas fases de desenvolvimento, suas particularidades, até a crise que se implantou, resultado da expropriação de muitos agricultores familiares, principalmente da produção de aves e suínos.

O terceiro capítulo está dividido em cinco partes: 1) o histórico da colonização, com os principais acontecimentos, da chegada dos primeiros homens brancos que se instalaram naquela região; 2) a forma geográfica do Município, como a sua localização no Extremo Oeste de Santa Catarina, como indicado nos mapas; o relevo, a hidrografia, o tipo de solo; 3) a organização social da população, a forma como os moradores se relacionam nas comunidades; 4) a produção econômica, os tipos de produtos, principalmente agropecuários, que são a base da economia de Tunápolis; 5) finalmente, a evolução sócio econômica de Tunápolis, a transformação da economia, o aparecimento dos problemas sociais que seriam enfrentados pelos moradores, gerados pelas mudanças inseridas, principalmente, com a implantação do sistema integrado: agricultura familiar e capital agroindustrial.

Quanto à formação do município de Tunápolis, desde a colonização até o momento atual, podemos dividi-la em várias fases que marcaram a história do Município no decorrer da evolução e transformação.

Havia a fase da colonização, que se estendeu nas décadas de 1950 e 1960, pela prática da agricultura diversificada, preferencialmente, de subsistência, em que somente o excedente era comercializado, possibilitando, ao agricultor, de posse de dinheiro, adquirir os produtos de primeira necessidade, como sal, material escolar, calçados e roupas, ferramentas de trabalho e materiais de construção.

A fase seguinte, a partir da década de 1970, seria um período em que o comércio fortificava-se, apoiado na valorização da madeira de lei. Com a implantação de modernas madeireiras; no momento seguinte, pelo fortalecimento e pela modernização das agroindústrias, (a modernização e industrialização provocaram transformações e mudanças na agricultura brasileira, Bortoleto, (1996), que haviam sido implantadas já na década de 1960, principalmente, a SAFRITA, no município de Itapiranga, ao qual pertencia Tunápolis até o final da década de 1980.

No Extremo Sul, uma pequena, mas dinâmica economia camponesa, impulsionava celeremente o processo de industrialização, embora o ritmo não pudesse ser maior, em decorrência dos próprios entraves que uma economia de pequena propriedade encontrava num país dominado pela grande propriedade latifundiária. (Gontijo, 1988. p. 86).

No final da década de 1970 e começo da década de 1980, teve início a fase da integração, agroindústria e agricultura familiares, principalmente, nos setores de aves e suínos. As agroindústrias que penetraram na região, além da SAFRITA, que foi adquirida pela SEARA; a SADIA, a PERDIGÃO e a Cooper Central, esta representada pelas, Cooperita e Cooper Santa Lúcia, de Itapiranga e Descanso, respectivamente. Esta fase aqui referida, que é denominada como o ciclo da modernização da agropecuária da região, representa o período onde se agravava o problema com a eliminação da maioria das pequenas propriedades da suinocultura.

Na década de 1980 e com maior intensidade na década de 1990, foram aprofundando-se os problemas dos agricultores familiares de Tunápolis e

região, causados pelas exigências das agroindústrias, que exigiam grandes investimentos para a modernização da produção, que seriam, por conta do agricultor, excluindo grande quantidade de propriedades do setor de suínos e aves, por não estarem em condições financeiras para arcar com os novos investimentos, debilitando, assim, a situação da agricultura familiar no Município e Região.

O capítulo IV é resultado. Nele há constatações gestadas e amparadas a partir de análises reveladas nos três primeiros capítulos, porém, não é a conclusão, é a resposta da hipótese apresentada no projeto, isto é, a expropriação da produção familiar na agricultura pela centralização do capital, no modo de produção capitalista que, através das pesquisas e informações, confirmam-se.

Para isso são apresentadas as informações obtidas pelas pesquisas de campo analisadas paralelamente com as pesquisas bibliográficas, com dados do IBGE, jornais e outras informações oficiais.

Por fim, nas considerações finais, estão relatadas algumas constatações importantes que buscam auxiliar para a compreensão do estudo e para suprir dúvidas que por qualquer motivo surgem. As informações expressam a situação dos agricultores familiares de Tunápolis e da Região do Extremo Oeste Catarinense, que são vítimas da exploração capitalista, um sistema que é produto do seu próprio trabalho.

Amparados em diversos trabalhos de diferentes autores identificados que expressam, as variadas opiniões em relação ao problema; assim, como são importantes as declarações dos agricultores familiares de Tunápolis, com seus depoimentos gravados e outros obtidos pela aplicação de questionários brevemente elaborados nos meses de outubro e novembro de 2001, na oportunidade da visita em seus estabelecimentos, quando eles expressaram seus sentimentos: uns de esperança, outros de desânimo.

CAPÍTULO I

DA PRODUÇÃO À DEGRADAÇÃO DO CAPITALISMO:

ELEMENTOS DE ESTUDO

O conceito básico a ser discutido é o modo de produção capitalista que nasce, cresce, desenvolve-se e morre. Este é o princípio da natureza social, realidade que deve ser levada em consideração na análise do tema em questão. E, para investigar e interpretar o modo de produção capitalista, não só na sua forma, mas principalmente no seu conteúdo, a lei geral que o fundamenta, nada mais apropriado do que estudar “O Capital: Crítica da Economia Política”, de Karl Marx, sua maior obra, entre tantas outras.

É um estudo complexo, mas, ao mesmo tempo instigante, pela sua grandeza, em todos os sentidos, tanto pelo tamanho da obra quanto pelo que representa na humanidade. Não há nada que possa ser comparado em se tratando de investigação para destrinchar o modo de produção capitalista.

No livro 1, volume I, capítulo XI –cooperação – (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 370), coloca que a produção capitalista só pode começar com as condições básicas dadas, tais como: um certo capital em poder de um capitalista particular, com o domínio sobre um número considerável de trabalhadores no mesmo local de trabalho, com processo de trabalho em escala ampliada e com fornecimento de grande quantidade de produtos.

Podemos começar a entender a forma pela qual os homens produzem e reproduzem sua vida, assim como a sociedade capitalista é produto do trabalho dos homens. De um lado, há homens proprietários dos meios de produção e, de outro, homens não-proprietários dos meios de produção; portanto duas classes de indivíduos em situações econômica, social e cultural antagônicas.

Quando Karl Marx estuda o modo de produção capitalista, entende que, pela produção de mercadorias, produz algo maior ao tamanho do capital antecipado com a compra dos meios de produção e da força de trabalho. Dá a isso o nome de mais-valia, mais valor, maior valor produzido pela ação do

trabalhador e apropriado gratuitamente pelo capitalista. Pela apropriação da mais-valia, o capitalista acumula, de forma infinita, mais capital, tornando possível a concentração e a centralização do capital. Por fim, a consequência de tudo isso, conforme Marx, necessariamente, leva à negação da sociedade capitalista, com a aceleração da centralização do capital.

Karl Marx pôde fazer essa análise pelas condições em que encontrou o desenvolvimento do modo de produção capitalista; ou seja, o modo de produção capitalista já estava maduro, as condições já estavam dadas.

Suas formas e características estavam prontas e acabadas; e as formas anteriores de produzir a vida estavam destruídas e superadas historicamente. As novas formas estavam consolidadas. Havia, em funcionamento, uma forma revolucionária de produzir as coisas.

1.1. Da Produção Capitalista

O capitalista não produz mercadorias por produzir, ou pelo seu valor-de-uso. A produção de mercadorias no modo de produção capitalista se realiza com o intuito de obter mais valor por meio da troca na produção.

Para que a mercadoria, força de trabalho, em ação com os meios de produção, se transforme em nova mercadoria, em novo valor-de-uso, numa coisa útil às pessoas, precisa ser adquirido pelo capitalista, proprietário dos meios de produção e meios de subsistência, para atuar sobre os meios de produção, pelo processo produtivo, produzindo, pela ação do trabalho, mais capital do que aquele adiantado pelo capitalista.

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinação a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumento de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se

manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p.205).

O produto é um objeto útil, que nasce da ação do homem sobre os meios de produção. É um valor-de-uso que se manifesta de uma forma qualquer, agora transformado em valor-de-troca; se apresenta como valor-de-uso, mas com valor superior ao valor despendido na aquisição dos meios de produção e força de trabalho. É fruto da ação do trabalho vivo sobre os meios de produção. O produto novo é resultado do processo de trabalho produtivo, consumo de meios de produção e força de trabalho, combinados de forma eficiente para fornecer o máximo de trabalho excedente.

O trabalho extraído é superior àquele necessário, ao trabalho pago. O trabalho pago é valor necessário ao trabalhador para obter os meios de subsistência e se reproduzir como força de trabalho. O trabalho excedente, essa parte que não fica com o trabalhador, é apropriada pelo capitalista sem dar nada em troca.

Um produto pode possuir diferentes utilidades. Um exemplo de alguns produtos muito conhecidos são o leite de vaca, produzido no município de Tunápolis, que é valor-de-uso, como produto de consumo final, serve de alimento humano, é matéria-prima na fabricação de queijos, nata, iogurtes, sobremesas, e tantos outros produtos lácteos que encontramos facilmente nas prateleiras dos supermercados, padarias e mercearias. O milho, que é usado como alimento humano e animal, ao natural e transformado. Quando seco, é moído e transformado em fubá, para fabricação de pães, bolachas, bolos. A quirela de milho é usada como matéria-prima na fabricação de ração animal, para as vacas leiteiras, na alimentação de frangos, suínos, gado de engorda etc.

Pelo processo de produção, transforma-se madeira em móveis, em casas, em caixaria, em celulose, em papel. O papel pode ser considerado produto de consumo final ou matéria-prima para confecção de livros, jornais, cadernos etc.

O processo de produção consome trabalho, mas não é trabalho que o capitalista compra; ele compra força de trabalho para consumir trabalho ao mesmo tempo com os meios de produção. É um processo de consumo produtivo, porque, ao se consumirem meios de produção e trabalho, aparece um novo produto, uma nova mercadoria com valor superior ao consumido anteriormente. O trabalhador é consumidor dos meios de subsistência, que lhe garantem a reposição das energias consumidas no trabalho, para que possa estar em condições normais na jornada de trabalho seguinte.

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seus meios, consome-os, é um processo de consumo. Trata-se de consumo produtivo que se distingue do consumo individual: este gasta os produtos como meios de vida do indivíduo, enquanto aquele os consome como meios através dos quais funciona a força de trabalho posta em ação pelo indivíduo. O produto do consumo individual é, portanto, o próprio consumidor, e o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 208).

O processo de trabalho produtivo cria valores-de-uso; porém, no momento do confronto entre mercadoria e consumidor, apresenta-se apenas a forma do produto. Não aparecem neles especificados o conteúdo e o sistema produtivo, se a produção foi individual ou coletiva, com máquinas rústicas ou máquinas modernas.

O processo capitalista, ao produzir mercadorias, tem suas individualidades muito particulares, apresenta suas características exclusivas. O trabalhador está sob seu domínio, sob domínio dos meios de produção. A força de trabalho foi paga por tempo determinado, é propriedade do capitalista, portanto está tudo dentro da legalidade. Ela é uma mercadoria como outra qualquer, que passa pelo processo de compra e venda. Se o capitalista a compra, tem o direito de usufruir dela de forma apropriada.

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 209).

O trabalhador, ao vender sua força de trabalho ao capitalista, que é proprietário do capital, é o produtor direto e imediato das mercadorias; mas o trabalhador não se apropria da totalidade do produto de seu trabalho, porque

parte do valor da produção é apropriado pelo capitalista, em forma de mais-valia. Pelas regras burguesas, é direito de propriedade capitalista, sendo ele possuidor dos meios de produção e também da força de trabalho que comprou e pagou, pode utilizar da melhor forma em seu benefício, pois a ele pertence o valor-de-uso que comprou e pagou, como se compra qualquer outra mercadoria. Dessa forma pode extrair mais valor daquilo que a ele pertence. E Marx reafirma isso na seguinte citação.

Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 210).

Nada mais legítimo para o capitalista, o uso da propriedade privada em seu benefício; o usufruto do que é seu e lhe possibilita acumular capital. É direito de propriedade que só a ele pertence. O capitalista comprou os meios de produção e a força de trabalho, pagou o valor segundo as leis capitalistas, está estabelecido segundo suas regras, se vangloria da sua propriedade privada; por isso, tem o direito de consumir as mercadorias, que comprou e pagou pelo processo produtivo ou consumindo como produto final.

Com o processo produtivo em ação, consome as mercadorias que comprou, meios de produção e força de trabalho. É a maneira que tem para aumentar seu capital, gerar maior valor. Esse é um processo que se realiza de forma natural, é um processo de ação entre as mercadorias que o capitalista comprou, a ação do trabalho sobre os meios de produção.

(...), a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado, enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e outro de comprador, sendo ambos juridicamente iguais. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 187).

Para que o processo não se interrompa, para que o circuito se renova constantemente, a força de trabalho deve ser renovada. Com a venda da força de trabalho, o assalariado cria as condições de comprar os meios de

subsistência, que viabilizam a reposição das energias e garantem a renovação da própria classe assalariada.

Segunda condição essencial para o possuidor do dinheiro encontrar no mercado força de trabalho como mercadoria: o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne seu trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho que só existe nele mesmo. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 188).

Novamente, Marx reforça a tese da necessidade da disponibilidade de trabalhadores expropriados dos meios de produção, dos meios de subsistência, dos homens livres, independentes, para vender sua força de trabalho ao capitalista, para se reproduzir como força de trabalho de forma continuada. A sua existência, de indivíduos como não-proprietários dos meios de produção, como apenas proprietários de uma única mercadoria – a força de trabalho – depende da vontade do capitalista, da necessidade que ele tem de consumir trabalho vivo para se reproduzir como capitalista.

Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalho livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta mercadoria para vender. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 189).

A divisão do trabalho, a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, criando homens livres e independentes, a reprodução da sociedade capitalista, não são um processo de evolução natural da sociedade, mas sim um processo da ação dos homens sobre a natureza, a transformação da natureza para produzir capital por meio da ação direta dos trabalhadores sobre as coisas. E a função do capitalista é agir de forma indireta sobre o trabalho, enquanto que o trabalhador assalariado tem a função do trabalho direto sobre as coisas a serem transformadas.

O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e, por conseqüência, a sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela incorporado. Não é mais do que a aptidão do indivíduo vivo. (...). Para manter-se precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, necessários à manutenção de seu possuidor. A força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através da sua ação, o trabalho, depende-se determinada quantidade de

músculos, de nervos, de cérebro etc. que se tem de renovar. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 191).

A força de trabalho se expressa aparentemente como trabalho, como força que atua sobre os meios de produção. A força de trabalho existe no seu conteúdo, de forma abstrata, no interior da massa humana, pela capacidade que o homem tem para transformar as coisas. Esta propriedade do humano se reproduz e se conserva constantemente pelo consumo dos meios de subsistência e aparece de forma concreta pelo trabalho vivo que os homens executam.

A vida do trabalhador se tornou a vida da força de trabalho. O trabalhador já não tem mais o livre arbítrio, ele agora está preso ao capital. O trabalhador depende da evolução e da produção da máquina, bem como da valorização do capital para esperar que a sua força de trabalho seja necessária ao processo produtivo, a qual é comprada pelo capitalista. Dessa forma, o capitalista tem o domínio sobre o trabalhador. O trabalhador, por ser de sua propriedade, está sob seu comando, e, no processo capitalista, é uma exigência o trabalhador estar submetido à máquina, para que o trabalho seja executado de forma eficiente no processo produtivo.

Pelo dinheiro, os homens se “coisificam” e as coisas se humanizam, em função das relações do modo de produção capitalista, por serem os homens subordinados ao capital, dependentes da intensidade da velocidade da máquina e submetidos ao processo produtivo, e também por as coisas não serem produzidas com o objetivo de satisfazer as necessidades dos homens, mas por serem a forma de valorização do capital.

O objetivo da produção das coisas, que servem para satisfazer as diferentes necessidades humanas, não é o fim último, e nem são as coisas úteis aos homens que interessam aos capitalistas. A mercadoria é produzida com a finalidade específica do capital, porque contém, nela arraigada, a mais-valia.

O trabalhador se torna o alienante do capital quando pensa que trabalha e produz para melhor estruturar sua vida. Não consegue perceber que

vende sua força e capacidade de trabalhar. Assim, trabalha para produzir um valor excedente apropriada pela classe capitalista.

A produção na sociedade capitalista está na relação entre o produtor direto e a apropriação por parte do não-produtor direto. Quem é dono da propriedade privada não trabalha, no entanto se apropria da produção alheia, da produção do trabalho excedente. E quem não é proprietário do capital, mas apenas possuidor da força de trabalho como mercadoria, produz mais valor pelo trabalho que não lhe é pago; é o produtor direto da mercadoria, o trabalhador.

Nesta sociedade, pelo desenvolvimento das novas tecnologias, a produtividade aumentou de forma generalizada, produz mais e melhor em menos tempo e com menos trabalhadores. Produz mais alimentos, casas, carros, outros meios de transporte, energia elétrica, meios de comunicação, vestuário, além de todos os meios de produção, máquinas, prédios, educação, ferramentas etc.

O que importa não é o que se faz, mas como e com que meios se realiza. É a transformação da natureza, atuando por meio de instrumentos de trabalho, produzindo mais valor ao incorporar novo trabalho vivo ao produto; é a extração do máximo de trabalho em menor tempo, com o mínimo de capital antecipado.

Quando o homem trabalha, ele consome suas energias, comparativamente à energia elétrica consumida pelos motores da fábrica. É um processo de consumo semelhante a qualquer outro, é a energia necessária e consumida. Essa energia humana precisa ser recuperada de alguma forma. A força de trabalho é revitalizada pelo consumo de alimentos, assim como a energia de um motor é produzida pelo combustível, que faz movimentar a máquina. O processo produtivo consome dois tipos de energia, o da máquina e o trabalho humano social; isto é, consome os meios de produção e a força de trabalho, e só dessa forma produz um novo produto, que se torna consumo produtivo, trabalho humano em forma de produto.

Esse processo se realiza porque só o trabalho é fonte de valor, porém não é valor. Isso quer dizer que o trabalho aparece na forma de valor, mas seu conteúdo não. A força de trabalho, como qualquer outra mercadoria, de propriedade do trabalhador, é valor no seu conteúdo; porém não aparece nessa forma. O valor como substância é o trabalho humano abstrato; todavia, como medida, é o tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias.

A natureza da força de trabalho não muda. Mesmo quando o trabalhador produz mais-valia para o capitalista, não produz diretamente para si, porque o trabalhador vende força de trabalho, mas o que é consumido no processo produtivo não é força de trabalho, é simplesmente trabalho, é a capacidade que tem o trabalhador, quando consome energias físicas e mentais, de realizar ação sobre objetos.

A força de trabalho a ser contratada, a ser comprada pelo capitalista, depende do volume do capital que o capitalista tem em seu poder em forma de meios de produção, do nível tecnológico da sua atividade a ser desenvolvida e da expectativa que o capitalista tem em extrair trabalho excedente no processo produtivo, transformando o capital em novos produtos, em nova forma de capital.

Isso indica que os capitais, meios de produção e meios de subsistência, são limitados, e que, portanto, o capitalista depende da magnitude de capital que está em sua propriedade, da grandeza individual de cada capitalista e do capital global, isto é, do nível de capital geral e acumulado.

O que ocorre com o capital variável sucede com o constante. As despesas de matérias-primas, para o capitalista que emprega 300 trabalhadores, são trinta vezes maiores do que para cada um de 30 capitalistas que emprega 10 trabalhadores. O valor e a quantidade do instrumento de trabalho utilizado em comum não aumentam na mesma proporção do número de trabalhadores empregados, mas aumentam consideravelmente. A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de cada capitalista é portanto condição material para a cooperação dos assalariados, e a extensão da cooperação ou a escala da produção depende da amplitude dessa concentração. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 379).

A coletividade, a concentração de muitos trabalhadores no mesmo processo produtivo, no mesmo espaço de trabalho, no mesmo local de trabalho, sob um mesmo comando, facilita a cooperação, e a cooperação contribui para a ação e a eficiência do trabalho coletivo e social. É o ponto de partida para a transformação do trabalhador assalariado, é o domínio do ritmo da máquina sobre o homem.

Com a cooperação de muitos assalariados, o domínio do capital torna-se uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, uma condição necessária da produção. O comando do capitalista no campo da produção torna-se então tão necessário quanto o comando de um general no campo de batalha. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 379).

A reunião de grande número de trabalhadores numa mesma fábrica significa a dominação do capital sobre o trabalho, aliena o trabalhador à máquina, favorece a submissão do trabalhador ao ritmo da máquina. O humano é materializado, e a máquina torna-se viva. O homem não domina mais as ferramentas como antes, a ferramenta de trabalho foi superada pela máquina moderna e sofisticada, que, com seu ritmo próprio, faz o homem adaptar-se ao ritmo dela. As coisas foram se “humanizando” fazendo com que os homens fossem se “coisificando”. É o capital assumindo a função da produção e o homem como objeto necessário e indispensável à produção do capital.

À medida que a cooperação amplia sua escala, esse despotismo assume formas peculiares. De início, o capitalista em germe liberta-se do trabalho manual quando seu capital atinge aquela magnitude mínima em que começa a produção capitalista propriamente dita. Com o desenvolvimento, o capitalista se desfaz da função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores isolados e dos grupos de trabalhadores, entregando-a a um tipo especial de assalariados. (...). O trabalho de supervisão torna-se sua função exclusiva. (...). O capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, mas ele tem o comando industrial porque é capitalista. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 381).

O capitalista subordina o trabalhador aos meios de produção e o faz para extrair o máximo de trabalho não-pago, aumentar o excedente com o mínimo de gastos. Só o consegue pela pressão sobre o trabalhador, pela coordenação do processo produtivo, pelo trabalho social em ação. Uma massa de trabalhadores em ação, subordinados a um comando treinado, bem definido, para extrair o máximo de trabalho produtivo e, conseqüentemente, o máximo de trabalho excedente.

Havia um tipo de cooperação no processo de trabalho anterior ao modo de produção capitalista. Nas civilizações antigas, em certos casos específicos, como na agricultura, na época da colheita, de forma esporádica, a cooperação estava presente no trabalho, mas os meios de trabalho utilizados não eram especificamente adaptados ao trabalho coletivo; por isso, o resultado do trabalho não era tão rentável.

O trabalhador era proprietário dos meios de produção, ainda não tinha sido expropriado, e a produção, no sistema anterior, não era apropriada de forma individual como no modo de produção capitalista, em que o trabalhador não é proprietário dos seus meios de produção, e o trabalho coletivo é uma imposição do sistema burguês.

A cooperação capitalista, entretanto, pressupõe, de início, o assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital. Historicamente, desenvolve-se em oposição à economia camponesa e ao exército independente dos ofícios, possuem estes ou não a forma gremial. Nesse confronto, a cooperação capitalista não se manifesta como forma histórica especial de cooperação, mas a cooperação é que se manifesta como forma histórica peculiar do processo de produção capitalista, como forma histórica que o distingue especificamente. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 383).

O modo de produção capitalista é uma forma superior às formas anteriores; pois, enquanto nos sistemas antigos, o trabalhador atuava de forma individual e realizava as diversas funções no processo produtivo, no sistema capitalista, muitos trabalham no mesmo local, no mesmo chão da fábrica. Cada um tem sua função específica. Nesse sistema, dez trabalhadores, operando coletivamente, produzem, em um dia, mais que produziriam de forma isolada, observando que o trabalho coletivo tem maior rendimento.

O custo da instalação para o processo de produção coletivo se torna mais barato, considerando o valor absoluto, mesmo que seu valor relativo seja maior. É mais barato implantar uma instalação para o trabalho social e coletivo de dez trabalhadores do que dez instalações menores para cada trabalhador individual. O mesmo acontece com os meios de produção que têm a função social. Quando são utilizados no processo coletivo, o custo unitário da produção é menor do que o custo de produção no sistema individual.

Meios de produção utilizados em comum cedem porção menor de valor a cada produto isolado, seja porque o valor total que transferem se reparte

simultaneamente por quantidade maior de produtos, seja porque, em comparação com os meios de produção isolados, entram no processo de produção, em virtude de sua eficácia, com valor relativo menor, embora representem valor absoluto maior. (...). A economia dos meios de produção tem de ser considerada sob dois aspectos. Primeiro, barateia as mercadorias, reduzindo desse modo o valor da força de trabalho. Segundo, altera a relação entre mais-valia e capital total adiantado, isto é, a soma de suas partes constantes e variável. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 374).

Então, a expropriação e eliminação de cada vez maior número de proprietários privados dos seus meios de produção, seja na agricultura, (propriedades familiares), ou na indústria, capitalistas eliminando outros capitalistas, estes por aquisições e fusões; na agricultura a eliminação dos proprietários agrícolas da produção familiar, por não terem condições de cumprir as exigências da agroindústria, escassez de capital, isso acontece porque faz parte das leis capitalistas de produção.

Por outro lado, há a necessidade do trabalho cooperado em certas circunstâncias, e, em alguns casos, depende de emprego simultâneo de muitos trabalhadores para realizar tarefas complexas. Exige elevadas concentrações de capitais que possam ser transformados em expressivas quantidades de meios de produção que integrem o trabalho cooperado em grande escala. A ampliação do trabalho cooperado depende historicamente do crescimento em escala maior da acumulação do capital.

A cooperação permite ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa. É o que ocorre com a drenagem, com a construção de diques, com obras de irrigação, canais, estradas, ferrovias etc. Além disso, ela possibilita que a produção, relativamente à sua escala, seja levada a cabo num espaço menor. Essa redução do espaço do trabalho simultaneamente com a ampliação de sua eficácia, com o que se eliminam uma série de custos dispensáveis, torna-se possível com a aglomeração dos trabalhadores, a conjugação de vários processos e a concentração dos meios de produção. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 377).

O trabalho coletivo, em todos os sentidos, tanto na quantidade como na qualidade, tem suas vantagens; é processo superior ao trabalho individual, produz em menos tempo mais trabalho excedente e maior quantidade de produtos úteis ao consumidor, o que auxilia na eficiência da aceleração da acumulação do capital, e que, conseqüentemente, beneficia a acumulação do capital.

O trabalho se separou dos meios de produção e dos meios de subsistência, pela expropriação dos pequenos camponeses e dos pequenos artesãos, fato importante, que foi fundamental ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Foi necessária a destruição das formas antigas, produção individual, pela nova forma de produção: a forma coletiva, em cooperação, uma forma superior de produção, superior às formas anteriores. Esta nova forma produz em menor tempo, quantidades superiores e com maior valor-de-uso, por estarem empregados simultaneamente no mesmo processo produtivo.

Marx apresenta os nove pontos referentes às vantagens alcançadas com o emprego do trabalho coletivo no processo produtivo, especialmente, no sistema capitalista de produção, pela superioridade que tem sobre o trabalhador individual para executar tarefas críticas.

Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valores-de-uso e reduz por isso o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem essa maior produtividade ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho, ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho, ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção, ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico, ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade, ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo, ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. (Marx, 1987. L.1, v. I. p.378).

Conforme salientado anteriormente, a revolução a partir da cooperação pode se dar em qualquer outro sistema de produção, mas é no sistema capitalista que se destaca e se desenvolve. A cooperação nasce pela necessidade que têm os homens para produzir sua existência, para realizar certos tipos de trabalho, porém não é da natureza, não está nos homens. Nasce, contudo, uma força produtiva social, que se contrapõe aos próprios homens pela evolução. No modo de produção capitalista, generaliza-se a cooperação por meio do trabalho social, que gera a sua própria contradição.

O trabalho não só transforma as coisas, como a natureza, mas também estabelece as relações entre os homens pela criação das coisas. Ele cria o vínculo social entre os homens; mas, na sociedade capitalista, o vínculo entre os homens burgueses é a mais-valia, é o trabalho não-pago. O processo das relações entre os homens, o fio invisível que liga os homens é o trabalho como propriedade privada. O trabalho de um homem produz o vínculo entre todos os homens do mundo globalizado.

Pela ação do trabalho humano social e coletivo, os produtores diretos –os assalariados –produzem, por meio da produção de mercadorias, a mais-valia: um valor produzido além do valor pago pela compra da força de trabalho, um valor apropriado pelo capitalista. O capitalista se apropria de uma coisa que não lhe é própria, porque nada deu em troca. O capital é apropriado pelo capitalista, por ser possível extrair algo de nada, pelo simples fato de manipular as regras, por ser proprietário dos meios de produção e de subsistência, assim como do capital em geral.

O trabalho social médio cria o produto que tem forma: a mercadoria com valor-de-troca. É o novo trabalho produtivo, trabalho vivo, incorporado ao produto, o dispêndio da força de trabalho. A transformação de um produto em outro com nova moldura, mas da mesma materialidade, pela ação do trabalho produtivo.

Ademais, em todo processo de produzir valor, o trabalho superior tem de ser reduzido a trabalho social médio, por exemplo, um dia de trabalho superior a x dias de trabalho simples. Evita-se uma operação supérflua e facilita a análise, admitindo-se que o trabalhador empregado pelo capital executa trabalho simples, ao mesmo tempo trabalho social médio. (Marx, 1987. L. 1, v. I. p. 223).

O novo valor materializado no novo produto pode ser medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a criação do novo valor acrescido, absorvido pela matéria-prima e determinado pela quantidade de trabalho médio gasto na produção.

Para medir o valor do trabalho médio na geração de um produto, precisamos calcular a quantidade de trabalho superior e a quantidade do trabalho simples que foi gasto em determinado tempo, para se chegar ao trabalho social médio. Por isso, geralmente acontece que, quanto mais trabalho

superior no processo produtivo, maior será a possibilidade da utilização de modernas tecnológicas. Há a tendência de maior produtividade com grande quantidade de trabalho especializado, o que auxilia efetivamente a competitividade dos produtos no mercado de trocas.

Em uma mercadoria com maior valor agregado pelo trabalho social médio superior à média geral, devido ao novo valor, além do necessário, que está embutido na nova mercadoria, pela maior produtividade, a mais-valia absoluta tende a ser também maior. A diferença do montante gasto na compra dos meios de produção e força de trabalho, e do montante de dinheiro que retorna, com a venda do produto, também deve ser maior.

A valorização e a acumulação do capital começam pelo processo de circulação, mercadoria-dinheiro, passam pelo processo produtivo, pela transformação da mercadoria em novo produto, e chegam novamente ao processo de circulação pela elevação do valor em forma de mercadoria, para retornarem em forma de capital-dinheiro com também maior valor.

No final de todo esse processo, do círculo, isto é, do ciclo completo, o capital-dinheiro volta a ser novamente o que era antes: capital, como capital valorizado, passando pela forma de capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Começa o processo cíclico outra vez, garantindo o novo curso para acumular mais capital, que é a única pretensão da classe capitalista: aumentar, de forma contínua, o capital de sua propriedade. Com significativa soma de capital acumulado, o capitalista empenha-se e usa de todas as suas forças e energias com o objetivo da centralização do capital, utilizando-se de duas ferramentas: as fusões e aquisições.

Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração que depende diretamente da acumulação ou, melhor, se identifica com ela. Primeiro: a concentração crescente dos meios sociais de produção nas mãos de capitalistas individuais, não se alterando as demais circunstâncias, é limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social localizada em cada ramo de produção reparte-se entre muitos capitalistas que se confrontam como produtores de mercadorias, independentes uns dos outros e concorrendo entre si. A acumulação e a concentração que a acompanha estão dispersas em muitos pontos e, além disso, o aumento dos capitais em funcionamento é estorvado pela formação de novos e pela fragmentação de capitais existentes. Por isso, a acumulação aparece, de um lado, através da concentração crescente dos meios

de produção e do comando sobre o trabalho, e, do outro, através da repulsão recíproca de muitos capitais individuais. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 726).

O sistema capitalista de produção é um processo que acumula, concentra e centraliza cada vez mais capital. Depende desta acumulação de capital para se reproduzir como modo capitalista de produção. Pela crescente concentração e centralização dos meios de produção, o capital se apropria das decisões individuais no processo produtivo e os transforma a sua imagem, aumentando o seu poder sobre o trabalho, o domínio da classe capitalista sobre a classe proletária; beneficiando, desse modo, a continuada valorização e acumulação do capital; aumentando a esfera da centralização do capital.

E Marx continua: Essa dispersão do capital social em muitos capitais individuais ou a repulsão entre seus fragmentos é contrariada pela força de atração existente entre eles. Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está portanto limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 727).

O estágio superior do modo de produção capitalista é a centralização de capitais. A centralização é a acumulação dos capitais já existentes nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas individuais.

O desenvolvimento tecnológico é a base fundamental e necessária para potencializar o rendimento do capital. A moderna tecnologia possibilita a extração de mais trabalho com menor número de trabalhadores e em menor espaço de tempo. Exemplo disso é o que observamos diariamente: as novas fábricas contratando cada vez menor número de trabalhadores, com maior investimento em meios de produção, e as fábricas antigas demitindo cada vez mais trabalhadores, conservando o mesmo volume em meios de produção.

As exigências que se manifestam com a evolução tecnológica são cada vez mais excludente, forçam as velhas empresas a demitirem mais trabalhadores, enquanto que, nas novas empresas criadas, as contratações

são sempre em menor número. É a composição orgânica do capital que se altera: maior consumo de capital constante e menor consumo de capital variável.

Quanto mais evoluída a acumulação do capital global, mais desenvolvido está o nível tecnológico da produção, menos trabalhadores são contratados nas novas unidades produtivas e mais trabalhadores são demitidos nas unidades produtivas antigas. A tendência é que quanto mais se acumulam os capitais, mais aumenta a produtividade. Isso significa que a produção aumenta com menos pessoas trabalhando. Aumenta o consumo de capital constante, e diminui o consumo de capital variável; ou seja, cada vez se consome mais capital-dinheiro na compra de meios de produção e menos capital-dinheiro na contratação de força de trabalho.

Quando se inicia o novo processo produtivo, está-se atingindo o ponto final da circulação da mercadoria. Ao fim desse processo, dá-se início à nova fase; mas não interessa ao capitalista interromper a circulação do capital que se realiza na circulação; porém a realização da mais-valia se dá porque é fruto do processo produtivo. Na fase da circulação a mais-valia se concretiza, todavia não se cria novo valor na circulação.

Por isso, o capitalista não consome capital na produção de forma aleatória e não produz por produzir, mas sim porque é a única forma social de produção e valorização do capital; é a forma de produzir mais-valia, de aumentar o capital social e de se apropriar individualmente do capital gerado coletivamente.

É a fase em que transmuta a forma do produto pelo trabalho na indústria, em novos produtos com valor acrescido, e materializa o valor pela metamorfose da circulação – compra e venda – na expressão do mais valor, o sobrevalor da mercadoria comercializada, que aparece na forma do capital-dinheiro.

D-M representa a conversão de um montante de dinheiro numa soma de mercadorias; para o comprador é transformação de dinheiro em mercadoria, e, para o vendedor, de mercadoria em dinheiro. O que faz com que essa ocorrência da circulação geral das mercadorias seja, ao mesmo tempo, uma etapa funcionalmente determinada do ciclo próprio de um capital individual não é a forma

da ocorrência mas sua substância material, o caráter específico do uso das mercadorias que trocam de lugar com o dinheiro. Elas se classificam em meios de produção e força de trabalho, em fatores objetivos e fatores pessoais da produção de mercadorias. A especificação desses fatores tem naturalmente de corresponder ao tipo de artigo a produzir. Chamemos de F a força de trabalho e de Mp os meios de produção; desse modo, a soma das mercadorias a comprar se representam por $M=F+Mp$, (...). (Marx, 1987. L. 2, v. III. p. 28).

Com o novo capital-dinheiro, já acrescido de mais-valia, no fim do ciclo produtivo, o capitalista, em poder de capital ampliado, volta novamente ao mercado, compra mais meios de produção e força de trabalho, amplia o processo produtivo. Ampliando a reprodução do processo, entra em curso um novo ciclo de valorização de capital. O processo é renovado de modo contínuo enquanto persistir o modo capitalista de produção. Aparece nesse momento o estágio seguinte a que Marx se refere no modo de produção capitalista.

A razão burguesa é transformar capital em mais capital – mais capital-dinheiro em mais capital produtivo e este em mais capital-mercadoria, o que é possível pelo enigma que está na essência do sistema capitalista: a produção da mais-valia na forma de mercadorias. Quanto mais cresce a mais-valia absoluta e relativa, em maior quantidade se dá a acumulação de capital. É o processo que sustenta o capitalista como possuidor do capital. A natureza particular de realizar a valorização do capital, um valor-de-troca, que na sua forma aparece como valor-de-uso, como valor-mercadoria e com circulação garantida no mercado, que no seu conteúdo é capital valorizado, por estar possuído de mais-valia. A geração desse excedente só pode se dar no processo produtivo pela interrupção da circulação das mercadorias; no entanto o maior valor só se efetiva, só se realiza na circulação, por intermédio das trocas.

O processo cíclico do capital é portanto unidade de circulação e produção, abrange ambas. Em suas fases D-M e M'-D', como ocorrência da circulação, constitui a circulação do capital parte da circulação geral das mercadorias. (...), o ciclo do capital-dinheiro é a forma mais exclusiva, mais contundente e mais característica de manifestar-se o ciclo do capital industrial. O objetivo e o motivo propulsor deste nele saltam aos olhos: expandir o valor, fazer dinheiro e acumular (comprar, para vender mais caro). Sendo a primeira fase D-M, evidencia-se que as partes componentes do capital produtivo procedem do mercado de mercadorias e que o processo de produção capitalista tem por condição a circulação, o comércio. O ciclo do capital-dinheiro, além de ser produção de mercadorias, só se efetiva através da circulação e a pressupõe. (Marx, 1987. L. 2, v. III. p. 60).

Um capital-mercadoria, quando é produzido, já tem como meta atingir a circulação, porque é requisito necessário para completar e expandir o seu valor. Isso vem confirmando que nenhum capital vive isolado do outro. Os capitais aparecem como sendo independentes uns dos outros –capital agrário, industrial, comercial, financeiro –, mas não há como se reproduzirem esses capitais de forma isolada. Nas suas essências, os capitais não são diferentes, são apenas capitais. O capital comercial, na sua forma mais acabada, está atrelado ao capital industrial, e se torna por excelência, a expressão mais pura, na forma recriada, em capital financeiro especulativo.

O capital industrial, na forma de agroindústria, ao se reproduzir como modo de produção capitalista, ora transforma o método antigo em um novo, moldado, com nova roupagem, ora o destrói; porém, no seu conteúdo, produz-se e reproduz-se da forma burguesa, pela acumulação do capital com ritmo mais acelerado.

Marx discorda dos economistas burgueses na definição do capital mercadoria: A mercadoria torna-se capital-mercadoria por ser a forma de existência funcional do valor-capital já acrescido de mais-valia, forma que deriva diretamente do próprio processo de produção. Se a produção de mercadorias fosse empreendida, em toda a amplitude social, segundo o modo capitalista, toda mercadoria seria de nascença elemento de um capital-mercadoria, consistisse ela em ferro fundido ou rendas de Bruxelas, ácido sulfúrico ou cigarros. O problema de saber que espécie de mercadorias, por sua natureza, estão destinadas a desempenhar o papel de capital e quais as que devem ser apenas mercadorias é um dos inefáveis tormentos com que se martiriza a economia escolástica. (Marx, 1987. L. 2, v. III. p. 41).

Conforme Marx, quando o capital se apresenta em forma de mercadoria exerce a função de mercadoria. A mercadoria é produto, um artigo qualquer para ser vendido no comércio, e tem de ser vendido no mercado para realizar a passagem de capital-mercadoria para capital-dinheiro.

Se observarmos os dois estádios D-M e M-D, na prática, como coisas concretas, percebemos que pelo ato compra e venda das mercadorias, meios de produção e força de trabalho, o capitalista antecipa seu capital-dinheiro, compra de mercadorias, máquinas, instalações, ração, pintos; contrata homens para trabalhar; transforma a matéria-prima em carne de frango, que contém mais capital e que se realiza no mercado.

Apesar de que os rendimentos com aplicações financeiras possam ser maiores, onde o lucro do capital financeiro possa superar os lucros com investimentos no processo produtivo, não há ainda uma fórmula de aumentar a riqueza que não seja o processo produtivo. Isso quer dizer que as aplicações no sistema financeiro só podem render juros enquanto houver, em funcionamento, o processo produtivo, porque os rendimentos na forma de juros nada mais são do que parte da mais-valia engendrada pelo processo produtivo, que são distribuídos nas suas várias formas. O sistema financeiro é dependente da indústria e da agricultura. A sua existência depende do processo produtivo, porque, é por ele que se produz riqueza; portanto, o sistema financeiro só pode se apropriar de alguma coisa que existe, só pode acumular capital se o capital for produzido.

No estágio atual do sistema capitalista, parte significativa da mais-valia gerada pelo capital industrial, que é um setor produtivo, está sendo apropriada pelo capital financeiro, em forma de juros, pelos empréstimos diretos que a indústria recebe do sistema financeiro; mas a maior parte do capital que se acumula em poder do sistema financeiro se dá pela dívida pública, por meio da cobrança de tributos via Estado. Esses tributos são transferidos aos bancos em forma de pagamento da dívida pública. Tais tributos são cota-parte da mais-valia, que é produzida no processo produtivo, é uma das formas de apropriação e transferência do valor do trabalho para o capital. Percebemos, então, que o que move o capitalista é a geração da mais-valia pelo processo produtivo. É por esse processo que se cria capital e valor novo, em função da utilização do trabalho humano em ação. É a única forma de produzir valor excedente, valor incorporado no novo produto. O novo valor está embutido no novo produto. Não aparece como valor superior ao despendido anteriormente. O mercado e o comércio são as necessidades da efetivação da mais-valia produzida (venda e compra), isto é, transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro. O ciclo completo é a realização do excedente produzido. A ação de compra e venda que se realiza é fundamental para que o processo não se interrompa.

O modo capitalista de produção é um sistema que se consolida com as condições específicas dadas e que são indispensáveis ao sistema. Entre essas condições, podemos citar as seguintes: a forma de trabalho social e coletivo, trabalho cooperado, a presença de homens capitalistas com certa quantidade de capital, a disponibilidade de trabalhadores livres, expropriados dos meios de produção, a capacidade do capitalista em juntar considerável número de trabalhadores em um mesmo local de trabalho, de uma só vez, e a atuação simultânea destes mesmos trabalhadores no mesmo local de trabalho e no mesmo campo de trabalho.

1.2. Da Reprodução Capitalista

O processo de produção capitalista, além de produzir mercadorias incorporadas de mais-valia, pela sua própria reprodução, cria conflitos no interior do seu processo, indicando que esse modo de produção é uma relação de contradições. A própria reprodução das relações de produção se transforma em lei natural na sua essência ao se reproduzir, enquanto que na sua forma se apresenta como uma normalidade.

Para a classe capitalista a apropriação do excedente produzido é um direito adquirido, um prêmio em troca pelo investimento do capital de sua propriedade no processo produtivo, pois segundo sua concepção, poderia aplicar o seu capital-dinheiro no sistema financeiro, que rende juros, e dispensar o desgaste com a preocupação que tem com a indústria.

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 722).

Se analisarmos, porém, o que tem a nos dizer Karl Marx, percebemos que o capitalista só consome seu capital-dinheiro no processo produtivo, porque é a única forma de produzir mais capital e, portanto, de se reproduzir como capitalista.

Se, de um lado, o sistema capitalista reproduz a classe dos trabalhadores, que se resume em classe dos não-proprietários privados, reproduz também, por outro lado, a classe dos possuidores da propriedade privada, dos meios de produção e dos meios de subsistência. Os não-produtores diretos de capital, são, portanto, a classe que se apropria do capital excedente produzido pela classe proletária.

O trabalhador produtivo é um consumidor de dupla ação. Ele realiza dois tipos de consumo: um de produtos em forma de meios de subsistência (alimentos, vestuário, casa, lazer, educação etc.), que são necessários para repor suas energias, a força de trabalho; o outro está relacionado aos meios de produção no processo produtivo (matéria-prima, energia elétrica, o desgaste das máquinas e da fábrica como um todo), produzindo novos produtos que aparecem nas suas novas formas e com seus novos valores de uso, com valor-de-troca superior ao valor despendido anteriormente.

O trabalhador, como assalariado, reproduz o próprio modo de produção capitalista, que amplia a classe trabalhadora, transformando parte dela em exército industrial de reserva: um numeroso pelotão de desocupados. De forma mais intensa produz a centralização do capital em poder dos capitalistas, criando um distanciamento em escala cada vez maior entre trabalhadores e capitalistas, gerando conflitos mais profundos entre essas duas classe antagônicas.

A classe dos não-proprietários privados se reproduz como consumidor produtivo individual e coletivo, porque consome os meios de produção da forma coletiva, quando consumidor produtivo social no processo produtivo, e consome alimentação, educação, vestuário, lazer, quando consumidor individual para repor suas forças e energias que consumiu no processo produtivo.

A própria forma de produzir mercadorias para gerar mais-valia, é a mesma ação do trabalho que efetivamente produz e reproduz o sistema capitalista. Esses dois processos, de produzir mercadorias e de produzir e reproduzir o modo de produção capitalista, não se realizam de forma isolada, nem distantes entre si, mas sim, de maneira unificada e integrada; ou seja, as duas coisas se realizam pelo mesmo processo produtivo. Se, de um lado, reproduz cada vez menos capitalistas com mais capital, reproduz, do lado oposto, maior número de proletários com menos propriedade privada. É a produtividade em escala crescente: mais capital para menos capitalistas e menos trabalhadores para mais capital.

Com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador. Compele sempre o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver, e capacita sempre o capitalista a comprá-la para enriquecer-se. Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador. É o próprio processo que continuamente lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de padrões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado.

A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 672).

Com a evolução do modo de produção capitalista, o trabalhador, que já se encontra subordinado ao sistema, vai-se tornando ainda mais refém dele, à medida que o capital se acumula, isto é, passa a ser totalmente propriedade do capitalista.

A inversão de valores entre coisa e homem significa que o que sustenta o modo de produção capitalista é a mais-valia e a elevação dela. O supérfluo é eliminado, não tem importância.

Mas todos os métodos para elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são ao mesmo tempo método para elevar a produção da mais-valia ou do produto excedente, que por sua vez é o fator constitutivo da acumulação. São, portanto, ao mesmo tempo métodos para produzir capital com capital ou métodos para acelerar sua acumulação. A conversão contínua da mais-valia em capital se patenteia na magnitude crescente do capital que entra no processo de produção e se torna base da produção em escala ampliada, dos métodos que a acompanha para elevar a força produtiva do trabalho e acelerar a produção de mais-valia. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 726).

Todos os setores da indústria e da agricultura, no modo de produção capitalista, são destinados à produção da mais-valia, em escala cada vez mais elevada pela continuada conversão desse excedente em capital, que estimula a acumulação de capital. Pela produção de mercadorias, produzindo novos valores, o processo de produção capitalista produz e reproduz a separação da força de trabalho dos meios de produção. Produz coisas e através da produção das coisas, produz e reproduz homens capitalistas e homens não-capitalistas. Isso revela o fundamento da reprodução da sociedade capitalista. Só pode se produzir e reproduzir como sociedade capitalista, porque reproduz constantemente os proprietários dos meios de produção e os não-proprietários dos meios de produção. A própria relação do trabalhador com o capitalista é uma relação de capital e trabalho; é processo capitalista de produção que mobiliza os homens pela compra e pela venda da força de trabalho, que obtém o mínimo necessário para comprar os meios de subsistência; mas só por alguns instantes, porque o trabalhador recebe o salário no fim do mês e precisa gastar o dinheiro para pagar as mercadorias em forma de meios de subsistência, geralmente já consumidos.

A reprodução do sistema capitalista só pode se realizar quando há uma certa acumulação de capital, quando ocorre a concentração e centralização do capital em poder dos capitalistas. Para se efetivar esse processo, é necessário que parte do produto excedente, da mais-valia, se transforme em capital, meios de produção e meios de subsistência. São antecedentes necessários para a sua reprodução, para que o próprio sistema

burguês se reproduza e engendre uma classe cada vez mais numerosa de expropriados, o exército industrial de reserva, os trabalhadores expropriados dos meios de produção e dos meios de subsistência. A própria acumulação nada mais é do que a reprodução do capital em escala ampliada.

A reprodução compreende a da classe capitalista e da classe trabalhadora (a conservação delas), por conseguinte também a do caráter capitalista da totalidade do processo de produção. (Marx, 1987. L. 2, v. III. p. 420).

Esse processo de reprodução capitalista, abrange toda a circulação; ou seja, para que a mais-valia gerada no processo produtivo se realize, é necessário que se realize o consumo, tanto produtivo, no novo processo de produção, que se inicia onde termina a circulação, quanto o consumo final dos produtos considerados meios de subsistência, consumo dos trabalhadores.

Quando o capital se valoriza, reproduz-se pelo crescimento da mais-valia produzida na agroindústria, reinvestido em nova unidade industrial, em nova roupagem. Essa nova unidade produzida dá prosseguimento à trajetória da elevação do valor, acumulando mais trabalho não-pago, produzindo força de trabalho e meios de produção, que permitem, no momento seguinte, recomeçar todo o processo.

Essa é a condição que tem o capitalista para aumentar seu valor, para reproduzir-se como classe, pela retomada do processo produtivo, para transformar o capital e parte da mais-valia em capital produtivo, na indústria ou na agropecuária, traduzidos em novos meios de produção e força de trabalho para recomeçar o processo produtivo.

As mercadorias são produzidas com seus diferentes valores-de-uso porque contêm valor-de-troca, que valoriza o capital constante pelo consumo do capital variável, que se faz necessário na composição do capital produtivo total, a forma que cria mais-valia.

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração de trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 722).

Vimos até aqui que a produção e reprodução do sistema capitalista se transforma em lei de acumulação de capital e que nada pode comprometer a reprodução e ampliação do capital, que se realiza em escala ampliada, mas que pelas suas próprias contradições, tende a ser um processo que produz a base material de sua destruição, a sua negação, o que é objeto de estudo da parte seguinte deste capítulo.

1.3. Da Negação Capitalista

O sistema capitalista, por meio da produção de mercadorias, gera mais-valia, reproduz-se como processo de produção capitalista e tem como lei que lhe é própria a sustentação da centralização do capital, conseqüência da acumulação do capital, que se realiza pelas aquisições e fusões entre os capitais e as empresas. Como é um processo que se repete continuamente, gera, de forma ininterrupta, a reprodução da sua própria negação, criando a base material da autodestruição no interior do próprio modo de produção pela evolução do sistema produtivo.

O capitalista só possui um valor perante a história e o direito histórico à existência, enquanto funciona personificando o capital. Sua própria necessidade transitória, nessas condições, está ligada à necessidade transitória do modo capitalista de produção. Mas, ao personificar o capital, o que impele não são os valores-de-uso de sua fruição e sim o valor-de-troca e sua ampliação. Fanático da expansão do valor, compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir, a desenvolver as forças produtivas sociais e a criar as condições materiais de produção, que são os únicos fatores capazes de construir a base real de uma forma social superior, tendo por princípio fundamental o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 688).

Aqui, Marx nos mostra que o capitalista não produz mercadorias com o propósito de criar bens com valor-de-uso, coisas que são úteis à humanidade, nem porque está preocupado com os problemas sócio econômicos. A produção de mercadorias se efetiva com o objetivo de valorizar

o capital que está em seu poder. E só consegue valorizar o seu capital produzindo produtos que podem ser transformados em mercadorias, coisas que são necessárias à vida das pessoas, ou pelas quais as pessoas podem ser influenciadas a sentirem a necessidade destes produtos.

Portanto, o capitalista não emprega trabalhadores com o objetivo de gerar emprego. O capitalista só contrata a força de trabalho com a certeza de que, pelo trabalho humano, aumenta seu capital no processo produtivo.

O capitalista produz para valorizar e aumentar seu capital pelo seu processo de produção, que é também um processo de relações sociais que intervém de forma global. Esse sistema necessita de contínua acumulação de capital, isto é, de uma valorização que depende da constante circulação do capital incorporado de mais-valia. Trata-se da concorrência que se estabelece entre as diferentes formas de capitais, impondo as fusões e aquisições e se apresenta como lei própria inerente ao modo de produção capitalista.

Esse processo exige o desenvolvimento de novas e modernas inovações tecnológicas, como máquinas agrícolas e industriais, entre outros meios de produção que garantem a sua reprodução como capitalistas. Para que isso aconteça, necessitam se apropriar de novos capitais com maior velocidade a cada instante.

Além da acumulação do capital tradicionalmente funcional, necessita da centralização de capitais pelas aquisições e fusões. Conforme Karl Marx, as aquisições e fusões são estágios posteriores do capital acumulado; por isso, as fusões e aquisições dos capitais se realizam quando os capitais já estiverem formados, disponíveis. A centralização do capital já não significa somente a expropriação de trabalhadores pelos capitalistas, representa a expropriação de capitalistas por outros maiores capitalistas. Os capitais maiores e mais fortes vão absorvendo os capitais menores e mais fracos. É o que observamos em Marx a seguir.

Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais

pequenos em poucos capitais grandes. (...). O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 727).

A centralização é uma fase avançada da acumulação e da concentração no modo de produção capitalista; é consequência, segundo a ótica marxista, da concorrência acirrada entre os capitais, criando as condições que permitem as fusões e aquisições dos capitais já formados, acumulados em poder de capitalistas maiores. Por isso, a centralização se realiza quando grandes quantidades de capitais já estão acumulados em poder de capitalistas individuais, por intermédio de agrupamentos de capitais, que podem se efetuar nos setores dos capitais agrícolas, industriais, comerciais e financeiros.

A batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias.(...).Os capitais grandes esmagam os pequenos. (...). Os capitais pequenos lançam-se assim nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou apenas de maneira esporádica ou incompleta. A concorrência acirra-se então na razão direta do número e na inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam. E acaba sempre com a derrota de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais ou soçobram ou se transferem para as mãos do vencedor. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 727).

No decorrer da acumulação, os capitais não têm mais pátria e nem identificação na sua forma; ou seja, não se distingue mais o capital comercial do capital industrial e nem estes com o capital financeiro. Com isso, surge o crédito na forma de auxílio para os pequenos capitais isolados, apresentando-se como benefício, quando na sua essência é o golpe fatal para a pequena produção, para a pequena empresa capitalista, porque o crédito é uma das armas mais eficazes para a centralização do capital.

Para Marx, o verdadeiro significado do crédito está oculto. Não é aquilo que aparece, pois a função real do crédito é auxiliar na acumulação do capital, tornando-se um mecanismo de centralização do capital, pela cobrança de altas taxas de juros e sem garantias para os pequenos produtores agrícolas, em caso de intempestivos climáticos. Mesmo assim, o assunto é de difícil compreensão entre os pequenos produtores; por isso, necessita-se de muita cautela na apresentação, para não confundir ainda mais aos interessados no assunto, já que a maior reclamação dos pequenos produtores agrícolas e pequenos industriais é pela falta de crédito para o investimento e custeio.

Além disso, a produção capitalista faz surgir uma força inteiramente nova, o crédito. Este, de início, insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação e por meio de fios invisíveis leva para as mãos de capitalistas isolados ou associados os meios financeiros dispersos, em proporções maiores, pela sociedade para logo se tornar uma arma nova e terrível na luta da concorrência e transformar-se por fim num imenso mecanismo social de centralização dos capitais. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 728).

A acumulação de capitais se realiza pelo processo produtivo, pela produção de novos produtos, pela criação da mais-valia, produzindo mercadorias. Já a centralização do capital é a forma que toma o sistema burguês pela apropriação, seja pelas aquisições ou fusões dos capitais já existentes, que apenas passam da posse de muitos pequenos capitalistas para posse de pequeno número de capitalistas com grande quantidade de capital. Esse processo é impulsionado pela concorrência entre os diferentes capitalistas, quando geralmente os menores são anexados aos maiores.

Karl Marx apresenta a concorrência e o crédito como principais alavancas da centralização do capital na sociedade capitalista assim:

A concorrência e o crédito, as mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. (...), o progresso da acumulação aumenta a matéria que pode ser centralizada, isto é, os capitais individuais, enquanto a expansão da produção capitalista cria a necessidade social e os meios técnicos dessas gigantescas empresas industriais cuja viabilidade depende de uma prévia centralização do capital. A centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capitalista industrial a ampliar a escala de suas operações. É o mesmo o efeito econômico dessa ampliação, decorra ele da acumulação ou da centralização. E tanto faz que a centralização se realize pela via compulsória da anexação, quando certos capitais se tornam centros de gravitação tão poderosos que quebram a coesão individual de outros capitais, absorvendo seus fragmentos, ou mediante a fusão de capitais já formados ou em formação, obtida por meio de processo mais suave de constituição de sociedades anônimas. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 728).

Portanto, a centralização do capital faz parte da lei do processo capitalista de produzir, entre outras, a sua destruição como sistema capitalista. A auto destruição se realiza pela centralização, que impõe o agressivo processo de expropriação, não apenas explorando e expropriando os proletários do processo produtivo, deixando-os desempregados, mas vai além disso: expropria cada vez maior número de capitalistas da propriedade privada, pela concorrência.

A centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capitalista industrial a ampliar a escala de suas operações. É o mesmo o efeito econômico

dessa ampliação, decorra ele da acumulação ou da centralização. E tanto faz que a centralização se realize pela via compulsória da anexação, quando certos capitais se tornam centros de gravitação tão poderosos que quebram a coesão individual de outros capitais já formados ou em formação, obtida por meio de processo mais suave de constituição de sociedades anônimas. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 728).

O modo de produção capitalista é um processo produtivo que evolui constantemente, passa por movimentos progressivos, avança sobre tudo, produzindo de forma cada vez mais renovada, para em seguida, tendencialmente se auto destruir. Por meio das inovações tecnológicas, transforma a composição técnica do capital, produzindo mais, com máquinas mais sofisticadas, que necessitam de menor número de trabalhadores, que torna a produtividade mais eficaz. O processo não pode interromper o movimento, não pode estagnar na fase da concentração, induzindo, conseqüentemente, as leis do capitalismo, que tem como fim a total centralização do capital sob domínio de reduzidos grupos associados para decidir os rumos do capital.

A centralização entretanto, por meio da organização de sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa dessa ordem. Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante às custas da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p.729).

A centralização dos capitais produz seus efeitos colaterais, transforma as relações entre capital e trabalho, aumenta os gastos em capital constante em detrimento do capital variável; ou seja, pelo desenvolvimento de novas tecnologias, o capital constante consumido aumenta muito mais em relação do capital variável, que faz com que a produtividade aumente. Os gastos que o capitalista despense na aquisição dos meios de produção são crescentes, enquanto os gastos com a compra da força de trabalho é decrescente. Essa relação é a mudança da composição orgânica do capital. Quando o investimento em capital constante for maior em relação ao capital variável, a composição orgânica do capital é crescente.

Conforme Marx, isso causa grande mudança na composição orgânica do capital, que é a relação entre capital constante e o capital variável, quando assim se expressou:

(...), essa acumulação crescente e a própria centralização causam novas mudanças na composição do capital ou nova redução acelerada de sua parte variável em relação à constante. Essa redução relativa da parte variável do capital, acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população. Mas, a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (Marx, 1987. L.1, v. II. p. 731).

Isso nos aponta para uma outra direção em relação ao desemprego, como sendo um problema que é próprio do modo de produção capitalista. O sistema capitalista produz um exército industrial de reserva, uma população supérflua, que é uma necessidade do capitalismo, é uma conseqüência da expropriação de pequenos agricultores e da introdução de novas e modernas máquinas na indústria e agricultura. Este processo é fruto da ação dos trabalhadores, que perderam o domínio sobre o processo produtivo, da velocidade da máquina, mas continua atrelado aos movimentos e à velocidade das máquinas, e assim é obrigado a se comportar. O desemprego é fruto do sistema que produz em função da mais-valia, e não da falta de qualificação profissional do trabalhador.

(...), a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 732).

Portanto, o exército industrial de reserva é fruto das próprias relações de trabalho dos homens, alienados ao movimento da máquina. Isso é próprio do sistema capitalista, em sempre ter a sua disposição muitos trabalhadores supérfluos, fazendo com que, nessas circunstâncias, o proletariado esteja totalmente subordinado aos caprichos do capital.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 733).

O modo de produção capitalista produz as suas próprias contradições, enquanto cria o exército industrial de reserva, a classe dos *sem-*

nada, cria um problema social, implicando o surgimento das prostitutas, traficantes, os moradores de rua, os sem-terra, os sem-teto, as crianças abandonadas, dos marginalizados em geral, além da barbárie que está nos assolando de forma mais forte a cada dia que passa.

A introdução de novas e modernas tecnologias aumenta a produtividade e requer menos trabalhadores empregados no mercado de trabalho. Enquanto que, no passado, cada máquina era operada com vários trabalhadores, agora, várias máquinas modernas podem ser operadas em conjunto por um só trabalhador. Um exemplo simples e que deve estar presente na maioria das pessoas que se criaram na agricultura, é a trilhadeira, como é chamada a máquina para debulhar os produtos agrícolas, que era operada com muitas pessoas ao mesmo tempo, e foi substituída pela ceifadeira: uma máquina sofisticada que demanda de apenas uma pessoa para sua operação perfeita. Uma ceifadeira realiza em um dia, com menos mão-de-obra, o que uma trilhadeira realizaria em uma semana.

Permanecendo o mesmo número dos trabalhadores empregados ou até diminuindo, o capital variável aumenta se o trabalhador individual fornece mais trabalho, aumentando assim seu salário, embora permaneça o mesmo o preço do trabalho, ou até caia, desde que essa queda seja mais lenta que o incremento da quantidade de trabalho. O acréscimo do capital variável é então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores empregados. Cada capitalista tem absoluto interesse de extrair determinada quantidade de trabalho de menor número de trabalhadores, desde que o custo salarial de maior número seja igual ou até menor. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 737).

Se, portanto, em certos casos, o capitalista aumenta o salário, mas pela utilização de meios de trabalho mais sofisticados, o trabalhador individual fornece mais trabalho, que provavelmente, ainda assim, aumenta a mais-valia extraída. Isso acontece quando o capitalista percebe que é vantajoso aumentar o salário e subtrair mais trabalho de menos trabalhadores do que contratar mais trabalhadores com o salário permanecendo invariável. Surge, em conseqüência dessa sociedade velha, agora derrotada, uma nova sociedade com nova forma e novo conteúdo.

Desintegrada a velha sociedade, de alto a baixo, por esse processo de transformação, convertidos os trabalhadores em proletários e suas condições de trabalho em capital, posto o modo capitalista de produção a andar com seus próprios pés, passa a desdobrar-se outra etapa em que prosseguem, sob nova forma, a socialização do trabalho, a conversão do solo e de outros meios de

produção em meios de produção coletivamente empregados, em comum, e, conseqüentemente, a expropriação dos proprietários particulares. O que tem de ser expropriado agora não é mais aquele trabalhador independente e sim o capitalista que explora muitos trabalhadores. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 881).

Como a sociedade burguesa destruiu as velhas relações sociais, as formas anteriores, cria as relações sociais em que os homens se relacionam pelas formas de trabalho pago e não-pago, de modo socialmente empregado. Basta agora, expropriar os capitalistas, os não-produtores diretos, para que o resultado do trabalho que se apresenta de forma social, seja revertido para todos, de forma social.

A expropriação dos últimos capitalistas pode se dar de forma natural, da mesma forma, que ocorre a expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas individuais, e de forma progressiva, a expropriação de muitos capitalistas por outros capitalistas, que dominam o mundo globalizado.

Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas, cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 881).

Esta passagem de Marx nos orienta numa direção que indica que quanto mais rápido for a centralização tanto mais perto estamos no final da propriedade privada e mais nos aproximamos da nova sociedade, em que todos os capitais estão na forma social, a cada um conforme suas necessidades. O modo de produção capitalista, que nasce e se desenvolve, tem nele a mesma lei que é próprio da natureza: acaba, morre. O fim do modo

de produção capitalista é produto dele mesmo, que é ação da lei que é inseparável do modo de produção capitalista como tendência material.

A própria classe de capitalistas que estão sendo expropriados por outros capitalistas, se unirá, numa fase seguinte, à classe proletária, para juntos, os não-proprietários privados, lutarem pela expropriação das propriedades privadas, na sua totalidade, transformando-as em propriedades coletivas, sociais, tanto na agricultura como na indústria. Isso se torna possível porque se desenvolvem, com maior velocidade, as formas cooperativas e coletivas no processo produtivo, a criação dos meios de trabalho que serão usados de forma social, conforme Marx afirmava.

CAPÍTULO II

AGRICULTURA FAMILIAR: TEORIA E IMPASSE

Neste capítulo, serão apresentadas as diversas formas de produção familiar na agricultura, com base nas análises de diferentes autores que observam a agricultura a partir de variadas realidades regionais, das especificidades de cada região, considerando as particularidades dos diferentes autores, começando por Lamarche que com a participação de autores de diferentes países realizaram um trabalho de pesquisa comparando os diferentes modelos.

Distintamente da maioria dos setores de produção, a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que têm em comum associar estreitamente família e produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social no sentido marxista do termo. (...). Toda exploração familiar se define ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo. Sua capacidade de reprodução deve ser analisada conjuntamente nesses dois níveis. O enfoque tipológico, no sentido clássico do termo, constitui, portanto, um elemento de análise essencial da exploração familiar agrícola. (Lamarche, 1997. p. 18).

Não se quer apenas caracterizar o produtor familiar na agricultura pela quantidade de terra, mas sim seguir a caracterização dos diferentes autores e analisar as formas como são apresentadas em cada região.

As regiões de Leme e de Ijuí (nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, respectivamente). A agricultura familiar solidamente implantada nestas duas regiões caracteriza-se por estruturas de produção mais moderna e bem integrada à economia de mercado (produção de algodão, de soja, de café e de frutos cítricos). Além disso, essas duas regiões se distinguem por sua história agrária. (...). A região de Ijuí, no Rio Grande do Sul, é um lugar de colonização bastante peculiar. Com efeito, encontramos ali as diferentes comunidades de colonização (polonesa, italiana e alemã), que conservam ainda hoje essencialmente suas características socioculturais de origem. (Lamarche, 1997. p. 28).

Além de Lamarche, que se refere aos dois projetos de agricultura familiar, Wilkinson com seu trabalho em 1986, tem a sua preocupação com o programa do POLONORDESTE, um projeto que não tem nenhuma ligação ou semelhança com a maioria das análises dos diversos autores.

Com a elaboração do Programa POLONORDESTE, o conceito do “pequeno produtor” no contexto brasileiro adquiriu uma dimensão original. Antes, quer no contexto mais radical do início da década de 60, quer no âmbito dos esforços cuidadosamente delimitados da política do PROTERRA para o Nordeste, que antecedeu o POLONORDESTE, as preocupações com a questão da distribuição de terras em favor do setor minifundiário podem ser essencialmente reduzidas a dois pontos.

A redistribuição de terras era vista ou como uma questão sociopolítica baseada em reivindicações por justiça e democracia (caso do movimento em defesa das Ligas Camponesas), ou como uma medida econômica para acabar com o latifúndio e abrir caminho para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista baseada em empreendimentos agropecuários de tamanho médio (o programa político do Partido Comunista Brasileiro adota esta posição), como fizeram, em um contexto restrito, os técnicos da SUDENE. (Wilkinson, 1986. p. 27).

Nestas declarações Wilkinson adota uma postura diferente em sua análise quando se baseia, especificamente, no Programa POLONORDESTE, projeto político do Governo, na tentativa de reorganizar a agricultura do Nordeste, um conjunto de elementos que não está muito interligado a este objeto de estudo, mas sobre o qual é importante fazer algumas abordagens, por ser um projeto amplo, pelo tamanho das propriedades, em torno de 200 hectares de terra para cada família, sem que resultasse em solução para o problema da agricultura do Nordeste.

Podemos acompanhar, em seguida, como Wilkinson apresenta o conceito de produtor familiar no contexto da agricultura brasileira, adquirindo uma dimensão particular ou diferenciada. Porém, conforme se refere o autor, que se apoia em estudos e pesquisas, apreendemos que, em cada região brasileira, se tem um conceito diferente a partir das especificidades de cada região, do modelo da colonização e do tamanho da renda por unidade familiar.

O critério inicial desenvolvido nos documentos diretivos para caracterizar o setor do pequeno produtor foi o fator quantitativo do tamanho da propriedade. A partir de um máximo inicial de 200 ha, que teria incluído 97% de todas as propriedades do Nordeste, o limite superior geralmente fixado nos últimos documentos é de 50 ha para agricultura e 100 ha para pecuária.

(...) Entretanto, somente nos documentos mais recentes aparece uma definição “sociológica” mais precisa. Esta nova definição compreende dois elementos.

A renda tal como definida acima, na faixa de dois salários mínimos, deve ser entendida como renda total e não simplesmente renda agrícola. E, em segundo lugar, a unidade de produção deve estar baseada “essencialmente no trabalho familiar”. (Wilkinson, 1986. p. 31).

Se observarmos a região do Extremo Oeste Catarinense, identificamos que o município de Tunápolis - SC se destaca como uma

colonização de agricultura familiar pela divisão dos lotes de terra e pela produção essencialmente de trabalho familiar, (ver capítulo III). Mesmo quando tomarmos as propriedades rurais integradas à agroindústria, elas são consideradas de agricultura ou agropecuária familiar, por ser um trabalho predominantemente familiar, e há só uma pequena parcela de trabalho assalariado fora da família, mas que não tem nenhuma semelhança com o modelo apresentado por Wilkinson.

(...), a penetração recente da agroindústria serviu para redefinir os termos do tradicional debate sobre a "diferenciação", e ao fazê-lo, redirecionou as atenções para a questão do pequeno produtor, do "camponês" como ele é preferencialmente chamado no contexto da modernização do setor agrícola.

A principal característica desta orientação é sua rejeição da clássica tese leninista da diferenciação social expressa na tendência linear para a proletarização. (Wilkinson, 1986. p. 39).

A penetração da agroindústria na agricultura familiar, no município de Tunápolis, redefine as perspectivas do agricultor familiar, porque, se, de um lado, aparentemente significa melhoramento de vida pela introdução de novas tecnologias; do lado oposto, resulta numa exclusão da maioria dos produtores de suínos no setor ocorridos pelas exigências da indústria que vão além das condições da parcela eliminada. Obrigatoriamente isso se transforma em conflitos que se manifestam no meio da agricultura familiar, produzindo seus reflexos na região com o aparecimento dos problemas que isso produz e que mais à frente será analisado como sendo causa da centralização do capital.

Esta redefinição da questão da proletarização tem sido ladeada por um crescente reconhecimento da persistência e recriação da produção em pequena escala no contexto da subordinação cada vez maior da agricultura à agroindústria. (...), podem-se reconhecer três características básicas do desenvolvimento do setor agrícola brasileiro nas três últimas décadas:

- a) a crescente dependência da agricultura à indústria;
- b) a desigualdade do processo de penetração do capitalismo no setor;
- c) a permanência da pequena produção agrícola não-capitalista. (Wilkinson, 1986. p. 40).

As características da agricultura familiar se alteraram totalmente em razão da integração com a agroindústria, porque o agricultor familiar, mesmo o integrado à indústria de fumo, tinha sua liberdade de ação tolerada, havia menor grau de controle sobre a propriedade, ao contrário do integrado à

agroindústria de suínos e aves, que está atrelado e subordinado às decisões do capital agroindustrial. Anteriormente à implantação da integração à agroindústria de suínos e aves, o produtor familiar produzia de forma independente, numa agricultura diversificada, e comercializava o excedente. Agora, como integrado, está totalmente atrelado e subordinado à agroindústria, com praticamente uma monocultura em atividade.

(...), a característica definidora da subordinação à agroindústria é sua intervenção no próprio processo interno de trabalho da exploração familiar, e é neste contexto que a adoção de caracterizações falsas do debate clássico coloca obstáculos cruciais à análise da dinâmica do trabalho familiar integrado aos circuitos da acumulação agroindustrial. (Wilkinson, 1986. p. 46).

Com a subordinação da agricultura familiar à agroindústria, a produção é planejada e projetada em função do lucro do capital agroindustrial, viabilizando a maior extração da mais-valia, por produzir mercadorias no seu processo produtivo, pelo qual anteriormente se produzia grande parte de produtos de subsistência sem que o capitalista tivesse acesso a eles para se apropriar de parte da produção. A produção agrícola integrada à agroindústria não produz mais com o fim último de criar valor-de-uso. Produz, agora, um valor-de-troca que está atrelado ao valor-de-uso, ou seja, na forma é valor-de-uso, no conteúdo é valor-de-troca.

(...), a reafirmada importância de Kautsky no contexto das discussões sobre a exploração familiar e a agroindústria não deriva de qualquer teorização da dinâmica contraditória do processo de trabalho na exploração familiar.

(...), a revivescência de Kautsky se explica pela ênfase que ele dá à subordinação da agricultura à indústria, que é ponto central em sua obra, e pela sua projeção de uma articulação entre a exploração familiar e a agroindústria que reduz o camponês à condição de um trabalhador disfarçado. Baseando-se nos relatórios do Parlamento inglês, Kautsky cita o caso dos produtores dinamarqueses submetidos às cooperativas de leite e, após detalhar os direitos destas com respeito à inspeção e controle do processo de produção conclui:

“Desta forma, o camponês, de dono de sua própria produção agrícola, converte-se, ele próprio, em um apêndice da produção industrial; tendo de submeter-se às demandas desta última, ele se transforma, em parte, em um operário”.
(Wilkinson, 1986. p. 66).

Nesta citação de Wilkinson, que se refere a Kautsky, ele expressa muito bem a condição em que se encontram os agricultores familiares integrados à agroindústria. Podemos fazer um paralelo com a realidade da agricultura do município de Tunápolis, cujos produtores estão subordinados ao

capital por meio da integração na produção de suínos e aves e transformados em meros assalariados, ou em uns simples produtores de mais-valia, mesmo que Wilkinson se utiliza dessa passagem como crítica a Kautsky.

Por isso, a afirmação de Kautsky pode ser considerada atual e, desta forma, importante para a nossa reflexão, por sua clareza em expor a expropriação do produtor familiar pelo capital agroindustrial, pela transformação de pequenos proprietários de terra em proletários agroindustriais, convertendo-os em subordinados ao capital industrial, que impõe a produção de mercadorias utilizadas como matéria prima na indústria e não mais para as necessidades humanas.

Podemos dizer então que o pequeno agricultor em processo de modernização não produz mais para a satisfação direta das necessidades de subsistência de sua família, nem de acordo com os preços de mercado de seus produtos em comparação com os preços de outros artigos de necessidade básica, como seria o caso da produção simples de mercadorias tradicional. Neste último caso, um rebaixamento nos padrões de vida poderia compensar os preços comerciais desfavoráveis ao produtor. O pequeno agricultor em processo de modernização tem agora de produzir em função dos novos custos de produção determinados pelo setor agroindustrial, que por sua vez são agora a pré-condição para o acesso ao crédito oficial. Além disso, sua produção deve agora cobrir também o custo de pagamento do crédito de investimento, que se tornou, como vimos, uma parte integrante deste processo de modernização. (Wilkinson, 1986. p. 184).

Pela subordinação da agricultura familiar à agroindústria, além de produzir sua subsistência, o agricultor tem a função de produzir excedente para o capital industrial. Pelos investimentos de modernização na sua propriedade para suprir os gastos com os meios de produção que são adquiridos por meio de financiamentos, produz também para o capital financeiro. Temos então a produção da mais-valia, da qual uma parte vai para o capital financeiro; outra parte, para o capital industrial; e outra, ainda, para o capital comercial, além da reposição dos seus próprios meios de produção.

Abramovay faz referências aos estabelecimentos agrícolas familiares e dá sua definição quando caracteriza, de forma geral, a propriedade agrícola familiar. Cabe aqui interpretar e entender o problema, para definir uma idéia mais precisa para tratar o tema. Para apreender com maior exatidão a problemática, podemos apreciar, com maior cuidado, as manifestações de diversos autores, entre eles, Abramovay, Ribeiro, Brandenburg, Lenin e

Gonçalves, para depois comparar suas definições e identificar a que mais se aproxima da produção familiar do município de Tunápolis. Abramovay começa com a seguinte pergunta:

O que é um estabelecimento agrícola familiar? A primeira imagem que nos vem ao espírito, quando fazemos esta pergunta, é a de um lugar bastante pobre, habitado por muita gente, particularmente por grande número de crianças e trabalhando com instrumentos tecnicamente precários. Esta imagem é tão forte que não hesitamos em associar a noção de familiar com algo frágil e sem poder econômico. O que os exemplos dos Estados Unidos, do Canadá, da Europa, em suma de todos os países capitalistas centrais, mas também de boa parte do sul do Brasil e de São Paulo mostram é que familiar não é necessariamente sinônimo de precário: a existência de unidades produtivas contando majoritariamente com o trabalho da família, mas que são "grandes" quanto a seu volume e valor da produção é a regra no Hemisfério Norte. (...). A classificação que Radoje Nikolitch empregou para demonstrar esta questão é a seguinte: family farms (unidades familiares de produção): são as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família. (Abramovay, 1992. p. 142).

Esta definição, o que aliás não é bem uma definição, de Abramovay aproxima-se do modelo das unidades familiares implantadas no município de Tunápolis. Entre as que estão integradas às agroindústrias, aparentemente não parecem ser pobres; elas têm a maior parte de trabalho empregado na sua propriedade, proveniente da família; no entanto, em contrapartida às excluídas da suinocultura e da avicultura, exceto as que ainda têm êxito na produção de leite em grande escala, estas se encontram em situação crítica, por não encontrar opção na sua pequena propriedade agrícola familiar, estão em fase de pobreza e exclusão. Isto nos mostra que, apesar da subordinação do agricultor integrado à agroindústria, mesmo que tenha perdido a sua independência na sua propriedade, prefere a forma integrada porque lhe oferece as condições de reprodução da agricultura familiar, ao menos momentaneamente, mesmo que seja como assalariado agrícola sem garantias trabalhistas.

A formulação de Ribeiro vai numa direção um pouco diferente, fato que será observado com base na teoria de Tepicht, que se origina de Chayanov, conforme aparece logo abaixo nas caracterizações dos quatro pontos: família, renda, meios de produção e comercialização dos produtos:

O conceito de exploração familiar, camponesa, aqui utilizado, origina-se da reinterpretação dada pelo economista agrário polonês J. Tepicht à teoria da

economia camponesa de Chayanov. Para Tepicht, a economia camponesa pode ser caracterizada através de quatro pontos fundamentais:

- a) caráter familiar;
- b) relações entre os fatores de produção;
- c) relações entre a economia camponesa e o mercado;
- d) relações entre o trabalho de camponês e sua renda. (Ribeiro, 1987. p. 159).

Ribeiro baseia-se nos conceitos de antigos economistas agrários, como Tepicht, de Chayanov, referindo-se à agricultura familiar como economia camponesa, pelas suas características específicas, que se diferenciam das citações de Abramovay, quando este se refere à agricultura familiar britânica, por ser uma produção tecnologicamente muito desenvolvida com aplicação de grande quantidade de capital constante em relação ao capital variável, com apoio de subsídios oficiais.

O emprego de uma quantidade pequena de trabalhadores assalariados por parte da esmagadora maioria dos estabelecimentos agrícolas não é decorrência de limitações econômicas ou de escassez de recursos, mas sim das próprias necessidades técnicas do processo produtivo. Do ponto de vista econômico, a agricultura familiar britânica não pode ser caracterizada como um negócio pequeno. Tanto é assim que é mais difícil tornar-se agricultor que se estabelecer como pequeno empresário em qualquer outro domínio da produção social. (Abramovay, 1992. p. 169).

Segundo Abramovay, quando se refere ao exemplo inglês, a agricultura familiar não é necessariamente um pequeno negócio. Isso depende da quantidade de pessoas da família que trabalham no meio rural e do grau de modernização, o nível tecnológico introduzido no setor. Pode haver exemplos de propriedades familiares com bom resultado econômico, que não é o caso em estudo, conforme o exemplo dado, referente à agricultura familiar britânica.

Os agricultores familiares, enquanto pequenos produtores que preservam uma certa "condição camponesa", reproduzem um universo simbólico próprio de uma vida rural. Sob o ponto de vista cultural, o mundo da vida rural é o mundo que os identifica entre si e os diferencia de outras categorias, à medida que seus padrões de orientação são socialmente internalizados e por isso intersubjetivamente compartilhados. É o mundo da tradição, da sabedoria popular que se orienta pelo ritmo da natureza, pela interpretação de seus signos e que considera os limites naturais, muitas vezes, leis divinas. (Brandenburg, 1999. p. 106).

Brandenburg, nesta passagem, também se aproxima muito do modelo de agricultura familiar do município de Tunápolis, pela referência que

faz à vida do camponês; da cultura própria da vida rural, pela integração que existe entre os produtores familiares; da religiosidade, pela sua tradição que passa de geração em geração que é contada de pai para filho, pelas características que os identificam e os diferenciam, na sua forma de viver, de outros modelos apresentados, que com o passar dos tempos tende-se a perder pela dispersão das famílias com o êxodo rural.

É possível constatar o desenvolvimento do trabalho assalariado, bem como o aumento do emprego de máquinas em todas as regiões do país e em todos os ramos da agricultura. (...) A eliminação da pequena produção pela grande avança na agricultura. (...) O capitalismo não se expande apenas pela aceleração do desenvolvimento das explorações de grande extensão nas regiões de agricultura extensiva, mas também pela criação de explorações maiores quanto ao volume de sua produção, de caráter capitalista mais acentuado em lotes de menor dimensão, nas regiões de agricultura intensiva. Em suma, a concentração da produção nas grandes explorações é efetivamente mais forte. (Lenin, 1980. In. Gonçalves, 1999. p. 64).

Na interpretação de Lenin em Gonçalves, a discussão avança em direção da proposta deste trabalho que pretende mostrar a expropriação da produção familiar na agricultura pela centralização do capital, quando analisa a evolução do capitalismo na agricultura, referindo-se à "eliminação da pequena produção pela grande avança na agricultura", mas a penetração do projeto capitalista não só acontece nas grandes propriedades, no município de Tunápolis, se impõe também nas pequenas propriedades, com a introdução da integração dos pequenos produtores à agroindústria, excluindo grande parte do setor, e subordinando outras ao capital. Isso acontece porque o modo de produção capitalista não tem fronteira, está presente em todos os setores da economia e agirá mais forte nas pequenas propriedades, extraindo mais-valia.

E Kautsky tem a seguinte opinião sobre expropriação dos pequenos camponeses: (...), por toda parte em que inteiramente se fraciona em parcelas particulares, e onde domina a pequena propriedade, o solo, meio de produção mais importante na agricultura só se incorpora à grande empresa mediante a centralização de numerosos pequenos lotes. O desaparecimento de muitas explorações minúsculas é assim a condição prévia indispensável para a existência de uma grande exploração. (Kautsky, 1980. p. 165)

Já Gonçalves se refere mais especificamente às regiões onde a exploração agrícola já está sendo desenvolvida em grande escala.

No contexto das áreas onde a agricultura atingiu níveis elevados de integração da agropecuária com os demais segmentos, não há espaço para a constituição de pequenas e médias propriedades, mas sim para o fortalecimento das já existentes

com o intuito de reduzir o ímpeto concentrador da continuidade das transformações. Em geral, essas regiões apresentam agroindustrialização avançada, onde os limites de escala e de eficiência colocam contra a parede as estruturas produtivas das propriedades menores. Nessa realidade, as pequenas propriedades estão declinando como nos países desenvolvidos, não havendo espaço para a recriação de outro número delas. Entretanto, políticas menos regressivas aumentariam as chances de que um número maior de pequenas propriedades hoje existentes se modernize e amplie suas áreas, permanecendo competitivas. A opção nesse espaço seria, assim, a redução, ao limite, dos estímulos à continuidade do movimento concentrador de terra e de riqueza, ainda que no processo de aprofundamento das transformações capitalistas isso venha a ocorrer. (Gonçalves, 1999. p. 68).

Gonçalves tenta mostrar como o problema da expropriação da produção familiar na agricultura pode ser amenizado por políticas adequadas, mesmo que isso não signifique uma solução para o problema de exclusão de grande número de pequenos produtores do setor, por ser o modo de produção capitalista um processo que produz exclusão por natureza; por isso não poderia apresentar uma solução definitiva do problema no modo de produção capitalista, reforçando, de certa forma, a tendência do capitalismo: a produção de sua própria destruição.

Transitoriamente pode ser apenas amenizado o problema da agricultura familiar; mas, sem que haja uma transformação no sistema capitalista, isto é, a negação do sistema capitalista, o qual define as perspectivas da produção familiar, esta será definitivamente superada pelos modos de produção coletiva e social. Esses pontos estão mais desenvolvidos e aparecem com maior clareza nos capítulos I e IV, em que há elementos que auxiliarão na compreensão do funcionamento do modo de produção capitalista, mas parece que Brandenburg também tenta apresentar soluções para salvar a agricultura familiar mesmo na sua individual, como se isso fosse possível no interior do modo de produção capitalista.

(...), duas questões se colocam de início: uma é de natureza interna a unidade de produção familiar e está relacionada à correspondência entre a lógica da organização familiar e os pressupostos de uma agricultura alternativa sustentável; outra diz respeito à possibilidade de integração da agricultura familiar num sistema de livre mercado que requer competitividade e produtividade econômica. A primeira questão nos remete à análise da sustentabilidade da produção agrícola e a segunda decorre das condições técnico-organizacionais das unidades produtivas. (Brandenburg, 1999. p. 85).

Essas questões são bastante complexas; ou seja, se partimos da teoria marxista, que é o propósito deste trabalho, onde se defende a tese da

expropriação do trabalho alheio, da produção da negação pela centralização do capital, apreendemos que nem a agricultura alternativa sustentável, nem a integração da agricultura familiar ao livre mercado podem ser apresentadas como alternativas, por serem duas formas de produção individuais.

Dizer que uma unidade de produção opera sob a lógica familiar não significa dizer que não esteja sob imperativos da racionalidade econômica, mas, sim, que pode racionalizar a produção para mais, como uma empresa capitalista, ou para menos, como uma unidade de produção de subsistência. Ou ainda, ela tanto pode operar como uma empresa capitalista moderna, como uma empresa familiar moderna. A diferença está em que a primeira não limita a expansão da racionalidade e opera visando prioritariamente o lucro – que se transforma em um objetivo em si mesmo – enquanto a segunda opera segundo uma lógica em que a racionalidade econômica – o lucro – está subordinada aos interesses de realização do agricultor nas suas várias dimensões, incluindo a reprodução de um patrimônio sociocultural familiar. (Brandenburg, 1999. p. 86).

Quando novamente se faz referência da operacionalidade da produção familiar na agricultura, da sua integração ao sistema capitalista, faz-se necessário uma análise mais profunda da sua relação ou não com a agroindústria. De modo geral, a produção familiar na agricultura no município de Tunápolis, integrada à agroindústria, deve ser considerada uma empresa familiar moderna, porque, pela integração à agroindústria, ela se integra ao modo de produção capitalista, sendo parte da produção agroindustrial, da cadeia produtiva, principalmente pela disponibilidade da força de trabalho que produz a mais-valia para o capital; portanto o lucro não se realiza conforme o interesse do agricultor, mas pelos interesses da agroindústria. Em síntese, o integrado realiza uma parte do valor excedente apropriado pelo capital agroindustrial, pela produção da matéria prima.

Mesmo quando são apresentadas duas opções para a agricultura familiar, - tendo claro que o agricultor não depende da sua vontade -, uma com maior e outra com menor inserção capitalista; uma objetivando o lucro (a mais-valia é a parcela de trabalho não-pago ao trabalhador direto e apropriado pelo capital), a outra empenhada em conservar o patrimônio da propriedade familiar, como se as decisões da produção estivessem sob seu controle.

Já apreendemos que os agricultores familiares integrados à agroindústria já perderam o domínio sobre a produção, quer seja de suínos ou de aves. Isto significa que o capital industrial, por ter em seu poder o domínio

da produção, tem também maior poder em se apropriar de maior quantidade de mais-valia. Portanto, quem decide como e o que produzir para auferir o máximo de trabalho excedente é o grande capital, e aquelas propriedades familiares que não se integram às regras da agroindústria, a maior parte dos pequenos agricultores estão sendo encaminhados para a exclusão total. Mesmo quando se apresentam como produtores livres e independentes, estão sob o poder do capital e desta forma são expropriados, explorados e excluídos; são produtos em fase de serem descartáveis. Estes, sem saberem, estão sofrendo processo de expropriação total, restando-lhes apenas a força de trabalho para ser vendida aos capitalistas, ou senão serão lançados à sorte nas ruas das cidades.

Diariamente, inúmeros pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem-terra deixam o campo em direção às cidades. Segundo dados preliminares do censo agrícola, há indícios de um novo ciclo de êxodo rural, o que indica a reprodução do mesmo fenômeno ocorrido nos países mais industrializados. (Brandenburg, 1999. p. 281).

O êxodo rural está cada vez mais presente na vida de muitas famílias de pequenos agricultores, e o município de Tunápolis não foge à regra, como podemos observar pelos dados apresentados na pesquisa do IBGE (2000) e comparados com os dados do IBGE (1991), com população total de 5.546, assim dividida: 1.047 na área urbana, (19%), 4.499 na área rural, (81%). Em 2000, havia uma população total de 4.776, dos quais, 1.217 (25,5%) concentram-se na área urbana do Município, ou seja, houve um aumento da população urbana em seis pontos percentuais. Proporcionalmente, isso representa uma queda de percentual na área rural, que passa a representar 74,5% da população do município; isto é, 3.559 habitantes.

Observamos que, enquanto diminuiu a população total do município de Tunápolis, de 5.546 para 4.776, de 1991 para 2000, a população da área urbana aumentou de 1.047 para 1.217, e da área rural diminuiu de 4.499 para 3.559. Isso significa que houve um êxodo rural expressivo de 940 pessoas; isto é, aproximadamente 26% deixaram o campo em apenas dez anos.

Comparando as afirmações de Abramovay com a realidade do êxodo rural que se efetiva de forma constante, conclui-se que se criam

geralmente três problemas para o pequeno produtor agrícola: o problema de moradia no meio urbano, a carência de oportunidades de trabalho pela falta de mão-de-obra qualificada e a desestruturação da base familiar, em consequência das distâncias do local de origem; da dispersão entre os componentes da família, que geralmente se instalam distantes uns dos outros, e das grandes mudanças entre campo e cidade.

O paradoxo básico da questão agrária – a existência da agricultura familiar no capitalismo – foi encarado pelos clássicos do marxismo sob o ângulo de uma espécie de competitividade perversa que o excesso de trabalho e a miséria absoluta propiciavam ao camponês: sua “infinita capacidade de sofrer”, retomando os termos de Louis Malassis, é que lhe permitia ficar no mercado, mas sabendo que o progresso técnico acabaria fatalmente por apertar a corda que sua própria pobreza colocava-lhe em volta do pescoço. (Abramovay, 1992. p. 211).

A existência da produção agrícola familiar é dada como necessária para a concretude do processo de integração agricultor com a indústria, principalmente, para o sucesso do projeto agroindustrial de suínos e aves, pela sua afinidade com a produção familiar, que, ao se sentir proprietária dos meios de produção, representa maior eficiência e, conseqüentemente, maior produtividade, por ser um trabalho essencialmente familiar.

O agricultor familiar, ao produzir mercadorias no processo da cultura diversificada (suínos, aves, fumo, milho, feijão, arroz, trigo, frutas, verduras, legumes), grande parte para seu autoconsumo e, posteriormente, com a integração às agroindústrias, passa preferencialmente para a monocultura como exigência imposta pelo capital. Produz uma mercadoria específica, como matéria-prima para abastecer a indústria; todavia não percebe que, pela produção de mercadorias, implica a sua expropriação, transformando-se em trabalhador assalariado; seu produto passa a ser a força de trabalho que vende ao capitalista.

CAPÍTULO III

TUNÁPOLIS: AGRICULTURA FAMILIAR EM QUESTÃO

3. 1. Histórico

A história da colonização do município de Tunápolis, Santa Catarina, a partir da década de 1950, foi uma conseqüência da evolução e do desenvolvimento do projeto de colonização do município de Itapiranga - SC que, no ano de 1926, teve início com a chegada dos migrantes gaúchos vindos em busca de melhores terras. Eles aportaram nesse local, onde denominaram, na época, de “Colônia de Porto Novo”.

Posteriormente, esse município passou a ser denominado Itapiranga, por estar localizado às margens do Rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, do qual o município de Tunápolis se desmembrou quando da sua emancipação política no ano de 1989. O projeto de colonização desse município estava a cargo da Sociedade União Popular, cuja sede localizava-se em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul e era conhecida como “Volksverein”.

Dentre outros, seus objetivos eram, além de auferir lucro com o projeto de colonização, implantar na região um projeto de assentamento de agricultores pertencentes à mesma origem e que possuíssem pequenas propriedades de terra com diferentes tamanhos, como também terrenos urbanos (lotes). As denominadas chácaras, cujas áreas variavam entre quatro e oito hectares, estavam próximas à área urbana; as mais distantes do centro urbano, denominadas colônias, eram propriedades com áreas de terra entre 25 e 30 hectares.

O emprego da palavra colonização pelos brasileiros não provém, pois, de uma confusão, mas de uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela. Falando de colonização alemã, entende-se a exploração de uma região, sob a direção do Governo Brasileiro, por mão-de-obra da Alemanha. (...), os imigrantes alemães e seus descendentes constituíram colônias, isto é, grupos de

estrangeiros, na região onde residiam, isolados pela língua, pela fidelidade às tradições da mãe-pátria e, por vezes, pela religião. (Roche, 1969. p. 3).

Nesse período, havia exigências não muito comuns que partiam da Sociedade União Popular para qualificar os interessados em adquirir um lote de terra e ocupar espaço na “Nova Colônia”, nome dado às novas terras ocupadas em Tunápolis e Região.

Em relação à “Colônia Velha – RS”, para que o processo de colonização fosse aceito, eram feitas duas exigências, as quais devem ser destacadas como específicas, tanto para o setor rural quanto para a área urbana. Essa exigência era a comprovação da origem alemã e da religião católica, Strieder, (2000) e Loebens, (1994).

As primeiras famílias que cruzaram as fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul rumo ao Estado de Santa Catarina, na região do Extremo Oeste, se defrontaram com sérios obstáculos que se opunham a essa penetração, como, por exemplo, as dificuldades em razão da falta de infraestrutura da região, pois não havia estradas em condições adequadas ao tráfego no interior da mata virgem que permitissem transportar os pertences que haviam trazido para os locais onde seriam fixadas as residências.

Os lotes coloniais de forma retangular provinham da maneira como a empresa colonizadora distribuía as terras. Partindo das coxilhas, traçava-se uma picada em direção Norte-Sul ou Leste-Oeste; abriam-se, nas florestas, corredores de alguns metros de largura, os quais serviam de estrada para irem em direção ao interior das matas. Nos dois lados desse corredor, a frente dos lotes de terra era delimitada entre 100 e 250 metros, o que formava longos retângulos, geralmente de 1.000 metros de fundo, que são as colônias de até 25 hectares. Além disso, tinha-se a preocupação também com o abastecimento de água em todas as propriedades e a divisão de forma adequada para que muitos poucos lotes fossem qualificados como só de terra boa, só de terra montanhosa ou de má qualidade.

Havia ainda as estradas em condições um pouco melhores, as quais atravessavam as regiões que atualmente compõem as comunidades de

Pitangueira, Fátima e São Pedro, que ligam estas comunidades à atual sede do Município. São essas as comunidades mais desenvolvidas juntamente à sede urbana do município de Tunápolis.

As outras regiões que compõem o Município, aquelas em direção ao Rio Peperi-Guaçú, na divisa com a República Argentina, contam atualmente com as menores comunidades, pois, na época, o acesso era muito precário e se dava por meio de picadas que eram abertas à foice e facão, subindo e descendo montanhas que capacitassem a passagem a pé ou a cavalo. Essa dificuldade ainda era aumentada quando o transporte era feito através de carroças de tração animal.

Nos primeiros anos, a fim de organizar as lavouras e roças para plantar e colher os alimentos, como também para obter alguns excedentes para comercializar, derrubava-se o mato com foices, machados e serrotes.

Depois de vários dias da derrubada das árvores, quando as folhas do mato já estavam secas, ateava-se fogo e fazia-se a queimada, o que deixava a terra pronta para o plantio.

Na seqüência, até dois ou três anos depois do primeiro plantio, não se usava arado para o preparo do solo ao plantio seguinte. Todo preparo da terra seria realizado com o auxílio de foices e enxadas, fazendo com que, nos primeiros anos, o solo não necessitasse de adubos e corretivos químicos para o bom rendimento da safra. Os agricultores diziam com orgulho que na roça nova não seria necessário o uso de ferramentas mais pesadas, como arados, e nem adubos para viabilizar colheitas fartas. Necessitavam apenas de foices e enxadas para preparar a terra; e máquinas manuais para o plantio das sementes, milho, feijão, soja, arroz. No caso do fumo, o plantio sempre era feito e continua sendo realizado de forma manual.

Geralmente era possível produzir duas safras por ano, na mesma área. A primeira seria a principal safra e teria, como principais produtos, o fumo e o milho; a época do preparo do solo e do plantio desses produtos, são os meses de agosto e setembro.

Quanto à segunda safra, a época do plantio seria depois da colheita da primeira, que ficava entre os meses de janeiro e fevereiro. Nesse período, geralmente se plantava feijão nas áreas onde na primeira safra era de fumo; nas áreas de outras produções, tentava-se a safrinha de milho, denominada safra de verão.

Por conseguinte, parece que o maior desafio enfrentado pelos agricultores certamente não era produzir, e sim, transportar as safras da sua propriedade até o comércio para serem comercializadas, uma vez que existia uma carência de estradas, conforme consta no seguinte depoimento, em que um agricultor que se instalou no município de Tunápolis nos fins dos anos de 1960 e começo dos anos de 1970, portanto, praticamente 15 anos depois da chegada dos primeiros colonizadores.

Estou morando mais ou menos há 30 anos no município de Tunápolis, SC. Na época, quando eu vim de mudança aqui para a Raigão Alta, nem tinha condições nas estradas para eu descarregar a minha mudança aqui onde eu estou morando. Eu descarreguei minha mudança mais ou menos a três quilômetros de distância da minha morada. Na época, não tinha estradas onde o caminhão podia entrar e também era quase tudo mato quando eu entrei aqui. Nesse período, era muito sofrido para derrubar mato porque não existia motosserra; sempre se derrubava mato a machado, a serrote, mas se colhia mais do que hoje, porque na época a despesa na agricultura era muito menos do que hoje. (M. Ka, 2001. Entrevista gravada).

Com a evolução da ocupação do município de Tunápolis e região, os desbravadores, em forma de mutirão, constroem as estradas com auxílio das rústicas ferramentas de trabalho, machados, enxadas, picaretas, enxadões, arados de tração animal, pás e com a utilização ainda de um tipo de lâmina de madeira dura e serrada, com espessuras adequadas ao seu uso, com largura de 30 a 40 centímetros; o comprimento da lâmina aproximava a largura da estrada, que ainda seria construída ou reformada de forma manual. Este instrumento, que era a lâmina de madeira, seria arrastado por uma junta de bois que pareciam com uma lâmina de trator esteira que nivela a estrada, acompanhada de um exército de trabalhadores esforçados, que trabalham desde a manhã até a noite. Essa era a alternativa que encontravam para construir estradas necessárias para o transporte dos produtos a serem comercializados, uma vez que não havia tratores na região. O trabalho na construção das estradas se realizava em cooperação entre os habitantes da

linha, era na forma coletiva. Quem não participasse com seu trabalho era obrigado a pagar uma taxa para o uso da estrada.

Como forma de viabilizar a passagem nas estradas nos primeiros anos da ocupação, isto é, para transportar a safra nos primeiros anos das propriedades agrícolas até o comércio onde seria comercializada, o transporte era de responsabilidade dos próprios agricultores. Os produtos a serem vendidos, entre outros, eram fumo, milho, feijão, soja, suínos, galinhas e ovos.

Para que essa comercialização acontecesse, havia duas possibilidades de se fazer o transporte. Uma delas era transportar a mercadoria a pé, e o homem serviria de meio de transporte; outra seria no lombo do cavalo.

Quando os produtos eram de grande volume ou de maior peso, como fumo, suínos, milho, soja etc., o transporte era feito por carroças puxadas geralmente por uma ou mais juntas de bois.

No que tange à madeira da região, por muitos anos, ela não tinha valor comercial, não tinha valor-de-troca, somente valor-de-uso, ou valor-de-troca insignificante, porque havia em grande quantidade. Uma parte, a de melhor qualidade, era usada para construção de casas e galpões. Para isso, eram transportadas até as serrarias por carroças de tração animal e transformadas em tábuas, madeira quadrada, ripas e tabuinhas. Essas tábuas seriam usadas para rodear as construções; a madeira quadrada serve como estrutura das casas e galpões; as ripas e tabuinhas para a cobertura, (é importante enfatizar que não havia olarias para a fabricação de telhas de barro).

As casas e outras benfeitorias eram cobertas com tabuinhas de madeira. Ainda hoje, em alguns estabelecimentos encontramos construções cobertas com telhado de madeira. Ela provinha de toras de árvores que eram cortadas no mato com machados e serrotes, de forma manual, e transportadas até as serrarias com carroças de tração animal. A maior parte da madeira, portanto, foi queimada nos primeiros anos de desmatamento para preparar a

terra para a produção agrícola e só a madeira de melhor qualidade era usada nas construções em forma de tábuas, madeira quadrada, ripas etc.

Em muitos casos, quando o agricultor não possuía dinheiro para pagar o serviço de serragem da madeira, ele mesmo, com sua família, produzia as tabuinhas e a madeira quadrada, ou entregava madeira em troca para a serragem para o dono da serraria. O estabelecimento onde se fazia o serviço de serragem da madeira, composto normalmente por uma serra pica-pau para serrar as toras e uma serra circular que fazia o serviço de acabamento. Todos esses equipamentos eram movidos pela força motriz, uma caldeira que produzia força a vapor pelo uso de água e queima de madeira. Havia ainda alguns tipos de construção, como os galpões para secagem do fumo, em que as construções eram feitas com madeira roliça.

Os colonizadores tinham e continuam tendo a sua identidade particular. Apesar dos sofrimentos e das mudanças ocorridas no passar dos anos, ainda há um certo orgulho em relação a sua origem e religião, uma vez que as relações familiares e comunitárias ligados à cultura germânica e a religião católica fazem parte da vida dos colonizadores desde a sua infância. Exemplo dessa tradição são as festas comunitárias, as festas da igreja, a tradicional festa do padroeiro da comunidade “o kerb”, as visitas entre os vizinhos e os parentes para saborearem o chimarrão; a entre ajuda, a interação, Strieder, (2000) e, em relação à forma de ocupação, encontramos o seguinte em Orlando:

A formação da pequena propriedade está vinculada à história da ocupação do território sulino pelo colonizador e a evolução posterior das sociedades constituídas neste processo secular. O caráter mercantil da ocupação, fazendo das populações indígenas então existentes as primeiras vítimas do sistema mercantil, marcará desde o princípio a sociedade riograndense por um viés desapossador dos grupos economicamente subordinados. (Orlando, 1996. p. 30).

Orlando remete-nos à história da colonização do Estado vizinho, o Rio Grande do Sul, o que, de certa forma, é importante para a compreensão deste modelo de colonização, mas que não é o objeto deste estudo. Ele apenas situa-nos sobre o modelo que não foi natural e não foi um sistema original na região de Tunápolis; não vem de um processo espontâneo, nem é

constituído de políticas de povoamento das regiões como fim último. Ele já tem suas raízes num modelo anterior no Rio Grande do Sul.

O que estava estrategicamente determinado para a região era a obtenção de lucro através do projeto de colonização, transformando as terras de meio de uso natural em mera mercadoria através da passagem da terra em poder do Estado para as companhias privadas e, portanto, como qualquer outra mercadoria, eram comercializadas, eliminando assim o simples valor-de-uso e transformando-a em valor-de-troca, sem que para isso fosse necessário trabalho produtivo.

As primeiras famílias consideradas as fundadoras do município de Tunápolis, em sua maioria, vieram da região que compõe as cidades como: Santa Cruz do Sul, Serro Largo, Santa Rosa, Santo Cristo, no Estado do Rio Grande do Sul, somando um total de trinta e duas famílias e oito solteiros individuais. Desse grupo, foi totalizado um número de 212 pessoas.

O Município foi fundado a partir da chegada do primeiro morador branco, o Sr. Emílio Germano Bieger, que veio com nove pessoas, no dia 24 de abril de 1952. As informações constam e foram adquiridas do arquivo histórico do Colégio Estadual Pe. Balduino Rambo do Município e Prefeitura Municipal de Tunápolis.

O Sr. Emílio instalou-se na região com uma pequena serraria que transformava a madeira roliça em tábuas e madeira quadrada, as quais foram utilizadas para edificar as primeiras casas ali construídas e outras benfeitorias.

Assim foi se dando o processo de colonização de Tunápolis. Houve ali sucessivas chegadas dos colonizadores; praticamente em todos os casos eram famílias inteiras atraídas pelas terras férteis e a disponibilidade das águas de boa qualidade e em abundância, assinalando o dia 17 de março de 1954, conforme os arquivos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, como o dia da chegada do conjunto das famílias de fundadores do Município.

Quanto às expectativas de mudança de vida dos migrantes, considerando o fator de fertilidade da terra das regiões de onde originaram, em

relação à qualidade do solo do município de Tunápolis, um agricultor, o Sr. Lauro Nascimento, (2001), forneceu o seguinte depoimento:

Nós saímos do Rio Grande do Sul para Santa Catarina em busca de melhor vida, porque lá a terra já era bastante usada, muito velha. Aí a gente veio para cá; as terras eram novas, em busca de mudanças, de melhora. Viemos morar, na época, em Tunas, Distrito de Itapiranga, na comunidade de Raigão Baixo, no ano de 1973. Junto com o pai véio, em vim um ano antes, e o pai veio junto com a mãe e mais quatro filhos. (L. N., 2001. Entrevista gravada)

Observamos, portanto, que esta família acima citada como muitas outras instalaram-se para Tunápolis muitos anos depois da chegada dos primeiros colonizadores e, mesmo assim, ainda possuíam os mesmos sonhos dos primeiros habitantes que chegaram na região.

Em 1953, foi instalada e começou a funcionar a primeira casa comercial, de propriedade do Sr. José João Hanzen que havia chegado com a família no dia 28 de outubro de 1952.

Essa casa comercial era em estilo de armazém e denominava-se comércio de secos e molhados, além de ser também um ponto de encontro de informações. Nesse local, havia um telefone ainda tocado por uma manivela, daqueles antigos que muitas vezes nem funcionava. Esse tipo de estabelecimento também fazia o recolhimento de produtos agrícolas, os excedentes da produção, ou seja, os ovos, galinhas e feijão, que eram produzidos para o auto consumo. Nas safras que se excediam em razão do clima favorável, os produtos eram comercializados nestas casas comerciais e levados a outros centros urbanos por um tipo de comerciante viajante que passava, normalmente, uma vez por mês.

Os estabelecimentos comerciais, além de fornecer os produtos necessários aos agricultores para suprir as necessidades imediatas em suas propriedades, como sal para uso pessoal e para os animais, roupas, calçados, material escolar para os estudantes, ferramentas e insumos agrícolas, também tinham a incumbência de cumprir a função de ponto de recolhimento do fumo para a agroindústria Souza Cruz e do transporte dos suínos, que eram produzidos no Município, até os frigoríficos. Na maior parte das vezes, esses animais eram levados para as cidades de Frederico Westphalen, no Estado do

Rio Grande do Sul, e para Ponta Grossa, no Estado do Paraná, onde os suínos seriam abatidos e a carne industrializada, Loebens, (1994).

Em 1961, foi criado o distrito de Tunas, o qual pertencia ao município de Itapiranga. Esse ato foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina naquele mesmo ano, através da lei número 757/61, que nomeava o Sr. Albino Frantz para o cargo de Subprefeito de Tunas. O Distrito foi formado com uma área de 134,17 quilômetros quadrados, a mesma área em extensão que compõe o atual município de Tunápolis.

A partir de 1987, algumas lideranças dos setores da indústria, comércio e os mais fortes da agricultura de Tunápolis, principalmente as lideranças políticas que faziam oposição ao Governo de Itapiranga, foi iniciado um movimento de emancipação do distrito de Tunas de Itapiranga. Na oportunidade, foi eleita uma comissão emancipadora que tinha por objetivo tornar Tunápolis um município independente de Itapiranga. Para isso, após uma grande campanha no interior do atual Município para convencer os habitantes das muitas vantagens que a população poderia usufruir com essa independência, houve um plebiscito que teve como resultado a aprovação de 75% da população que tinha direito a voto. Conforme Arquivos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, (1990).

No ano de 1989, foi realizado outro plebiscito, agora para a escolha do nome do novo Município que acabava de ser criado. O nome vencedor foi o de Tunápolis.

Neste mesmo ano, juntamente com a eleição presidencial do Brasil, foram realizadas as eleições para primeiro prefeito; o vencedor nas urnas foi justamente o mesmo que ocupava a função de presidente da comissão e era apoiado pela maioria dos empresários do Município e opositor do prefeito de Itapiranga, eleito pela sigla PDT, mudando logo depois para o PFL, partido do qual tinha sido eleito vereador por Itapiranga em 1988. Dos nove vereadores eleitos, cinco apoiavam a candidatura do prefeito eleito, o que mostra haver mais interesse político pessoal, do que preocupação com benefícios para a população do Município.

No dia primeiro de janeiro de 1990, conforme informações obtidas no Histórico de Tunápolis e Arquivos da Prefeitura Municipal, esses políticos eleitos foram empossados com muita festa por terem alcançado os seus objetivos.

Outras informações e subsídios da história da colonização de Tunápolis foram encontradas nos depoimentos de pessoas que foram por mim entrevistadas.

Esses depoimentos têm algumas de suas partes aqui apresentadas. Espera-se que seja importante e positivo apresentar trechos de entrevistas para acompanhar relatos de agricultores residentes no município, pela forma como contam um pouco dos seus sentimentos e da sua história. Os depoimentos foram cedidos por algumas pessoas, agricultores familiares, no mês de novembro de 2001, algumas delas são filhos de migrantes do Rio Grande do Sul; outras são pessoas que relatam as dificuldades vividas, principalmente na agricultura familiar. Falam dos sonhos que tiveram com seus pais e irmãos, e que agora, em razão de sua situação sócio econômica, vivem com dificuldades e não podem mais ceder um pedaço de terra a seus filhos, da mesma forma que seus pais o fizeram. Essas dificuldades são semelhantes para a maioria dos agricultores familiares do município de Tunápolis, como essa que segue.

Nasci em Boa Vista, município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Meu pai veio morar para Santa Catarina quando eu tinha dois anos de idade, na localidade de Popi, município de Itapiranga. Com cinco anos de idade, viemos morar em Tunas. Naquele tempo, Tunápolis era Tunas, e pertencíamos ainda ao município de Itapiranga, agora, Tunápolis. Éramos o pai, a mãe e oito filhos. Eu era o mais novo. (...). Primeiro, meu pai comprou uma colônia de terra de 30 hectares; e depois comprou, para cada filho, ele comprou uns 15 hectares. Agora, cada um tem seus 15 hectares de terra. (...). O meu pai ainda pôde comprar terra para cada filho, mas nós, hoje, como não temos mais lucro, não podemos mais comprar terra para os filhos. Depois de pagar as despesas da alimentação das vacas, não sobra mais nada, se vai todo dinheiro que ganhamos com a venda do leite. (E. V. S., 2001. Entrevista gravada).

Estes são os sentimentos da maioria dos agricultores familiares de Tunápolis, quanto à situação em que se encontram. Observemos o que afirma outro agricultor em relação à dificuldade que tem em adquirir um pedaço de

terra para os seus filhos, assim como das condições em que seu pai se encontra e dos problemas que há em manter os filhos na agricultura.

Provavelmente, se a situação na agricultura estivesse melhor, os filhos não sairiam; continuariam trabalhando na agricultura como há alguns anos atrás. Como não se tem apoio dos governos, culpamos o governo porque estamos mal na agricultura. Ela não vai; está difícil, é muito sofrido, então não posso segurar os filhos em casa, porque não posso dar o que gostaria de dar para eles, para os ajudar, mas então eles procuram melhorar a sua vida na cidade. (J. R. W., 2001. Entrevista gravada)

Esses são os desabafos dos agentes que vivem e sentem os problemas da agricultura familiar, os quais ainda vivem dela, enquanto são eles mesmos as vítimas e os agentes da produção do processo que desenvolvem.

A seguir, esta tese será reforçada, em parte, pelas declarações de Donato Lauschner, (2001), outro agricultor e filho de agricultor, que expôs seus sentimentos sobre a realidade em que vive como pequeno camponês.

Meu pai comprou essa terra quando era moço ainda; e criar uma família com 13 filhos não era fácil. Foi essa a mesma quantia de terra que ele deixou. Entre os 12 irmãos que ainda vivem, 6 continuam trabalhando na agricultura e outros 6 foram se virar na cidade; tentar ganhar a vida na cidade. As dificuldades eram grandes e meu pai já não teve condições para comprar terra para os filhos; um ou outro conseguiu por conta própria adquirir um pedacinho de terra para trabalhar. (D. L., 2001. Entrevista gravada).

Nesse depoimento e no seguinte, percebe-se a consciência que têm os agricultores familiares da sua situação, ou seja, podemos, de certa forma, apreender que a família não tem mais condições de se manter através da produção agrícola, uma vez que muitos, com toda a família, já abandonaram o campo em busca de uma vida melhor. Porém, quando se trata dos filhos de agricultores, o abandono do meio rural é ainda maior ao se reproduzir como mão-de-obra direta na indústria, no comércio, nos serviços e, como expressam as palavras do depoente, tentar ganhar a vida na cidade.

Meu pai, em matéria de suínos, era praticamente o maior produtor, tanto que a cada dois anos comprava um pedaço de terra. Chegamos a ter mais que 150 hectares; e quem tinha 150 hectares de terra, naquele tempo, não era qualquer um. Quase ninguém ou ninguém mais tinha nem perto de 150 hectares de terra naquele tempo e naquela região. (...). Trabalhamos juntos com o pai e a família, os irmãos e, depois, com uma certa idade, casamos (...). Começou a aumentar a família com o nascimento dos filhos, (...). Hoje as coisas não são nada fáceis. (...). Estou praticamente sozinho na roça; os filhos saíram de casa, abandonaram a roça, já sabem que não adianta insistir, não têm futuro. Os preços dos produtos agrícolas não permitem que se possa manter a propriedade; os filhos foram todos

para a cidade (...), o que eu penso é que os antigos agricultores, os velhos, vão morrendo e a agricultura vai à falência. (I. J. N., 2001. Entrevista gravada).

Nessa especificidade, a dinâmica da ocupação da região de Tunápolis, por ser um projeto de colonização da agricultura familiar, no olhar à distância, parece de total sucesso. Parecia que realmente seria assim, até que, com a implantação do projeto agroindustrial, ocorre a concorrência com os produtos de outras regiões do país e, com a produção em grande escala, portanto, com maior produtividade.

Quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração. (Kautsky, 1980. p. 112).

E mais adiante o próprio Kautsky se refere a forma que o proprietário classifica os trabalhadores por categoria:

O grande proprietário classifica os trabalhos em duas categorias – os que reclamam habilidade e cuidado particulares, e os que só exigem um simples emprego de força. Confia os primeiros à parte de seu pessoal que evidencia destreza ou diligência especiais, e cuja aptidão e experiência decorrem do ato de consagrar-se exclusiva ou principalmente a esse serviço determinado. Mas por efeito da divisão do trabalho e maior expansão da cultura. Os diversos operários permanecem nos respectivos serviços, muitas vezes não alteram as suas ocupações, e assim diminuem a perda de tempo e de força inerente a toda mudança de trabalho e de lugar. Enfim, a grande exploração pode beneficiar-se com as vantagens da cooperação metódica e coordenada de numerosas pessoas tendo em vista um resultado preciso. (Kautsky, 1980. p. 118).

Enquanto isso, na região não havia condições para a produção de cereais em grande escala, mesmo considerando que Tunápolis fazia parte da Região denominada de celeiro de grãos, de grande produtor de suínos, pois a maioria dos agricultores produziam suínos,

(...), nos anos de 1980, naqueles tempos, tinha talvez 80% ou mais produtores produzindo suínos, e ainda deu para se viver bem. E hoje, ainda na comunidade de 53 famílias, tem dois produtores de suínos. (J. R. W., 2001. Entrevista),

mas a maioria em pequena quantidade, o que fez com que os problemas não se manifestassem tanto como atualmente, conforme acompanhamos no seguinte depoimento, o que pode ser relacionado com Kautsky quando afirma que há uma enorme diferença qualitativa técnica da grande sobre a pequena exploração.

Na medida em que foi lançada a exploração em grande escala na região do Centro Oeste, no surgimento de adubos, onde se conseguiu aproveitar o cerrado, que antes era considerado solo muito pobre, enquanto que nós aqui temos solos muito ricos, nós perdemos chão, perdemos espaço. (...). A suinocultura é

suplicante, problemática. Aqui se descartou muitos, a própria empresa (agroindústria) quer ou você tem muitas matrizes ou nada. Tinha épocas anteriores que não era assim. Hoje sabemos que temos poucos suinocultores, não chega em torno de 10% dos agricultores que têm suínos. Mas só que em número de suínos nós temos mais, nunca tivemos tanto quanto agora. Ela está concentrada nas mãos de poucos. O lado é negativo, altamente negativo. Traz consigo uma grande poluição do meio ambiente.(...). O que a gente sente muito nesta região parece que empobreceu, a maioria das pequenas propriedades ficaram descapitalizadas. Isso acontece porque as lavouras, as terras, os lotes, além de mal divididos, são pequenos. (P. B., 2001. Entrevista gravada).

Mas, Kautsky dá alguma esperança aos agricultores familiares, que pela organização do trabalho coletivo, das associações, poderiam alcançar a sobre vida, o que não seria possível somente pela estruturação de cooperativas.

A superioridade de uma grande propriedade, composta de terras contínuas, superioridade oriunda da divisão do trabalho e da direção de um agrônomo, o que vale dizer, precisamente, a superioridade da grande exploração, isto a cooperação jamais proporciona ao pequeno camponês. Constitui, pois, uma esperança vã pretender-se que as cooperativas bastem para a criação de métodos de cultura tão racionais quanto os da grande empresa. Se os pequenos camponeses desejam realmente ter, por intermédio da associação, as vantagens da lavoura praticada em grande escala, não devem perder-se em desvios, mas caminhar direito a esse objetivo. Não devem encurralar-se no domínio do comércio e da usura, mas transportar-se à esfera mais importante para o lavrador, qual seja, a da agricultura. (Kautsky, 1980. p. 142).

Com a apresentação do histórico da colonização e da evolução do município de Tunápolis, percebe-se que a situação dos agricultores familiares não está tão tranqüila como em anos anteriores, se considerarmos os depoimentos dos entrevistados que vivem a realidade diária do local. Sentimos que há a prática da exclusão gradativa de boa parcela dos produtores de alguns setores, como, por exemplo, da produção de suínos. Isso significa que a concentração da produção está em poder de poucos, considerando ainda que houve um aumento da quantidade produzida, isto nas palavras do Agrônomo da Prefeitura Municipal de Tunápolis, Pedro Baumgratz, (2001), gravadas em fita cassete e transcritas.

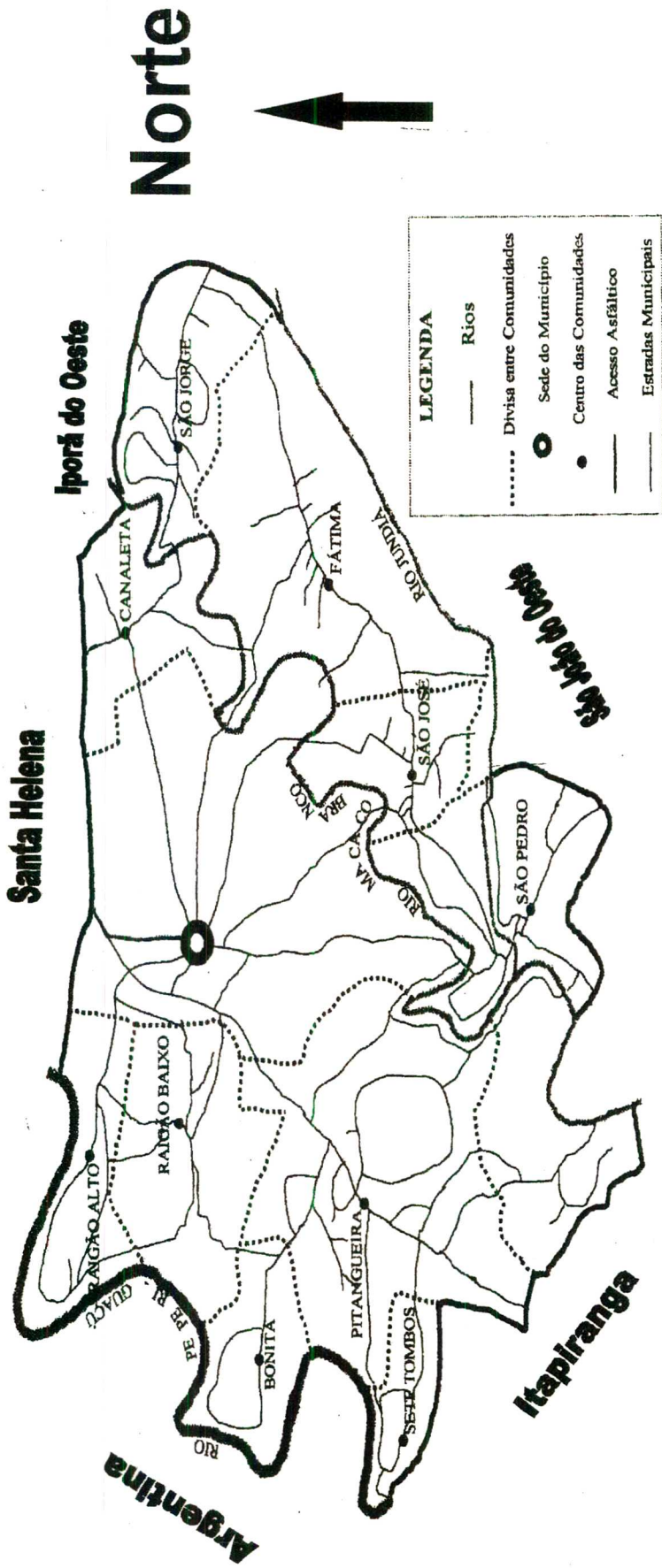
3.2. Situação Geográfica

O município de Tunápolis é composto de uma área de 134,17 Km²; está situado ao Sul no Extremo Oeste de Santa Catarina, tem como limites territoriais, ao Norte, o município de Santa Helena; ao Sul, o município de Itapiranga; ao Leste, o município de Iporã do Oeste; ao Oeste, a República Argentina e, ao Sudeste, o município de São João do Oeste, conforme pode ser observado nos mapas de Santa Catarina e de Tunápolis.

MAPA DO BRASIL



Município de Tunápolis



Quanto à hidrografia, o Município é banhado pelos rios Peperí-Guaçú, Macaco Branco e o Lajeado Jundiá. (Ver mapa do município de Tunápolis). O Rio Peperí-Guaçú é o maior rio que banha o município de Tunápolis e é o marco do limite entre a República Argentina e o Brasil, especificamente, na região em que se situa o Estado de Santa Catarina, neste caso Tunápolis. O Rio Macaco Branco corta o Município de Norte a Sul, podendo ser útil, em um futuro próximo, para um projeto de irrigação das lavouras, caso isso venha a despertar interesse aos que podem ser beneficiados. O Lajeado Jundiá atravessa uma parte do Município de Norte para o Sul, e sua nascente encontra-se no município de Iporã do Oeste. Encosta a comunidade de São Jorge, a comunidade de Fátima e atravessa a comunidade de São Pedro, vindo a desembocar no Rio Macaco Branco, o que beneficia esta região com suas águas.

O relevo é de superfícies planas, onduladas e montanhosas de formação basáltica; o solo é fértil, mas, na maioria, pedregoso. Entre os rios Macaco Branco e Peperi-Guaçú, temos o planalto com solos bons sem a presença do pedregulho, que é apropriado para o uso de máquinas agrícolas no seu manejo; nas beiradas, isto é, nas margens dos rios, as terras são planas e muito férteis, também apropriadas ao uso de máquinas durante o seu manejo; nas encostas, entre as planícies das beiras dos rios e os planaltos, encontramos, como está apresentado, as encostas com montanhas muito pedregosas e mais difíceis para a prática da lavoura mecanizada, mesmo sendo um solo fértil e dominante na área do Município. Mais para o lado Leste do Município, encontra-se o Lajeado Jundiá, um riacho bem menor do que os outros dois rios que, nem por isso deixa de ser cercado por um relevo diferente, ou seja, ladeado por alguns pequenas planícies. Em seguida, encontramos as encostas montanhosas e, mais distante, o planalto, assim como boa parte da comunidade de Fátima e parte da comunidade de São Jorge. Por ser em sua maior parte montanhoso e pedregoso, esse solo dificulta o uso de máquinas motorizadas para o manejo da lavoura.

O clima da região é mesotérmico, úmido; sem estações especificamente secas; com verões quentes e invernos frios, e uma temperatura média anual de 19 C°, com uma precipitação total anual entre 2.000 e 2.200 mm. (São dados disponíveis nos arquivos da PMT).

Tunápolis é um município de pequena extensão territorial, o que significa que a distância que separa a sede do Município, a Cidade, das comunidades do interior não é grande. No máximo, a distância entre os habitantes das comunidades e o centro da cidade deve ficar em torno de 15 quilômetros, o que não significa dizer que esse deslocamento para o interior não seja feito com dificuldades, considerando que as estradas que ligam as comunidades à Cidade são todas estradas de chão e, muitas vezes, em más condições, além da falta de transporte coletivo adequado.

Embora apresente essas dificuldades, o Município tem acesso ao resto do país por uma rodovia asfaltada, e as distâncias entre o Município e as principais cidades, as quais mantêm uma relação mais estreita com a economia de Tunápolis são:

TABELA I
DISTÂNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - SC E AS PRINCIPAIS
CIDADES DA REGIÃO SUL DO BRASIL.

CIDADE	DISTÂNCIA EM Km
FLORIANÓPOLIS	785
CURITIBA	600
PORTO ALEGRE	520
SÃO MIGUEL DO OESTE	46
CHAPECÓ	149
CURITIBANOS	439
LAGES	570
BLUMENAU	645
JOINVILLE	721
CRICIÚMA	981

Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem – DNER.

Tabela elaborada pelo autor.

3.3. Organização Social

As características marcantes que contribuíram para o modelo de organização e de transformação da região, especificamente do município de Tunápolis, estão relacionadas à forma de relação social existente na cidade e do modelo diferenciado de ocupação, cujos lotes de terra na área urbana têm, em média, 300 metros quadrados. As áreas afastadas do centro urbano, conforme foram se distanciando do centro, dividiram-se em chácaras e colônias.

Em direção ao interior do Município, inclusive nas três maiores comunidades, Pitangueira, Fátima e São Pedro, as chácaras têm uma área entre quatro e sete hectares cada; as colônias, aproximadamente 25 hectares cada. Ainda há uma relação entre o tamanho dos lotes e a distância da Cidade. Os menores, as chácaras, ficam mais próximos do centro; e os maiores, as denominadas colônias, se localizam mais no interior do Município.

O Município está constituído pela sede e por mais dez comunidades rurais, denominadas como Linha Pitangueira, Linha Fátima e Linha São Pedro. Estas são as três comunidades maiores e possuem alguma infra-estrutura no setor de serviços, comércio e educação; as outras sete comunidades menores são Linha Sete Tombos, Linha Bonita, Linha Raigão Baixa, Linha Raigão Alta, Linha Canaleta, Linha São Jorge e Linha São José.

A Cidade se compõe de uma infra-estrutura mínima, de acordo com a média de um pequeno município do interior do Estado de Santa Catarina, com as atividades necessárias, alguns setores da indústria, comércio, serviços e lazer.

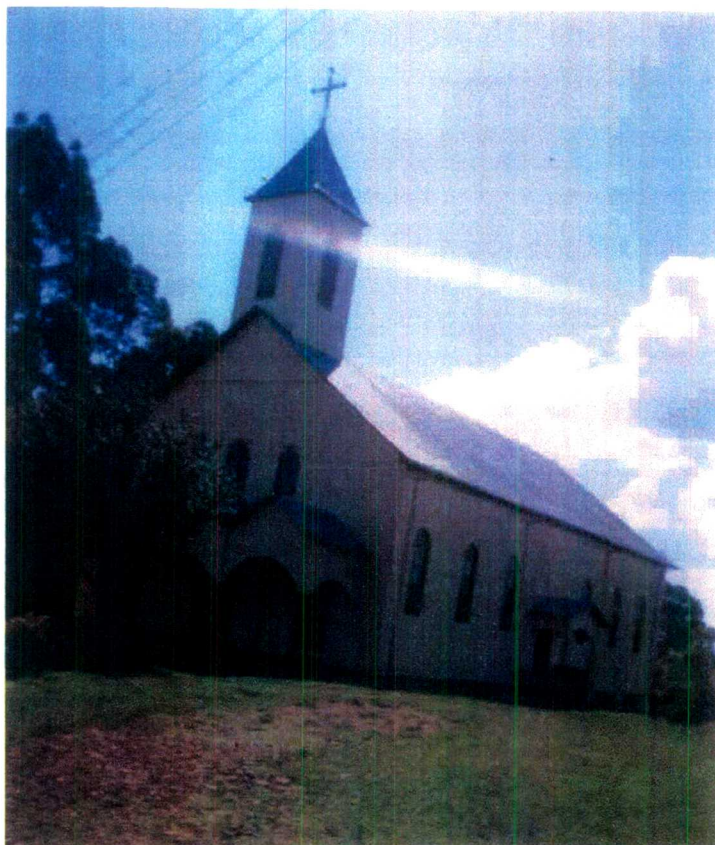
No setor industrial madeireiro, podemos enumerar a fabricação de portas, janelas e outros produtos para a construção civil, pequenas metalúrgicas, pequenas fábricas de móveis, indústria de sucos naturais, pequenas confecções na linha têxtil; uma cerâmica para fabricação de tijolos,

mini industrialização de leite do tipo C, pequenos abatedouros de bovinos e suínos para comercializar a carne nos seus próprios açougues; no setor do comércio e serviços, o Município está servido de duas farmácias, dois postos de combustível, um hospital, um laboratório de análises clínicas, um gabinete odontológico, um posto de saúde, sistema de distribuição de água, central telefônica DDD, um colégio estadual com ensino do Pré-Escolar ao Segundo Grau, três colégios no interior do Município, Pitangueira, Fátima e São Pedro, Prefeitura Municipal com prédio próprio, vários estabelecimentos comerciais do ramo da alimentação e vestuário, produtos pecuários, material de construção, distribuição de bebidas, bares, restaurantes, churrascarias, lanchonetes, um clube de piscina, dez clubes sociais, clubes de mães, grupos de danças, oito quadras de esportes, doze campos de futebol, dois ginásios de esportes, uma Exatoria Estadual de Arrecadação, um cartório, escritórios despachantes e contábeis, agência de correios, agência bancária, oficinas mecânicas, açougues, sapatarias, a igreja matriz e dez capelas da religião católica, todas distribuídas pelas comunidades. Conforme dados do Histórico de Tunápolis, arquivos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, (2000).

A sede do Município, a Cidade, é um pequeno núcleo urbano com a infra-estrutura já apresentada e com uma população total de 1.217 habitantes, conforme IBGE, (2000). Essa população está distribuída em diferentes profissões segundo as circunstâncias da economia que movimentam a Cidade. São professores, operários, profissionais liberais, comerciários, micros, pequenos e médios empresários, além de outras funções. Mas, comparando o número de habitantes da zona urbana, 1.217, com o número de habitantes da zona rural, que é de 3.559, isso indica-nos que Tunápolis é um município ainda com uma população predominantemente rural, ou seja, 75,5% da população rural; e 24,5% da população urbana, contrastando com a realidade da população brasileira que, na sua maioria, aproximadamente 80%, e Santa Catarina, aproximadamente 78%, vive no meio urbano. IBGE, (2000).

Como se pôde observar, todas as comunidades têm sua estrutura conforme o projeto original, ou seja, uma capela, da religião católica, uma pequena escola (as escolas que funcionavam apenas nas menores

comunidades com o primário, de primeira até a quarta série, foram fechadas por motivos não muito bem esclarecidos), uma sede social com um campo de futebol. Nas comunidades maiores, nos casos de Linha Pitangueira, Linha Fátima e Linha São Pedro, funcionam as casas comerciais, o que facilita a vida dos agricultores que não precisam se deslocar até a sede do Município para fazerem as compras dos produtos que necessitam.



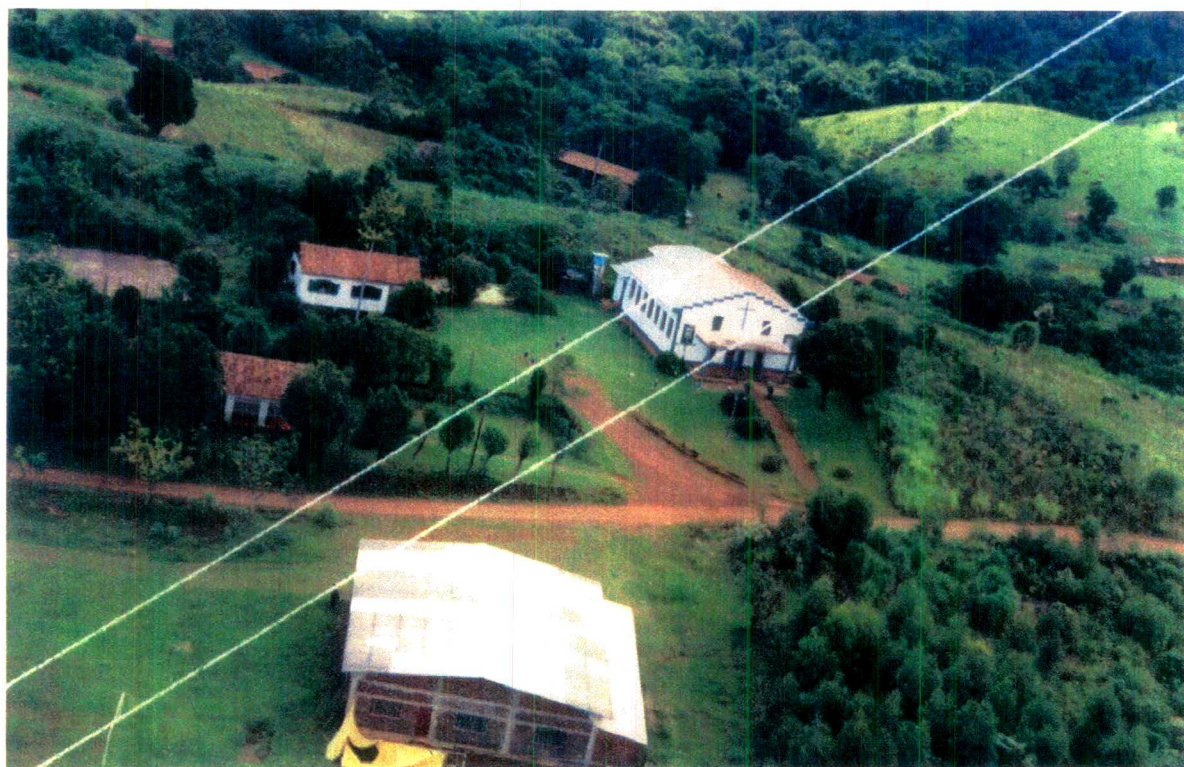
Igreja típica em comunidade rural de colonização alemã
Foto: Breno J. Loebens



Lavoura agrícola familiar
Foto: Nilse R da Veiga Loebens



Vista parcial da cidade de Tunápolis
Foto: Arquivos da PMT



Área central de uma comunidade rural
Foto: Arquivos da comunidade São Jorge - Tunápolis

Esses dados não implicam dizer que os habitantes das comunidades e do interior do Município estão organizados em forma de vilas. Apenas na comunidade de Pitangueira funcionam duas casas comerciais, uma ferraria e, anexa, uma fabriqueta de artigos de madeira, móveis e outros; da mesma forma, encontram-se a Linha Fátima e a Linha São Pedro, que estão servidas de uma pequena estrutura urbana. No entanto, isso não representa muito para a economia local, que está baseada na agrícola e, por conseguinte, depende da agricultura.

Fora dos limites da zona urbana do Município, os agricultores estão instalados relativamente distantes uns dos outros. Seus estabelecimentos de moradia e de infra-estrutura possuem galpões, chiqueirões, estábulos, abrigo para os animais, silos e depósitos para os produtos agrícolas; verificando a tabela II, temos uma idéia mais exata da quantidade de silos e depósitos existentes no Município e da sua capacidade de armazenamento dos produtos, abrigos para as ferramentas agrícolas etc. Isso, de certa forma, contribui para a maior produtividade e também uma menor perda dos produtos agropecuários, porque a proximidade entre o agricultor e a propriedade evita perdas e desperdícios.

TABELA II
DEPÓSITOS E SILOS PARA ARMAZENAR A PRODUÇÃO DE GRÃOS E FORRAGENS, RESPECTIVAMENTE NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Denominação	Depósitos para grãos	Depósitos para outros produtos	Silos aéreos	Silos de encostas
Número	372	727	09	20
Capacidade (t)	5.719	446.033	290	533

Fonte: IBGE 2000

Tabela elaborada pelo autor.

(t) - Tonelada.

Para Brandenburg, (1999), a organização das pequenas comunidades está relacionada ao projeto de colonização, que faz parte da vida, dos costumes, da cultura e da religião do migrante que no seu habitat de origem já estava organizado desta forma.

Mesmo que seus locais de moradia estejam distantes uns dos outros, nos finais de semana, os moradores reúnem-se nas celebrações religiosas e no lazer em lugares destacados nestas “colônias agrícolas”, como destaca Brandenburg.

A chegada dos emigrantes e a redefinição dos limites do espaço social agrário fizeram surgir novos núcleos populacionais, e com eles são recriadas as organizações comunitárias, intrinsecamente relacionadas à produção agrícola familiar. As comunidades encontram-se em torno das igrejas, dos centros de lazer, das escolas, estruturas sociais mínimas para sobrevivência social. A localização espacial dos agricultores, contudo, não segue o modelo de vila ou vilarejo em que todos residem de forma agrupada, mas suas residências encontram-se localizadas nas propriedades agrícolas, que necessariamente não se encontram próximas ao marco de convergência, constituído pela infra-estrutura comunitária. (Brandenburg, 1999. p. 97).

Já Graziano da Silva, quando define e analisa a organização da produção familiar na agricultura, vai num rumo diferente daquele seguido por Brandenburg. Ele constata a inferioridade da organização sócio econômica, assim como o atraso nas condições de vida, além de reafirmar as suas dificuldades em conviver com o processo a que está submetido e dominado, é o que está expresso na seguinte citação.

A pequena produção, conforme se vai inserindo na economia de mercado, passa a ter uma inferioridade cada vez maior em relação à grande propriedade, sendo obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham de modo a compensar essa situação desfavorável. Aumenta-se, assim, na mesma proporção do atraso dos processos técnicos de exploração da terra, o prolongamento da jornada de trabalho e a incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas. Isso não resulta num melhor nível de consumo da família, mas geralmente reflete uma piora desse nível. Definindo-se por uma situação de extrema pauperização, o pequeno produtor revela, no seu padrão de vida, a violência do processo de expropriação a que está submetido. (Graziano da Silva, 1982. P. 38).

Portanto, conforme essa visão, a organização social, na forma de agricultura familiar, tende ao extermínio, à eliminação, condicionando-se à ineficiência da produção em pequena escala e fazendo com que sejam eliminadas as condições de enfrentamento com as grandes organizações, supondo que a produção em grande escala é mais eficiente, o que faz a agroindústria agir como um regulador da sociedade rural.

Constata-se que há divergências entre os vários autores, em se tratando da organização social e econômica das propriedades familiares na agricultura. Contudo, o que se pretende demonstrar são as limitações que

enfrentam os agricultores, neste caso particular, quanto à organização em colônias e em comunidades agrícolas no município de Tunápolis.

As colônias agrícolas surgiram da necessidade da população se organizar em grupos, haja vista as grandes dificuldades encontradas diariamente por seus membros. Elas foram organizadas em comunidades e compostas por pequenas propriedades, ou seja, propriedades familiares na agricultura, as quais já possuíam seu estilo de vida solidificado nas circunstâncias anteriores vividas na Europa, principalmente, na Alemanha e na Itália.

Os imigrantes vieram acompanhados da cultura e dos costumes próprios de sua origem, na sua forma de ser, de se relacionar e de se organizar. Isso não foi perdido quando da sua migração do Rio Grande do Sul em direção à Santa Catarina, mesmo que esses fossem representados por uma nova geração, haja vista que os costumes culturais, artísticos e religiosos passam de geração em geração através do convívio familiar e comunitário.

Essa característica pode ser constatada no modelo de colonização de Tunápolis e região, em razão das suas relações sociais que se fundamentam nas relações sociais das origens gaúchas, especificamente, das características da Região da Fronteira Oeste e da Região do Vale do Rio Pardo, no Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a sua organização em propriedades familiares em torno de comunidades.

No centro da Comunidade, (ver foto de comunidade rural), em um lugar de destaque, podemos observar a localização da igreja, da escola e do centro de lazer. Além disso, apesar das dificuldades e das limitações econômicas, as festas comunitárias e familiares fazem parte da vida em família e em comunidade.

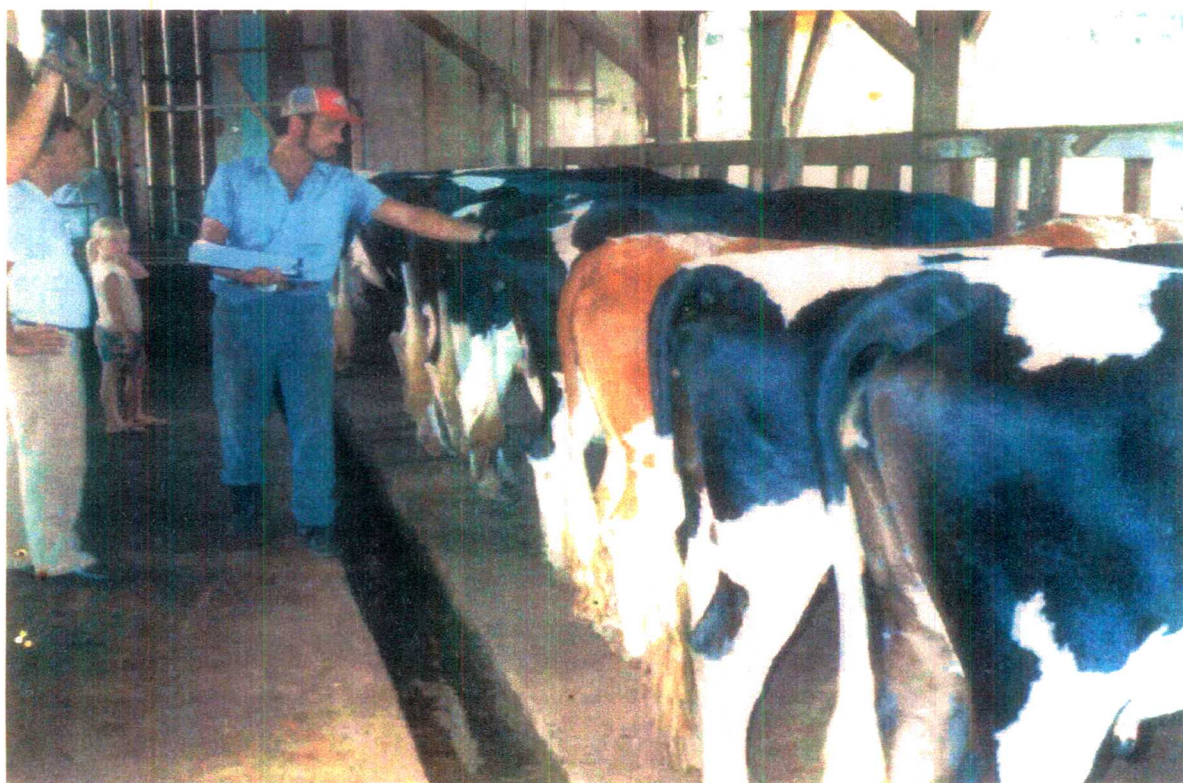
Percebe-se esta equivalência na colonização de Tunápolis em relação à colonização da chamada “colônia velha”, pela similaridade e pela dinâmica dos acontecimentos, das ocupações das terras das regiões, como: de Santa Cruz do Sul, de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul.



Curso sobre silagem
Foto: arquivo da SMAT



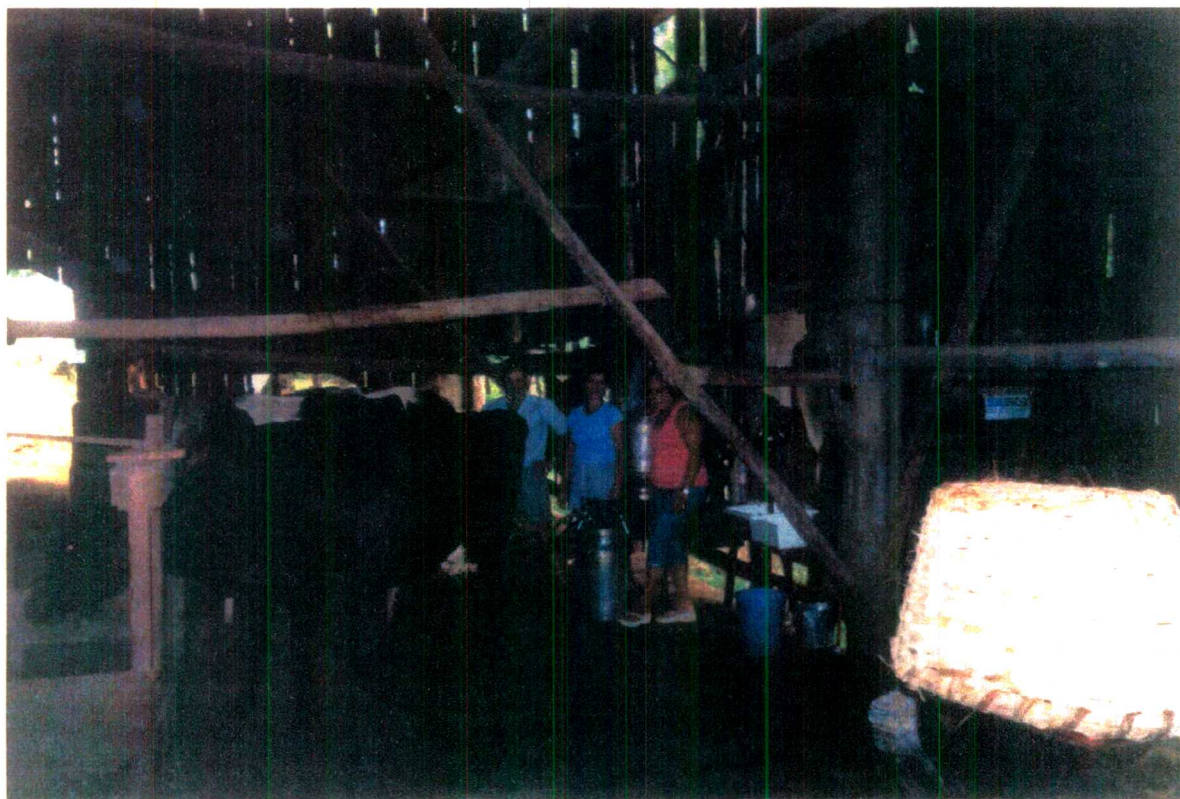
Aula prática do campo
Foto: arquivos da SMAT



Médico veterinário avaliando as vacas de leite
Foto: arquivos da SMAT



Estábulo de produtor de leite
Foto: Pedro Baumgratz



Instalação para ordenha mecânica
Foto: Breno J Loebens



Vista parcial de uma propriedade agrícola
Foto: Nilse R da Veiga Loebens



Terraplanagem para ampliação de aviário
Foto: arquivo SMAT



Produtor de suínos integrado à agroindústria
Foto: arquivo da propriedade de RAS



Produtor de suínos integrado à agroindústria com a produção ampliada
Foto: arquivos da propriedade de RAS



Instalações internas da produção de suínos
Foto: arquivos da propriedade de RAS



Carreta agrícola: adaptação de carro antigo para uso em propriedade familiar agrícola
Foto: Brono J Loebens



Jardim típico da tradição alemã em uma propriedade agrícola familiar
Foto: Nilse R da Veiga Loebens

Outra demonstração de convergência de organização social entre a origem dos colonizadores e do município de Tunápolis está na presença do líder comunitário existente em todas as comunidades, além do padre paroquial, que detinha alguns poderes. Esse líder era um indivíduo que se destacava e por isso cumpria diversas funções na comunidade, entre outras, a de professor comunitário, categoria que se estendeu até final da década de 1960. O ocupante desse cargo era estrategicamente escolhido por alguma liderança governamental, pela Igreja e pelas pessoas da comunidade; geralmente eram pessoas que aceitavam as ordens superiores, vindas do poder constituído.

O líder, além da função de professor comunitário, celebrava os cultos religiosos dominicais, quando da ausência do padre. Aliás, a participação nas celebrações religiosas fazia parte da cultura; era coisa sagrada e ninguém poderia falhar a fim de que não passasse por constrangimentos na comunidade.

Havia ainda o delegado ou inspetor, como era chamado. Era uma pessoa que impunha respeito e tinha a incumbência de resolver pequenos conflitos juntamente com o juiz de paz. Ambos eram indicados por algum político ligado ao Governo, o que significa que este indivíduo mantinha relações de amizade com o poder constituído e, por isso, a maioria destes líderes defendia a política dos governantes, o que pode justificar a afirmação de Brandenburg na seqüência.

A ocupação do Sul, através de núcleos coloniais, sem dúvida, marca não apenas a história do desenvolvimento social e econômico da região, mas também da história política. Porém, aqui, embora livres do domínio dos grandes proprietários rurais, desenvolvem-se contradições étnicas, que sobrepujam as contradições sociais. Por isso, em sua maioria, a posição dos colonos foi relativamente conservadora em termos políticos. (Brandenburg, 1999. p. 94).

Uma outra forma de alienar os agricultores familiares era o trabalho realizado pelos técnicos da extinta ACARESC, atualmente evoluída em termos de políticas agrícolas e denominada EPAGRI, uma empresa estatal que deveria ter tido a função de auxiliar os agricultores a melhorar o nível tecnológico. Porém, nas décadas de 1960 e 1970, essa empresa praticava muito mais um trabalho de dominar política e ideologicamente os trabalhadores agrícolas; seus técnicos prepararam os camponeses, que já se encontravam

em condições não muito favoráveis, para a modernidade através da introdução do sistema financeiro e da agroindústria que, mais tarde, em conjunto, viriam a subordinar e atrelar pelo desmantelamento das formas anteriores de produzir e pela forma de produção integrada da agricultura com a agroindústria.

3.4. Produção

O ciclo da agricultura de subsistência estendeu-se, praticamente, até meados da década de 1960, quando houve a implantação das agroindústrias na região. Com a fixação dos frigoríficos, (SAFRITA no município de Itapiranga, fundada em 1962 e vendida para o grupo Seara/Ceval em 1981), houve um impulso e expansão da produção de suínos, a qual fazia parte do projeto do desenvolvimento da região do Oeste de Santa Catarina, o que define, parcialmente, a constatação de Graziano da Silva quando se refere sobre as condições em que vivem os produtores agrícolas de subsistência de diferentes regiões do Brasil, com a seguinte referência.

(...),a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado. Essa dispersão da produção em pequenas unidades cria a necessidade de um grande número de intermediários, fazendo com que, sobrevivendo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final. (Graziano da Silva, 1982. p. 31).

Isso fica deduzido quando conferimos que desde a sua colonização, os principais produtos agropecuários de Tunápolis, até a atualidade são: suínos, fumo, aves, leite, milho, soja, arroz, feijão, batata, trigo, cana-de-açúcar, frutas diversificadas, verduras, gado para carne etc. A maior parte da produção existente no início da colonização era reservada para o consumo próprio, sendo que os produtos mais comercializados até o começo dos anos de 1970 eram o fumo, a soja, suínos, o milho e o feijão. No entanto, essa

comercialização, excluindo o fumo, era feita somente com o excedente da produção e tendo como intermediários os comerciantes do Município e Região.

As divergências que podemos apontar entre as afirmações de Graziano da Silva e a realidade da produção familiar de Tunápolis estão na produção de fumo que, desde o início da colonização, foi um produto que se destacou por ser cultivado para ser mercadoria. Portanto, esse produto foi considerado gerador de renda pela facilidade de ser transformado em mercadoria, para ser trocado por dinheiro, - dinheiro-mercadoria -, por ser um produto que faz a interação direta entre produtor e agroindústria, neste caso, com a Souza Cruz, sendo o comerciante um posto de recolhimento.

Outro fator importante que contribuiu para o sucesso da produção de fumo foi a presença de solos apropriadas para o seu cultivo em razão da fertilidade natural neles encontrado, o que dispensava, nos primeiros anos de desmatamento, a utilização de adubos químicos e outros fertilizantes e porque grande quantidade dos colonizadores já traziam com eles a experiência com esse produto, considerando que eram naturais de Santa Cruz do Sul, cidade onde está instalada a Souza Cruz, a principal agroindústria de fumo.

Por serem estes produtores agrícolas proprietários de pequenas áreas de terras predominantemente montanhosas, o uso de máquinas motorizadas foi inviável economicamente. Essas máquinas não eram apropriadas à pequena propriedade, considerando-se o alto custo do capital constante a ser utilizado, a falta de organização e os agricultores familiares que até hoje teimavam pela produção individual.

Por toda parte é a grande exploração que mais emprega máquinas. (Kautsky, 1980. p. 116).

As famílias, mesmo sem as condições mínimas necessárias, no meio da mata virgem, sem estradas adequadas, sem máquinas, estando em poder de apenas algumas ferramentas básicas e rudimentares, como carroças e arados de tração animal, foices, machados, enxadas, serrotes e máquinas manuais, faziam uso desses equipamentos para plantar sementes de milho, feijão, soja, arroz; essas eram as ferramentas de trabalho usadas para o

preparo do solo para o plantio, limpeza das lavouras e para colheita. As foices eram ferramentas utilizadas para roçar o mato mais miúdo; o machado e o serrote, para derrubar as árvores, pois ainda não havia naquela região a disponibilidade das motosserras.

O trabalho era familiar, e todas as pessoas da família, até as crianças, a partir dos sete anos de idade, participavam de alguma ou de outra forma da lida do campo. Todos, conforme a idade, ou seja, cada um tinha sua função dentro das condições de força. Os que freqüentavam a escola, os mais novos, meio dia iam para o colégio; no outro período do dia, trabalhavam juntos com a família na roça e no cuidado com os animais domésticos.

Mas o camponês não se condena individualmente apenas a este trabalho forçado. Condena também a sua família. Na agricultura, lar e lavoura estão intimamente fundidos. Por conseguinte, as forças de trabalho menos resistentes, as crianças estão sempre sujeitas à exploração. (Kautsky, 1980. p. 127).

As dificuldades que enfrentavam estes pequenos camponeses para produzir e reproduzir a vida, assim como o seu próprio sistema eram muito grandes; assemelhavam-se aos problemas enfrentados pelos europeus quando da chegada ao Brasil. São informações que passam de pais para filhos, nas conversas entre pais, tios, avós e vizinhos que se encontravam na mesma situação e usavam os momentos em que se reuniam para saborearem um chimarrão e para contar as histórias das suas vidas.

Tunápolis, pela sua colonização tipicamente baseada na agricultura familiar, consolidou-se nos anos de 1960 e 1970 tendo a agropecuária como principal fonte de renda. Com a implantação das agroindústrias, (a partir dos anos de 1960 até o início da década de 1980, a exploração da indústria madeireira ainda estava em atividade e tinha considerado peso na economia da região), houve uma impulsão no desenvolvimento do setor urbano.

Podemos observar em Octávio Ianni quando analisa da seguinte forma a industrialização no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, e relaciona a industrialização à produção agrícola em ascensão.

(...), é inegável que a grande industrialização que havia no Brasil se realizou nas décadas de 50 e 60, entrando pelas seguintes. Mas as décadas em que se insere a industrialização são também, um pouco, milagre da agricultura. Quase que se pode dizer "um ciclo da agricultura", na medida em que grande parte dessa

industrialização se realiza com recursos produzidos pela sociedade agrária. São várias modalidades de confisco, transferência de renda de setores agrícolas ou agropecuários para setores urbanos. É claro que veio capital do exterior, mas esse capital foi pago com café, cacau, açúcar etc. É claro que sem esquecer que o valor se cria pelo trabalho produtivo compreendendo trabalhadores do campo e da cidade. (Ianni, 1982. p. 142).

Percebemos como Ianni se refere à agricultura como um impulso na realização do capital pela sua interação com a indústria, especificamente, quando relacionamos isso com a região de Tunápolis, à agroindústria, tanto pela produção de máquinas e insumos para a agricultura e pecuária, quanto à indústria de transformação dos produtos agropecuários, possibilitando uma dupla apropriação do trabalho excedente, seja na indústria ou na agropecuária, pela presença do trabalho produtivo nos dois setores.

Mesmo com um pouco de atraso, sobretudo em relação ao desenvolvimento da industrialização da região, pela importância atribuída por Ianni, a região transformou-se ao seguir a industrialização do Brasil, principalmente, a agroindústria instalada em todo Oeste de Santa Catarina, que foi dinamizada pelo modelo agrícola consolidado e beneficiado pelas condições do solo apropriado para a produção de milho, principal matéria prima para a preparação da ração que alimenta os suínos e aves, Testa, (1996). Nesta época, a grande maioria, aproximadamente 80% dos agricultores familiares produzia suínos para comercializar como já foi enfatizado por Baumgratz, (2001), (em entrevista gravada).

A consolidação da agricultura familiar era de extrema importância para sustentar a implantação da agroindústria, considerando que o trabalho familiar não exige nenhuma relação trabalhista, nem com a agroindústria, nem com o proprietário agrícola, por ser ele e sua família a mão-de-obra necessária para que a produção ocorra de forma satisfatória.

O integrado à agroindústria não tem nenhum convênio trabalhista com a agroindústria. Aparentemente, na sua forma, ele ainda é um trabalhador livre e independente em relação ao capital, mesmo que na sua essência esteja atrelado e subordinado ao capital agroindustrial por já estar expropriado das decisões sobre a forma de como e o que produzir.

(...), o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo implica crescente expropriação do trabalhador rural. O operário rural, meeiro, parceiro, arrendatário, morador, colono, sitiante, caboclo, posseiro, índio, praticamente todo trabalhador rural com alguma ligação com o mercado é subordinado aos movimentos do capital industrial. Às vezes, é o capital comercial, bancário ou mesmo usurário que alcança e explora o trabalhador rural. Mesmo, nesse caso, o capital industrial – em geral, está no fim e no começo da cadeia – e acaba por beneficiar-se da subordinação do trabalhador rural ao mercado. Como fornecedor de força de trabalho, consumidor de produtos de origem industrial e reserva de força de trabalho, o trabalhador rural é posto e repostado no circuito da acumulação capitalista. Em muitos casos, é proletariado. Nesta alternativa, é reincorporado aos movimentos do mercado, conforme as exigências do capital comercial, bancário e industrial. (Ianni, 1982. p. 160).

Diante disso, o que se percebe é a diferença do nível tecnológico entre as propriedades integradas às agroindústrias e as propriedades não integradas diretamente, principalmente, quando se trata da produção de suínos e aves. Isso é percebido mais claramente, se analisarmos a quantidade de produtores existentes antes do modelo de integração e atualmente no sistema integrado, Testa, (1996). No sistema atual, aproximadamente, 10% das propriedades permanecem na atividade; em outras palavras, se no modelo independente havia um montante que ficava em torno de 80% dos agricultores do Município produzindo suínos, com o sistema integrado, caiu para em torno 10%, ou seja, no município de Tunápolis ainda há 68 produtores de suínos, num total de 690 proprietários de terra, conforme dados da Secretaria Municipal da Agricultura, (2001/2002).

Isto fica mais evidente nas declarações do Engenheiro Agrônomo da Prefeitura Municipal do município de Tunápolis, Pedro Baumgratz, (2001), (entrevista gravada), ele que é natural e criado junto aos familiares no Município. Agora, depois de formado, com curso superior, permanece trabalhando no Município e acompanha todas as mudanças. As declarações e as informações abaixo foram gravadas através de seu depoimento, em novembro de 2001, em sua residência.

(...),sou filho de agricultor, de uma família numerosa. Éramos entre 12 irmãos e, como na época aqui na região deu muito dinheiro, qualquer produção, nem que fosse cultura anual, milho ou soja.

O pessoal podia fazer sua vida; e o pessoal da minha família também não foram estudar. O pessoal ficou na roça mesmo, onde os pais, muitos pais conseguiram comprar um pedaço de terra para seus filhos e eu também consegui, antes de estudar, ficar na roça, comprei um pedaço de chão, mesmo apenas de quatro hectares. (...).

O que a gente sente muito mais na região, parece que empobreceu. A maioria das pequenas propriedades ficaram descapitalizadas. Isso aconteceu porque as lavouras, as terras, os lotes, além de mal divididos, são pequenos.

Nos anos de 1970 até 1980, a agricultura que deu dinheiro, quando na época não havia a grande exploração das culturas anuais, milho e soja, de outras regiões do Centro Oeste do Brasil. (P. B., 2001). Entrevista gravada.

Há uma relação, uma aproximação entre as declarações de Baumgratz e o trecho tirado de um trabalho de pesquisa de vários autores e que está transcrito a seguir, onde analisam e classificam a situação dos agricultores da Região do Oeste de Santa Catarina.

Agricultores capitalizados: correspondem a 13% dos estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense e são representados por aquelas unidades cuja atividade agrícola tem possibilitado a reprodução da família e também um certo nível de investimentos e acumulação. Neste grupo estão incluídos aqueles estabelecimentos que proporcionam um valor agregado (VA) superior a três salários mínimos por mês por unidade de mão-de-obra ocupada.

Agricultores em transição: Correspondem a 29% dos estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense. São aqueles que vivem da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos. A idéia de transição mostra, que a trajetória socioeconômica desses agricultores pode ser ascendente ou descendente, dependendo das políticas a eles direcionadas. Neste grupo estão incluídos aqueles estabelecimentos que proporcionam um valor agregado entre um e três salários mínimos por mês por pessoa ocupada.

Agricultores descapitalizados: Correspondem a 42% dos estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense. Neste grupo, estão incluídos aqueles estabelecimentos que proporcionam um valor agregado menor que um salário mínimo por mês por pessoa ocupada.

O restante dos estabelecimentos agrícolas presentes no oeste catarinenses são representados por unidades onde a agricultura tem importância econômica irrisória na formação da sua renda (14,5%) e agricultores patronais (1,5%). (Silvestro, 2001. p. 34 e 35).

Se analisarmos o que apresenta Baumgratz no depoimento, comparando com Silvestro e com o Boletim do Deser, constatamos que há acompanhamento e estudos de pessoas e grupos organizados em relação ao problema que vem enfrentando os agricultores familiares. Além disso, sente-se que é compreendido a existência do problema, como também da situação dos agricultores familiares de Tunápolis, que está relacionada às dificuldades de toda a região. Porém, o que se percebe, o que não está claro, o que não se enxerga é a interpretação da causa real do problema. Ele é mostrado apenas aparentemente; não se mostra o modo de produção capitalista como a

essência do problema dos agricultores familiares como se pretende fazer com este estudo.

O Boletim do Deser apresenta-nos algumas informações em relação à situação da economia do Oeste de Santa Catarina, da seguinte forma.

Pesquisas recentes mostram que a Região Oeste Catarinense está vivendo uma crise econômica e um acelerado aumento no êxodo rural e regional. Dentre os vários fatores responsáveis por esta crise, Testa et al. considera como principal a concentração na criação de suínos. Além disso, também faltam oportunidades que despertem nos jovens o interesse em desenvolver na região seus projetos de vida. Com a concentração da produção na suinocultura, a produção de leite desponta como uma alternativa de renda para aqueles agricultores que deixaram de produzir suínos. A estruturação e consolidação da atividade leiteira de forma heterogênea e desconcentrada pode criar alternativa de renda e ocupação produtiva que muitos vão buscar em outras regiões. Entretanto, algumas análises prevêem que a produção e transformação do leite no Oeste Catarinense seguirá a mesma trajetória de concentração ocorrida na suinocultura. (Boletim do Deser, 2001, n. 118, p. 11).

Conforme as seguintes declarações de um agricultor familiar na agricultura de Tunápolis que produz leite na sua propriedade, depois de ter interrompido a produção de suínos, podemos observar que as dificuldades já estão aparecendo e que o problema não está na especificidade do produto a ser produzido mas no sistema produtivo, no sistema capitalista.

Com gado leiteiro já faz quatro ou cinco anos que começamos investir, mas a situação atual também é difícil. Não é mais negócio, mas não se tem condições de mudar de atividade, de ramo, de começar outra atividade, porque, não temos condições, não temos recursos. Estamos no mês de outubro de 2001 e o preço do leite que no mês de julho e agosto deste ano estava razoável, agora já piorou muito. Estava em 34 centavos o litro e agora baixou para 25 centavos e em certas propriedades até bem menos. Isto dá um desânimo muito grande porque o serviço, o trabalho é o mesmo, enquanto que a renda caiu drasticamente, quer dizer, quando se pensava que teríamos lucro, acaba em prejuízo. Faça a conta: 4.500 litros de leite por mês, quanto que dá a perda por mês e por ano?. (A. D., 2001. Entrevista gravada).

Portanto, podemos perceber e concordar que esse problema não é exclusivo de Tunápolis e região. Tudo nos leva a crer que é um problema da agricultura familiar que está sendo expropriada pelo modo de produção capitalista, cuja essência é um processo de exclusão social e econômica. Isto quer dizer que não se trata de solucionar o problema momentaneamente, que não depende de uma solução localizada; é um problema criado pelo sistema capitalista.

3.5. Evolução Sócio Econômica

A principal preocupação da análise da agricultura familiar e da sua evolução sócio econômica está na acelerada expropriação do trabalhador agrícola. Inicialmente ela se dá através da apropriação do trabalho excedente praticado pelos capitalistas e, num segundo momento, a definitiva expropriação de toda a propriedade pela subordinação da agricultura familiar à agroindústria. Pelas condições e nas circunstâncias em que vivem, essas famílias estão se transformando em meros assalariados agrícolas ou quando não, em assalariados no meio urbano, isso quando não são lançados à barbárie.

Aparentemente, em princípio, há vários fatores que podem ter contribuído para o sucesso da colonização, do desenvolvimento de Tunápolis e da região, os quais carecem de análise independente para apreender as mudanças ocorridas que, a partir dos anos de 1970, levaram ao início do êxodo rural. Essa foi a época em que a agropecuária deu um impulso de desenvolvimento na região, através da identificação da importância do solo fértil, da água de boa qualidade, que havia em abundância, pela presença das nascentes, dos riachos e dos rios, assim como da implantação da agroindústria na região.

Até o final dos anos de 1960, a economia da região era baseada na produção de fumo como principal produto sendo a mercadoria com melhor valor comercial. Em outras palavras, tinha o melhor valor-de-troca, além do valor-de-uso, apesar de a sua produção estar totalmente subordinada à agroindústria. A Souza Cruz detinha o monopólio em toda região, era a única compradora do fumo em folha produzido.

Nesta década, a suinocultura foi-se incorporando e se projetando na economia como produto que ligeiramente se transformava em produto de valor-de-troca estável, acompanhando a consolidação do comércio e transporte da

região. O transporte era de fundamental importância, pois não havia frigoríficos na região. No início da produção de suínos, quando ainda não haviam os frigoríficos no Oeste de Santa Catarina, os suínos prontos para o abate eram transportados e comercializados vivos para os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, principalmente para a cidade de Ponta Grossa, Paraná, e cidade de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul. Maiores informações referentes a este assunto podem ser encontradas em Espíndola, (1996).

Nos anos de 1960 e 1970, o leite e seus derivados, no município de Tunápolis, não tinha praticamente nenhum valor-de-troca, isto quer dizer, não tinha valor comercial; era produzido como meio de subsistência, como produto de auto consumo. Não podia ser considerado mercadoria por não ser mercantilizado. A principal causa disso estava relacionada às dificuldades de transporte, considerando-se a grande distância de Tunápolis aos grandes centros consumidores, e o leite ser um produto perecível.

O comércio que se beneficiava pela compra e venda dos produtos agropecuários, pela intermediação, indústria de produção de insumos agrícolas e agricultura se destacou com a evolução da agricultura e da indústria com o surgimento do mercado consumidor. Ele cumpria, ainda, a função de intermediário entre a agricultura e a indústria de transformação, a agroindústria, e pelo aumento de consumo de ferramentas, máquinas, fertilizantes, rações, sais minerais, remédios, enfim, o comércio cresceu consideravelmente acompanhando os outros setores da economia de Tunápolis e região.

A indústria madeireira teve grande contribuição para o desenvolvimento da região. Em certa época, estimulou a indústria e o comércio, que ocupavam e asseguravam grande quantidade da mão-de-obra de Tunápolis e, a partir da metade da década de 1960, sustentou-se pela grande quantidade de madeira de lei existente nas matas virgens da região. A madeira de lei adquiriu grande valor-de-troca e por muitos anos tornou-se um dos principais produtos de geração de capital do município de Tunápolis, tanto é que estimulou a instalação e o desenvolvimento de várias madeireiras, que se encarregavam da transformação da madeira para ser comercializada.

Mas, é importante enfatizar que, quando a agroindústria evoluiu de forma acelerada, já desde a década de 1970, os problemas começaram em razão, da oferta de crédito fácil do sistema financeiro oficial, assim como pela modernização forçada, sem que houvesse um acompanhamento planejado da realidade da produção familiar na agricultura e tampouco fossem levadas em consideração as condições econômicas, sociais e culturais que estavam presentes no modelo de colonização.

Havia a necessidade de preparar a população para o novo que viria. Para isso, nada melhor que os técnicos agrícolas e os engenheiros agrônomos doutrinados pelo modelo norte americano de agricultura e representados pela antiga ACARESC, atualmente transformada em EPAGRI. Esses indivíduos, de posse de modernas técnicas, muito mais para doutrinar os agricultores familiares do que para ajudá-los, convenceram-nos, ainda com o apoio dos fiscais do Banco do Brasil, de que seriam beneficiados com novo projeto de modernização agroindustrial.

Entre as diversas estratégias usadas, a que mais gerou mudanças foi a introdução do projeto 4S, que significa saber, sentir, servir e saúde, programa dirigido aos jovens, filhos de agricultores, e que hoje já não existe mais, provavelmente, porque o objetivo principal já foi atingido.

Através desses projetos, os agricultores foram convencidos de que era necessário substituir as raças de suínos (até foi inventada a peste suína, que legitimou a matança de plantéis inteiros para introduzir as raças norte americanas); o adubo orgânico foi substituído pelos adubos e fertilizantes químicos (beneficiando o capital industrial que estava à procura de maior mercado consumidor). Em vez das enxadas para a limpeza das lavouras, introduziu-se os herbicidas para matar o inço; a cultura diversificada foi substituída pela monocultura; as instalações robustas, pelas construções modernas para locar os animais e os produtos colhidos. Não havia problema financeiro para essas inovações; tudo era simples, o Banco do Brasil financiava, e o agricultor, simplesmente, como garantia, entregava a escritura da sua propriedade ao banco financiador.

O projeto implantado na região do Oeste de Santa Catarina, com a participação do poder público estadual, federal; poder financeiro, industrial e comercial não deixou de ser uma forma de expropriação dos camponeses dos seus meios de produção. Grande número de agricultores familiares foi transformado em simples força de trabalho, deixando, com isso, suas famílias em situação de extrema dificuldade, situação de barbárie no meio urbano. Pelos números do IBGE observamos que as pessoas residentes e que viviam no meio rural no município de Tunápolis, caiu de 5.088 no ano de 1980, para 3.559 no ano de 2000 e da zona urbana, a população aumentou de 769 em 1980, para 1.217 em 2000 (Ver tabela V, no capítulo IV).

Quando os agricultores partiram do Rio Grande do Sul em direção a Tunápolis, em busca de melhores condições de vida, incentivados pela iniciativa dos encarregados do projeto de colonização, não estava em seus planos ou não estava ao seu alcance imaginar que a mudança de local seria uma mera solução passageira e aparente; não podiam enxergar que a essência do problema estaria no modo de produção capitalista.

A esperança da construção de um novo projeto de vida para a família, com melhores condições de vida; a construção de algo que desse segurança a toda a família, isto estava nos seus sonhos. Podemos sentir algo similar numa passagem do depoimento do senhor Lauro Nascimento, um agricultor, filho de agricultor que migrou do Rio Grande do Sul para Tunápolis. Esse depoimento foi gravado no mês de novembro de 2001, em sua residência. Assim ele falou:

Nos anos de 1970, o que a gente mais produzia, a maior produção era fumo, mas também plantávamos um pouco de milho, soja, criava um pouco de suínos, mas a maior produção, o que dava mais dinheiro era a produção de fumo.

No ano de 1976, no ano de 1975, eu casei; no ano de 1976, o pai faleceu. Quando casei continuei trabalhando na agricultura, continuei morando na comunidade de Raigão Baixo até 1978. Saí de Raigão e fui morar na Linha Sant'Ana, município de Descanso, fiquei morando lá só por um ano, voltei e fui morar de agregado.

Mas, não trabalhei sempre na agricultura; já trabalhei na Madeireira Entre Rios, Tunápolis, na Comercial Spies. Voltei outra vez para a agricultura em 1992, trabalhando de agregado na terra de Dário Schröder, na Linha Pitangueira, comecei a trabalhar na agricultura novamente. (L. N., 2001. Entrevista gravada).

Esse é um dentre muito outros exemplos das dificuldades que passaram e passam os agricultores familiares. Uns são proprietários de pequenas parcelas de terra; outros, ainda trabalhando de agregados, meeiros e parceiros. Mas, é um aspecto importante e que deve ser destacado, considerando os sonhos que os colonos tiveram na esperança de dias melhores, principalmente em relação à situação econômica. Tinham como perspectivas ampliar a quantidade ou o tamanho dos lotes, considerando que a maioria dos casais de agricultores tinham muitos filhos e os preços das terras eram consideravelmente baratos.

TABELA III
SITUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE TUNÁPOLIS EM 1996 E ESTIMATIVA EM 2000*.

Condição ⇒	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Período ↓	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
1996	692	10.678	60	750	22	255	24	165
2000	679	10.678	57	720	18	215	21	146

Fonte: IBGE –Censo Agropecuário.

Tabela elaborada pelo autor.

* Estimativas a partir do censo do IBGE 2000.

Continuando o raciocínio, pretende-se fazer um retrato da situação sócio econômica de Tunápolis, da dinâmica da colonização, dos problemas e das dificuldades que seriam superados, do dinamismo da cultura que é próprio das pequenas comunidades estruturadas pelas propriedades familiares fundamentadas na agricultura familiar européia.

Por essas e outras situações que passam, esses trabalhadores tentam de diversas formas novas façanhas; ora abandonando o meio rural em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos, ora tentando encontrar soluções através da descoberta de terras novas, principalmente, mais para o Norte do País, sem condições de identificar a causa principal ou a origem do problema. Tentam encontrar a causa do problema no espaço geográfico em que se encontram. Alienados, não podem enxergar que o problema está engendrado no modo de produção capitalista.

Brandenburg já havia acompanhado a situação dos agricultores familiares que procuravam encontrar a solução através da migração na direção do Sul para o Norte.

Após algum tempo, os migrantes irão repetir a façanha de seus ascendentes europeus. Com as terras ocupadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, gaúchos e catarinenses irão se estabelecer no Paraná; em seguida, no Mato Grosso e no Norte do Brasil. A migração continua sendo a única alternativa para esses personagens que ora se defrontam com a falta de terra, que tende a concentrar-se, ora são excluídos pelo processo de modernização. (Brandenburg, 1999. p. 94).

Brandenburg, parece-me não enxergar ou não tem interesse em aprofundar, ver a essência do problema dos agricultores familiares como sendo resultado do modo de produção capitalista. Portanto, um problema sem solução no interior do modo de produção capitalista. A análise não pode ter como parâmetros a falta de terra e o processo de modernização. Devemos ter como base que o modo de produção capitalista é um processo de exclusão social pela centralização do capital.

O modo de produção capitalista persegue os agricultores familiares e onde quer que estejam instalados, expropria-os de forma contínua, extraindo mais-valia de várias formas; seja pela jornada de trabalho, como através dos preços agrícolas ou pelo preço dos insumos.

Quando os imigrantes europeus se instalaram no Rio Grande do Sul, havia muitas terras disponíveis, devoluta, principalmente nos pampas gaúchos. Mesmo assim, as relações entre o pequeno camponês e o campo não foram tão amigáveis por muito tempo, uma vez que muitos deles foram se deslocamento para outras regiões do Brasil.

Conforme Lamarche, (1997), a reprodução das propriedades familiares só pôde ter continuidade graças aos constantes deslocamentos de uma região para outra. Ela iniciou-se no Estado do Rio Grande do Sul, rumou aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e, finalmente, para outros estados mais ao Norte do País.

Na Região Sul, estabeleceu-se uma certa divisão espacial entre os pampas, onde a grande propriedade se instala a partir do século XVIII, e as regiões montanhosas, onde as comunidades camponesas de imigrantes europeus se implantaram no século XIX. A história anterior dos imigrantes, as condições de sua

instalação no país, independente das grandes propriedades e a possibilidade de reprodução da família, graças a deslocamentos constantes, explicam por que as colônias meridionais puderam constituir-se mais claramente em comunidades camponesas. Contudo, a exigüidade das terras disponíveis e a extrema precariedade dos sistemas de cultura predominantes provocarão freqüentemente o declínio da economia colonial e forçarão essas populações a novas migrações. (Lamarche, 1997. p. 182).

Mas essas novas migrações de famílias de pequenos proprietários é cada vez mais do campo para a cidade, diferentemente de épocas anteriores, quando se deslocavam e permaneciam no campo. A busca de soluções se dá muito mais rumo aos grandes centros urbanos, comprovando assim, o crescimento das favelas ou, por outra via de escape, através da organização junto aos sem terra, MST. Sobre o Movimento dos Sem-Terra, encontramos melhores e maiores informações em Grade, (1999).

Sobre a situação e a evolução sócio econômica da agricultura de Tunápolis, podemos apreender algo a mais na continuação do depoimento de Baumgratz, e que está de acordo com Silvestro, (2001), quando se refere ao desenvolvimento das propriedade agrícolas e da degradação da agricultura familiar.

Nós temos algumas propriedades ainda desenvolvidas, e Tunápolis, São João do Oeste e Itapiranga se destacam, inclusive em relação ao Extremo Oeste. Nós ainda estamos um tanto melhor. Nós temos propriedades mais ou menos desenvolvidas, mas não acontece com a maioria. Nós ainda temos algumas que têm algum poder de barganha. Nos anos 80, sendo que hoje os pais, a maioria já são velhos e os filhos praticamente todos sem estudo, sem formação, também não estão conseguindo servir mais. Potencialmente estão decaindo mais do seu poder aquisitivo. A juventude hoje, o pessoal que tem um pouco mais de visão, infelizmente, justamente estes que têm um pouco mais de visão, estes estão vendo que não é mais possível, estes estão saindo. Praticamente, eu diria que, aproximadamente, de 80% da juventude foram embora, são poucos os que ficaram. Os que ficam, geralmente, são os que menos grau de formação têm, indiretamente, isso é um prejuízo. (...).

Agora, pensando no lado social, seria altamente viável investir em massa na região. Mas, os programas hoje existentes, desenvolvidos, nós também devemos executar, sobre a agricultura, são mais programas paternalistas, e não na organização da produção.

Nos últimos anos, começou-se a desenvolver mais a atividade leiteira. O número de produtores voltou-se mais à atividade leiteira, deixando-se mais de lado o fumo. E podemos ver que o movimento econômico do Município, hoje, o maior movimento econômico seriam os aviários, sendo que estão também nas mãos de poucos, mas representa altos valores. Em seguida, seria a suinocultura e, depois, a atividade leiteira. Sendo que, a atividade leiteira tem dinheiro que gira é no Município. Já a avicultura não. Apenas uma pequena parte fica no Município, o resto sai do Município. Mas, para fins de levantamento econômico, a avicultura

ainda é mais representativa do que o movimento do leite. (P.B, 2001. Entrevista gravada).

Mais uma vez constatamos que a agricultura familiar não está sendo contemplada na política agrícola do sistema capitalista. Então, não depende da migração do pequeno camponês de uma região para outra para solucionar o seu problema, porque a realidade é a mesma, seja onde ele for se instalar, isto porque, o modo de produção capitalista não tem nem pátria, muito menos limite regional; ele age em todas as regiões, em todos os lugares.

Através das informações do Boletim do Deser, podemos identificar os rumos que toma a agricultura do Extremo Oeste de Santa Catarina, (onde está localizado o município de Tunápolis), as dificuldades por que passam os pequenos produtores familiares, os obstáculos a serem transpostos, ou seja, se a agroindústria os excluiu da suinocultura, agora a atividade leiteira também passa por uma crise.

Porque o jovem, por ter acesso às informações, não se sujeita mais à situação em que se encontram os agricultores familiares, haja vista a falta de perspectivas de uma vida digna, deixando-o, assim, inquieto. Não há mais oportunidade ou condições financeiras para um lazer decente; falta um projeto apropriado de saúde para o meio rural, para a educação; faltam investimentos; o transporte está precário. Afinal, o meio rural não tem à sua disposição as condições necessárias para uma vida digna.

Ainda assim, a pequena propriedade, especialmente a propriedade familiar, é a grande responsável pela maior parte da produção agropecuária, da produção da matéria-prima para as agroindústrias, principalmente nos ramos de suínos e aves, conforme os dados do FUNDAF.

A principal característica do meio rural catarinense é sua estrutura minifundista. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 1995-96 (IBGE), as propriedades com até 50 hectares de terra representam 89,7% do número de estabelecimentos rurais, mas possuem apenas 40,6% da área agrícola total. No ano agrícola de 1995-96, 172,8 mil estabelecimentos rurais de Santa Catarina (85%) foram explorados unicamente pelo responsável e por pessoas da família, envolvendo 542,4 mil pessoas (75% do total ocupada nas atividades agrícolas). (FUNDAF, 1998).

O que Testa, (1996), propõe, a cultura diversificada, se sustenta no modelo atual, porque, no sistema capitalista, a produção diversificada não se mantém, considerando as exigências do capital agroindustrial aos seus integrados. Mesmo não estando em boas condições, as propriedades integradas às agroindústrias se mantém com um nível de vida acima dos não integrados, o que dificulta apresentar um projeto diferente, que seja aceito pela classe.

Afirmar política e institucionalmente a agricultura familiar diversificada é a opção estratégica que melhor permite obter um alto grau de dinamismo, flexibilidade e competitividade econômica no atual contexto de mercados globalizados e diante de outras regiões concorrentes. Além disso propicia sustentabilidade ambiental e equidade social. Isto decorre das seguintes características da agricultura familiar diversificada:

- Melhor aproveitamento da mão-de-obra e terra ao longo do ano.
- Maior capacidade de enfrentar riscos decorrentes de variações nos preços dos produtos ou de influências climáticas e de pragas e doenças.
- Integração positiva entre as atividades agrícolas, decorrentes, principalmente da agregação de valor aproveitamento de subprodutos ou resíduos na propriedade.

A interação desses fundamentos confere à produção familiar diversificada um alto grau de flexibilidade que se constitui num elemento central de competitividade, além de ser sustentável ambientalmente. (Testa, 1996. p. 30).

Esta apresentação de Testa pode até ser considerada uma solução aparente. A mesma visão que tiveram os migrantes, ou seja, uma solução local, mas que, na essência do modo de produção capitalista, não pode ser considerada uma solução sem que haja rompimento na estrutura do sistema de produção, porque, no sistema em que vivemos, este é de permanente exclusão social por natureza.

Dessa forma, um agricultor, o senhor Alfredo Dietz, (2001), da Linha Bonita, município de Tunápolis, no seu depoimento, narra algumas das dificuldades em relação à situação e as condições em que vive o agricultor familiar, da seguinte forma.

Em outras épocas, se produzia suínos, soja e se fazia dinheiro mesmo. Hoje, se precisa produzir muito, por exemplo, muitas vacas e muito leite e ainda assim a situação está difícil. Se produz de tudo e mesmo assim não se consegue ganhar muito dinheiro. As coisas eram melhores em outras épocas passadas, e a gente não se dava conta naqueles tempos.

Nos fins dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980, construímos a nossa casa, compramos um carro de passeio, compramos máquinas, motores. Se fazia

bons negócios, quando se ia para o comércio, ainda se fazia boas compras, porque se tinha dinheiro e hoje se está parado e não se sabe o que fazer, tudo está mal.

Até no ano de 1995, ainda se criava porco (suínos), se investia bastante e hoje temos as instalações, chiqueiros, esterqueiras e outras coisas mais; gastou-se dinheiro para nada. Agora se abandonou tudo. Para hoje em dia se trabalhar com gado leiteiro e plantando fumo. (A. D, 2001. Entrevista gravada).

Este debate para encontrar alternativas para a agricultura familiar parece que não chega a lugar nenhum. São muitas as opiniões e conclusões, considerando que os próprios governantes não têm nenhum interesse prático, principalmente, em se tratando de governo com políticas neoliberais. Mas, na verdade, é um problema que atinge a toda classe proletária, tanto da cidade, como do campo e, por isso, o movimento transformador, deverá partir da classe dos trabalhadores, sejam urbanos ou rurais.

Esse problema é fruto do sistema capitalista de produção, que expropria o trabalhador de parte do seu trabalho.

A fala do agricultor (A. D., gravada em 2001), segue na mesma direção do documento do Boletim do Deser, o qual analisa o trabalho de Testa, (1996), partindo dos problemas que enfrentam os agricultores no Oeste de Santa Catarina em razão da exclusão de um imenso número de famílias das suas atividades. Num primeiro momento, essa exclusão se dá na suinocultura e, num segundo momento, a definitiva exclusão da agricultura, como agricultor familiar, e a total perda do seus meios de produção.

Até meados da década de 1980, a suinocultura representava a principal alternativa econômica para a maioria dos agricultores do Oeste Catarinense. Desde então, a atividade passou por um processo de especialização e concentração, o que resultou em um expressivo número de famílias excluídas da atividade. O trabalho de Testa et al, que coloca em evidência o debate sobre o desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense, conclui que a exclusão na suinocultura é um dos componentes básicos para a atual crise da agricultura familiar da região. (Boletim do Deser, 2001. n. 118, p. 11).

Os dados que aparecem no parágrafo seguinte sustentam as afirmações apresentadas até agora, ou seja, a exclusão de grande parcela dos agricultores, provocando o êxodo rural. Pelos dados do IBGE, em apenas dez anos, de 1985 a 1995, a redução das propriedades rurais, das pessoas e da atividade agropecuária se deu de forma significativa. Assim, se acreditarmos

que o processo excludente continuará no mesmo ritmo, se o êxodo rural continuar na mesma magnitude, o problema social tende a se agravar.

O êxodo rural ampliou-se na última década. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995-96 (IBGE), entre os anos de 1985 a 1995, em Santa Catarina, houve uma redução de 31.626 estabelecimentos rurais e 168 mil pessoas ocupadas na atividade agropecuária. O número de integrados nas agroindústrias também tem reduzido. Somente na produção suínica, ocorreu, nos dez últimos anos, uma redução de cerca de 30 mil agricultores integrados. (FUNDAF, 1998).

Esta é a realidade concreta que vêm enfrentando os agricultores familiares e que exige cada vez mais estudos e pesquisas aprofundados. Mesmo que a maioria tenha passado da produção de suínos para a produção de leite e outras atividades, o problema não deverá ser resolvido com simplicidade. Conforme o Boletim do Deser, se concretizar a especialização na produção de leite, a maior concentração da produção não estará descartada.

Apesar da importância sócio-econômica e ecológica da atividade leiteira conduzida de forma desconcentrada e em propriedades diversificadas no oeste catarinense, e da sua competitividade em termos de custos, há um certo consenso entre técnicos e políticos de que o caminho inexorável para a produção de leite na região é a especialização, o aumento de escala e a concentração. (Boletim do Deser, 2001. n. 118, p. 12).

Até o final da década de 1970 havia as condições que sustentavam a produção agropecuária diversificada na agricultura familiar no município de Tunápolis, mas, a partir dos anos de 1980, introduziram-se grandes mudanças, dentre elas, a modernização pelo sistema de integração, que levou muitos agricultores à exclusão, causadas pelas exigências impostas das agroindústrias, Testa, (1996). Como já foi apresentado em parágrafos anteriores, muitos destes excluídos da suinocultura passaram para a atividade leiteira. Só que eles não contavam com outro problema, ou seja, com as exigências da indústria leiteira, que vão além das condições técnicas e financeiras de muitos pequenos produtores.

Por não dispor das condições técnicas e financeiras para adaptar sua propriedade às exigências das agroindústrias, os agricultores familiares tiveram que optar em aceitar o empréstimo do sistema financeiro, ou inventar outra atividade, ou ainda seguir o caminho que muitos outros produtores

familiares já trilharam e estão trilhando, ou seja, o êxodo rural, rumo às favelas ou junto ao Movimento dos Sem-Terra.

Mas, Wilkinson, (1986), baseado em Karl Marx, pode dar-nos alguns esclarecimentos em relação ao crédito, uma das principais causas da exclusão de muitos agricultores familiares que produziam sua subsistência. No novo modelo, o capitalista, não basta produzir só a subsistência; depois do crédito, é necessário produzir o excedente que será apropriado pelo sistema financeiro em forma de juro.

A subordinação da produção às determinações do crédito oficial acarreta, portanto, como consequência necessária, a eliminação da agricultura de subsistência; a produção e o consumo perdem sua relação direta, passando a ser mediados pelo mercado. Mas, ao mesmo tempo, as condições clássicas da produção simples de mercadorias, registradas na fórmula de Marx "M-D-M", também não ocorrem. O ciclo de produção do agricultor em processo de modernização deve agora ser definido como "D¹-M¹-M²-D²", onde D¹ representa o crédito oficial, M¹ os insumos e mercadorias que possibilitam a produção (sementes selecionados, trabalho assalariado, adubos, defensivos), M² os produtos colhidos; e D² o seu preço de mercado. Só na medida em que D² exceda D¹, existirá a possibilidade de M³ (mercadorias para o consumo familiar), e D³ (abrindo condições para a continuação autônoma do ciclo de produção, mesmo para a acumulação). (Wilkinson, 1986. p. 149).

A situação atual da agricultura familiar, considerando que, além das leis que regem o sistema capitalista, ela está ainda em piores condições, haja vista a falta de uma política agrícola adequada à pequena produção. Por tudo isso, podemos pressupor que o D² é menor que o D¹.

Portanto, se analisarmos os dados da pesquisa de campo e os depoimentos dos agricultores do município de Tunápolis, e mesmo os dados oficiais, em relação à produção familiar, devemos supor que a agricultura familiar está para ser exterminada em um futuro próximo. E, para que isso se efetive, o capital se utiliza de muitas formas, entre outras, a que está no depoimento de uma agricultura, da Linha São Pedro, município de Tunápolis.

(...), a gente conseguiu comprar mais vacas; aumentamos o plantel e aí instalou-se na região a laticínios Gumz Ltda, que era para ser o carro chefe do desenvolvimento e tudo mais. (...), tem de melhorar os estábulos, modernizar, então a gente foi num técnico da EPAGRI, fizemos um orçamento, logo em seguida, fomos ao Banco, e o dinheiro foi liberado sem muita, sem analisar muito a propriedade. Só foram vistos os dados no computador, a renda familiar, e liberaram um valor muito elevado, a propriedade não compete, porque temos aqui 13 hectares, e em cima destes 13 hectares eles liberaram um financiamento de

9.890 reais para serem pagos em quatro anos e meio, da linha proger, que é do FAT, (Fundo de Amparo ao Trabalhador), e aí os nossos problemas começaram.

A construção foi feita para melhoria de qualidade de leite. Consequentemente, a gente receberia mais dinheiro pelo leite; só que isso não aconteceu e, quando venceu a primeira parcela, nós já estávamos inadimplentes, e cada ano piorou mais. Quando a gente conseguia pagar, a parcela já estava bem maior, e foi um horror; cada ano a coisa piora, e hoje, cinco anos depois, nós já pagamos 10 mil e seiscentos reais e ainda estamos devendo quase 11 mil reais. (M. Kr., 2001. Entrevista gravada).

Quando Karl Marx, (1987) cita o crédito, percebemos que ele, o crédito, na sua essência, é apresentado como uma arma poderosa da centralização do capital, e não como aparece na sua forma, como ajuda, como benefício. Quando parece ser um instrumento de auxílio aos agricultores familiares, devemos enxergá-lo além da aparência; o importante é perceber o conteúdo do instrumento.

A reflexão de Wilkinson, (1986), vai nesta direção, do pensamento marxista quando declara o seguinte: Assim, a integração aos créditos oficiais, pelo menos em sua primeira fase, cria um novo tipo de unidade produtiva agrícola mista, onde ambos os componentes estão subordinados, como veremos mais adiante, há um processo de acumulação essencialmente realizado fora da unidade agrícola, em benefício de uma ampla gama de capitais, que vão do mercantil tradicional ao moderno capital financeiro, mas tendendo a beneficiar sobretudo os capitais industriais.

É a apropriação da mais-valia, o trabalho excedente do trabalhador agrícola, em benefício do capital agroindustrial.

E Wilkinson prossegue, assim: Deste modo, a produção subsidiada pelos créditos oficiais tende a produzir simultaneamente uma dependência estrutural de trabalho assalariado e uma intensificação do trabalho familiar, a qual, por sua vez, estabelece um limite para o grau em que o trabalho contratado é incorporado ao ciclo de produção. (Wilkinson, 1986. p. 157 e p. 159).

Entre as décadas de 1960 e 1970, havia um esquema de crédito subsidiado que, Mussoi, (2002), como em outras regiões de Santa Catarina e do Brasil, em Tunápolis também foi praticado. Os verdadeiros beneficiados foram os comerciantes da região, que juntamente ou com a conivência dos fiscais do Banco do Brasil, usufruíram das informações privadas e desviaram o benefício do projeto da sua real função.

O comerciante que era beneficiado usava o dinheiro em prol dos seus negócios; outras vezes, até aplicava o dinheiro do financiamento subsidiado no próprio estabelecimento financeiro, neste caso, o Banco do

Brasil, órgão financeiro público federal, que lhe rendia juro, enquanto que o subsídio era de 40%. Em outras palavras, se por exemplo tomava de empréstimo R\$ 100,00, pagava ao banco somente 60 reais, isso depois de um ou dois anos de prazo.

Cabe lembrar que esses empréstimos eram realizados em nome de algum agricultor; o financiamento não poderia ser tomado em nome do comerciante (era o tempo em que os comerciantes ainda não eram proprietários de terra do interior do Município).

O agricultor escolhido pelo comerciante aceitava ceder seu nome, por ingenuidade e também porque o comerciante lhe pagava um churrasco na melhor churrascaria da cidade, além de o comerciante se comprometer em pagar as prestações do empréstimo no vencimento, sem deixar de ser justo com o agricultor.

Gonçalves fala do crédito subsidiado referindo-se à estratégia de consolidar a industrialização, o que provavelmente também ocorreu em Itapiranga e Tunápolis, com a construção do Frigorífico SAFRITA, entre os empresários e muitos agricultores que perderam terras por terem acreditado no projeto, isso na década de 1960.

A política de crédito rural subsidiado implementa-se com vigor nos anos 70, dentro dessa estratégia global de política econômica, que visava aprofundar a industrialização com a internalização do padrão da 2ª Revolução Industrial. Esse corresponde ao período áureo da modernização da agropecuária brasileira constituindo mudanças expressivas, não apenas na base técnica mas na própria dinâmica da agricultura. (Gonçalves, 1999. p. 177).

A política de crédito subsidiado no setor agrícola da economia acompanhou o desenvolvimento paralelo, iniciado na década de 1960 e se consolidou na década de 1970, com o desenvolvimento da agroindústria, Testa, (1996), atrelado ao fortalecimento do capital comercial, dando maior impulso à aquisição de empréstimos e produzindo uma verdadeira revolução na região em relação às transformações tecnológicas, haja vista que, até essas alturas, as transformações caminhavam em ritmo lento.

Foi na década de 1970 que a todo instante aparecia um caminhão ou um carro novo nas ruas de Tunápolis, principalmente nas propriedades dos

comerciantes e madeireiros. Esse produto era adquirido pelos empresários e festejado pelos trabalhadores, ainda mais, quando era uma carreta nova; os trabalhadores sentiam orgulho com o enriquecimento do patrão. Cada um, da sua forma, falava em favor do seu patrão. No caso do agricultor, cada um elogiava o comerciante do qual era cliente.

As décadas de 1970 e 1980 presenciaram uma transformação da estrutura produtiva e de comercialização com o advento das agroindústrias, das cooperativas e das tradings companies (modernas estruturas do capital comercial). Os principais produtos da agricultura brasileira – numa importante mudança da estrutura de produção e consumo – passaram a receber processamento com transformações agroindustriais e, quando não de beneficiamento, para o caso dos consumidos in natura. As agroindústrias processadoras, de propriedade de sociedades anônimas ou de cooperativas, assumiram a liderança na determinação da dinâmica dentro das principais cadeias produtivas e, com isso, ensejaram a articulação, sob sua égide, das distintas ordens de interesses. (Gonçalves, 1999. p. 221).

Este projeto de modernização implantado no município de Tunápolis, conjuntamente, ao projeto de modernização de toda a Região do Oeste de Santa Catarina, com a implantação dos, Frigorífico SAFRITA em 1962, Itapiranga, Frigorífico da Cooperativa Central Oeste Catarinense da marca Aurora em 1970, Chapecó, (muitos agricultores eram sócios da cooperativa), acelerou, de certa forma, a concentração do capital e a conseqüente expropriação. Se ela for centralizada em alguma área, em um ou outro setor da economia, deve haver expropriação e, no caso de Tunápolis, o resultado disso foi a conseqüência, que fez com que, na década de 1990, uma parte dos próprios comerciantes faliram e foram excluídos do processo alguns anos após terem se beneficiado da produção agrícola, mas que é assunto a ser melhor investigado em outra oportunidade, para descobrir a verdadeira causa da falência.

Ribeiro fala-nos um pouco mais sobre o modelo de modernização excludente da agricultura a partir da década de 1960 e se refere ao problema como sendo em função da suspensão dos créditos subsidiados:

O modelo de modernização excludente da agricultura, seguido a partir do final da década de 1960 e que se encontra atualmente em agonia (em função da suspensão mais ou menos gradual dos créditos fartos e subsidiados), deu origem a três graves focos de desequilíbrio na economia:

l) insuficiência do crescimento da produção de alimentos e suas conseqüências inflacionárias;

II) redução da capacidade de absorção da força de trabalho no campo, levando à migração para áreas urbanas, com aumento de desemprego e marginalidade urbana;

III) ruptura do padrão de relações intersetoriais baseado na hiperinsumização (tornada possível pelo crédito subsidiado), levando à criação de uma ampla margem de capacidade ociosa na indústria produtora de máquinas e insumos para a agricultura. (Ribeiro, 1988. p. 44).

Praticamente, todos os autores analisados sustentam que a agricultura familiar está passando por uma crise muito forte, constituindo-se de uma pressão muito austera do capital para a expropriação. Mas, nem todos percebem que isso é um problema criado pelo modo de produção capitalista. Alguns preferem acreditar que a causa da crise é a não modernidade, ou seja, que as propriedades com problemas seriam aquelas que não passaram pelo processo de modernização, e ficaram sujeitas ao processo de exclusão que rege o sistema capitalista, mas não explicam a causa da não modernização das propriedades excluídas do processo.

O próprio Graziano da Silva se posiciona claramente quando diz o seguinte: Procurei mostrar, também, que esse processo de modernização da agricultura brasileira no pós-guerra é parte do processo capitalista de desenvolvimento a que está submetido o nosso País, e se exprime de maneira contraditória pela riqueza e pela miséria que gera: de um lado, pelo crescimento da produção e da produtividade; de outro, pelos resultados perversos do ponto de vista de suas implicações sociais, tais como o crescente êxodo rural, as longas jornadas de trabalho, a concentração da propriedade e da renda etc. (Graziano da Silva, 1999. p. 134).

E na página seguinte continua: Mas o desenvolvimento capitalista repõe sempre novas contradições à medida que resolve as velhas. A modernização da agricultura não foge à regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana. Embora muitos acreditem que o êxodo rural ainda possa crescer muito sem prejudicar sensivelmente as estruturas do sistema – afinal, a maioria dos países capitalistas têm uma proporção ínfima de sua população no campo –, o tema está na ordem do dia. E grande parte das propostas daí oriundas postulam “frear ou desacelerar” a modernização do campo. (Graziano da Silva, 1999. p. 135).

A importância da questão a ser identificada está na forma em que se apresenta o capital na agricultura familiar, a sua configuração independente ao mesmo tempo que está dependente no seu conteúdo como capital comercial, financeiro e industrial. Em cada uma destas formas, sendo capital na sua totalidade e interligado à pequena produção agrícola, na sua essência, ele está subordinado ao conjunto dos capitais.

Penso que é mais ou menos isso que Graziano da Silva, (1983), quer dizer ao classificar a pequena produção agrícola em três grupos, em três formas diferentes de subordinação, supondo que o capital, na sua essência, é o mesmo capital, mesmo que se apresente em três formas diferentes.

A pequena produção nas distintas regiões do país pode ser classificada em três grandes grupos:

1 - formas subordinadas ao proprietário fundiário. Nestes casos, a extração do excedente ocorre através do pagamento da renda da terra por parte do parceiro (sob a forma de uma porcentagem da produção comercial ou de subsistência); pagamento da renda numa quantidade fixa de produção ou de dinheiro pelos arrendatários; obrigação por parte do parceiro ou arrendatário de trabalhar na propriedade em certos serviços por salários inferiores aos regionais;

2 - formas subordinadas ao capital comercial. As formas de extração do excedente podem ser assim resumidas: capacidade de financiamento controlada pelo comerciante, que repassa o crédito aos produtores a taxas mais elevadas que as do sistema financeiro oficial; abastecimento de produtos (alimentos e insumos) aos pequenos produtores cobrando-lhes preços superiores aos do mercado; compra antecipada da produção a preços inferiores aos do mercado. Deve-se notar que em muitos casos o próprio proprietário da terra cumpre o papel de capitalista comercial;

3 - formas subordinadas às agroindústrias e cooperativas capitalistas. Neste caso a subordinação se dá através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, criando no pequeno produtor uma dependência e forçando-o à adoção de novas tecnologias; e, também, através da venda num mercado monopólio de matéria-prima agrícola. (Graziano da Silva, 1983. p. 24).

Aqui, Graziano da Silva apresenta as formas em que aparece a subordinação dos agricultores familiares. Similarmente a isso encontram-se os agricultores familiares de Tunápolis. Na verdade, o “camponês” pode passar de uma forma de subordinação para outra sem se aperceber; ele pensa que se encontra livre e fraterno, mas, na verdade, está na condição de subordinado, seja qual for a condição em que se encontra.

CAPÍTULO IV

SUBORDINAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES DE TUNÁPOLIS AO CAPITAL GLOBAL

Com o amadurecimento e o avanço do sistema capitalista, que, na fase superior, apresenta-se de forma globalizada, em que está inserta a produção agrícola, cujas formas de relação vão se modificando, permanecendo o mesmo conteúdo, a agricultura familiar perde espaço para a produção agrícola em grande escala nas propriedades capitalizadas, invertendo sua forma de produzir no mundo globalizado.

À medida que a agricultura se racionaliza, que a concorrência aumenta entre a exploração científica do solo e a pequena cultura rotineira, os camponeses são forçados a lançar mão do trabalho das crianças e a restringir a instrução que lhes é ministrada.

A intensidade da atividade do pequeno proprietário e de sua família, independente de qualquer consideração moral ou outra parecida, mesmo do ponto de vista econômico, não pode ser apresentado como vantagem da pequena exploração. (Kautsky, 1980. p. 129).

Com a introdução da agricultura mecanizada no Centro-Oeste e no Sudoeste do Brasil, Delgado, (1985), nos anos 70 até 80, a agricultura que gerava dinheiro, quando na época não havia a grande exploração das culturas anuais, milho e soja, de outras regiões do Centro-Oeste do Brasil, Baumgratz, (2001), (entrevista gravada), percebemos que, na agricultura mecanizada e em grande escala, com as inovadas e modernas formas de produzir, pela concentração dos meios de produção (mais capital constante aplicado em detrimento do capital variável), a produção global tende a aumentar com menor quantidade de trabalhadores contratados.

O modo de produção capitalista só pode ser entendido na lógica do mundo globalizado, pela inserção ao mercado universalizado. Nessa lógica, deve ser analisada a agricultura brasileira, e, de forma específica, a agricultura familiar do município de Tunápolis, como cota-parte da totalidade da produção capitalista. O sistema capitalista não se sustenta e não se desenvolve isolado do mercado mundial, como se refere Gorender. Da mesma forma, a agricultura familiar está integrada ao mercado mundial.

A meu ver, justifica-se o emprego do termo globalizado para indicar a aceleração do processo de internacionalização e de mundialização, que é intrínseco ao capitalismo desde seu surgimento sem o mercado mundial. Foi a criação do mercado mundial que produziu a unidade planetária da humanidade, a começar com os descobrimentos de Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães. (Gorender, 1999. p. 129).

A agricultura familiar, no município de Tunápolis, passa pela crise, porque não havia criado as condições para suportar as mudanças impostas pelas agroindústrias para a modernização da agricultura, haja vista que as novas formas se diferenciavam do modelo tradicional. Com o surgimento e penetração das agroindústrias na região de Tunápolis, principalmente, os frigoríficos de suínos e aves, como (Sociedade Anônima Frigorífico Itapiranga – SAFRITA – fundada em 1962 e vendida ao grupo Seara/Cevai em 1981), pelas exigências de investimentos tecnológicos além das condições técnicas e financeiras do produtor agrícola familiar, considerando os custos dos investimentos das novas tecnologias estabelecidas para a produção de aves e suínos, reduzindo o tempo necessário a sua produção; os frangos de 65 dias atingiam o peso em torno de 2kg; no entanto, com as mudanças tecnológicas, com menos de 45 dias, atingem o peso em torno de 3kg, Gazeta Mercantil, (23.04.02). Os suínos eram abatidos com 180 dias, com média aproximada de 90kg, peso que é atingido agora com aproximadamente 100 dias, Espíndola, (1996) e Testa, (1996).

A agricultura familiar que predomina no município de Tunápolis está em crise. Foi atingida pelo processo de transformação que acompanha a implantação das agroindústrias no ramo da suinocultura e avicultura, que impõe as suas estratégias de produção que vão além da capacidade técnica e financeira da maioria dos agricultores. Isso exclui grande quantidade das pequenas propriedades do novo modelo, por não se adequarem na lógica capitalista.

Os agricultores têm passado por transformações, considerando o grande número de excluídos dos setores de suínos e aves, por não disporem de condições técnicas e financeiras. Assim, são gradativamente expropriados pelo processo da centralização do capital.

Isso aparece nas tabelas IV e V, quando analisamos os dados apresentados, como propriedades adquiridas por pessoas fora do setor rural ou agricultores capitalizados (tabela IV), (são apenas alguns exemplos entre muitos outros de estabelecimentos agrícolas que passaram de propriedades dos pequenos agricultores para outros), o crescimento da população rural nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (tabela V).

TABELA IV
PROPRIEDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES VENDIDAS PARA NÃO-AGRICULTORES OU AGRICULTORES CAPITALIZADOS NAS DÉCADAS DE 1970, 1980 E 1990 NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Estabelecimentos	Ano	Área vendida em m ²	Comprador/Profissão
01	1970	507.825	Agricultor
02	1970	86.250	Indústria madeireira
03	1970	258.000	Indústria madeireira
04	1970	160.000	Comerciante
05	1970	3.056	Fotógrafo
06	1970	240.000	Comerciante
07	1970	250.000	Comerciante
08	1970	220.000	Comerciante
09	1970	180.000	Madeireiro
10	1970	310.000	Comerciante
11	1971	150.500	Professor
12	1972	245.000	Condomínio agrícola
13	1978	250.000	Empresa agropecuária
14	1979	150.000	Industrial
15	1979	230.000	Madeireiro
16	1979	379.000	Comerciante
17	1979	2.859	Comerciário
18	1980	160.000	Funcionário público
19	1980	35.000	Comerciante
20	1980	253.000	Comerciante
21	1980	95.000	Motorista
22	1980	158.000	Comerciante
23	1980	54.600	Industrial
24	1980	140.000	Médico
25	1981	54.260	Motorista
26	1981	185.000	Comerciário
27	1988	30.429	Comerciário
28	1988	21.640	Comerciário
29	1989	75.000	Bancário
30	1990	30.000	Professor

Fonte: Cartório de registro de imóveis do município de Tunápolis –SC, 2002.

Tabela elaborada pelo autor.

Há uma certa correlação entre os dados das tabelas IV e V, ao observarmos que, a partir de 1980, houve um decréscimo significativo da

população rural. Verifica-se, contudo, que, mesmo diminuindo a população total residente no município de Tunápolis, entre os anos 1980 até 2000, a população urbana aumenta, reforçando a tese de que há expropriação do agricultor familiar no modo de produção capitalista, que impõe o aumento do êxodo rural.

Observando a variação da população residente do Município, de 1991 até 2000, identificamos algumas curiosidades que merecem atenção especial. Só nessa década, a população total teve um crescimento negativo de 5.546 para 4.776, uma diminuição de 16%; no entanto a migração da população do campo para a cidade foi mais expressivo, diminuindo de 4.499 para 3.559, resultando num êxodo rural de 940 pessoas, ou seja, aproximadamente 26% em comparação aos 16% da migração da população total. Enquanto isso, no meio urbano a população aumentou de 1.047 para 1.217, uma variação de 16% para mais. Mas o maior crescimento demográfico aconteceu na década de 1980, no setor urbano: enquanto a população total diminuiu 5,6%, a população urbana aumentou 36%. A década foi marcada pela debandada de muitos agricultores familiares que deixaram o campo em direção às cidades, o que teve seqüência na década de 1990 para o ano de 2000.

TABELA V
POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E TAXA DE
CRESCIMENTO NAS DÉCADAS DE 1970, 1980 E 1990 ATÉ ANO 2000.

Crescimento populacional, total, urbana e rural, no período indicado, entre as décadas de 1970, 1980 e 1990.						Variação do crescimento no período		
Ano	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	Rural
1970	4.100	287	7,0	3.813	93,0	%	%	%
1980	5.857	769	13,2	5.088	86,8	+42,0	+268,0	+33,0
1991	5.546	1.047	19,0	4.499	81,0	-5,6	+36,0	-13,0
2000	4.776	1.217	25,5	3.559	74,5	-16,0	+16,0	-26,0

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

Tabela construída pelo autor.

O maior problema criado para a agricultura familiar, com as mudanças ocasionadas, com a introdução do sistema de integração à agroindústria, é a expropriação da maioria dos produtores da suinocultura, passando de aproximadamente 85% das unidades que produziam suínos, para em torno de 10%, que atualmente produzem em grande escala, (documentos

da Secretaria Municipal da Agricultura de Tunápolis, 2002), que mostram que de um total de 690 proprietários agrícolas, apenas 68 estabelecimentos permanecem na atividade da suinocultura, o que não quer dizer que a quantidade de suínos produzidos se alterou muito, ela permanece quase a mesma em números, conforme pode ser observado na tabela X, que mostra uma produção média de 20.475 cabeças, em 1980; 18.000, em 1990, e 23.900, em 2000. Isso nos remete às afirmações de Marx, quando se refere à centralização da produção como dos capitais no modo de produção capitalista, conforme apresentados no primeiro capítulo desse estudo.

O grande capital efetua a centralização pelas fusões e aquisições de grandes grupos e redes capitalistas no mundo inteiro, sendo que, como qualquer outro setor produtivo, a agropecuária está inserida no processo capitalista e subordinada à agroindústria, principalmente as propriedades familiares integradas ao setor, em que o capital, pelas suas leis, centraliza as decisões sobre toda a produção, sobretudo, na produção de fumo, suínos e aves, já iniciando o domínio sobre a produção de leite, que, até pouco tempo, não havia maiores relações diretas entre produtor e agroindústria.

Isso está representado na tabela VI, que apresenta a centralização dos capitais agroindustriais a partir da década de 1980, quando as agroindústrias mais conhecidas no Estado de Santa Catarina, como a Sadia, Perdigão, Chapecó e Ceval/Seara iniciaram a primeira fase da centralização, adquirindo praticamente todas as unidades do setor de suínos e aves espalhadas pelo Estado e da Região Sul do Brasil, Espíndola, (1996). No entanto, a partir da década de 1990, esse processo se efetivava de forma mais acirrada, o que impôs uma nova fase, em que essas mesmas que haviam realizado as aquisições, são abocanhadas por outros grandes grupos. Entre as que foram transferidas para outros capitalistas, temos Perdigão, Chapecó, Ceval/Seara, conforme Gazeta Mercantil, (30.11.01, p. B-14), que antes haviam adquirido várias menores empresas, agora são adquiridas por outros grupos como, Bunge Alimentos e Grupo Macri, conforme Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil, (2000, 2001, 2002). O mesmo acontece com as agroindústrias lácteas que se impõem pela força de seus capitais, de forma mais obstinada a

Parmalat. Podemos conferir os dados na tabela VI, sobre fusões e aquisições, ou conforme já sinalava Kautsky.

A grande empresa não se implantou ao mesmo tempo em todos os ramos da indústria. Ela os vai conquistando gradativamente. Onde se torna predominante, ela elimina as pequenas explorações. Mas isto não quer dizer que os pequenos empresários se tornem todos operários de fábricas. Procuram outras profissões, em que a grande exploração ainda não domine, e as congestionam. (Kautsky, 1980. p. 160).

Já não é mais só a simples apropriação do trabalho excedente de que o capitalista se utiliza para acumular mais capital, agora é a centralização do capital através das aquisições na forma de empresas, é a expropriação dos capitais menores pelos grandes capitais, assim como já afirmara Marx nos seus escritos, principalmente, em "O Capital".

TABELA VI
ALGUNS EXEMPLOS DA CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL
AGROINDUSTRIAL PELAS FUSÕES E AQUISIÇÕES, PRINCIPALMENTE,
NOS SETORES DE SUÍNOS, AVES E LEITE.

Comprador	Década	Aquisição	Fusão	Setor	Localização
SADIA	1980	Sudanista Sudanista Wilson Mouran Chapecó Damo		Bovinos Suínos Suínos Bovinos Aves Suínos	MT RS PR/SP SP PR RS
	1990	Granja Rezende		Aves	RS SP
PERDIGÃO	1980	Reunidas Sulina Borella Swift-Armour Motoca Ideal		Suínos Suínos Suínos Bovinos Aves Aves	SC RS RS SP SP RS
	1990	Lages Batavo		Bovinos Aves	SC PR
CHAPECÓ	1980	Amparo		Aves	SP
		Monte Alegre do Sul		Aves	SP
CEVAL	1980	Fril		Aves	SC
		Seara Safrita Swift La Vilette Itapevi Mogiana		Suínos Suínos/Aves Bovinos Suínos Aves Aves	SC SC Itapiranga-SC MT SP SP SP
BUNGE ALIMENTOS	1990	Ceval/Seara	Ceval/Santist	Suínos, Aves, Cereais.	EUA/BR
	2000	La Plata Cereal			
GRUPO MACRI	1990 e 2000	Chapecó		Aves, Suínos, Biscoitos e outros.	Argentina/BR
		Prenda Adria Basilar Isabela Zabet Todeschini			
PARMALAT	1980, 1990 e 2000	Etti		Leite, Biscoitos e Outros.	Itália/Brasil
		Neugebauer Glória Avaré Batávia			

Fontes: Gazeta Mercantil e Folha de São Paulo, (2001, 2002), Espíndola (1996).
Tabela elaborada pelo autor.

Percebe-se que os capitais se centralizam mais e de maneira acentuada pelas aquisições e fusões. O que, por enquanto, resta como alternativa para o pequeno agricultor familiar, que continua organizado de forma individual no município de Tunápolis, é a produção de leite e fumo, por

serem produtos aos quais o capital não se impõe tanto, não exigindo a produção em grande escala, além da produção dos produtos de auto-consumo. Mas isso é insuficiente para mantê-los no meio rural; no entanto, as exigências impostas, em termos de qualidade e quantidade na propriedade, estão cada vez mais presentes na produção de leite, Baumgratz (2001), informações obtidas em entrevista.

Na tabela VII, elaborada a partir das informações obtidas pela pesquisa de campo, observamos que somente dois, entre os 18 entrevistados, permanecem na produção de suínos; e um, na avicultura; mas representam os estabelecimentos que, aparentemente, estão em melhores condições, os que têm maior rendimento médio por pessoa ocupada na propriedade

A grande maioria dos que foram eliminados da suinocultura se transferiu para as atividades de leite, milho e fumo; ou, alguns, também para a produção de laranja, que tem menor expressão econômica pelo baixo preço pago aos agricultores. Os dados das tabelas V e VII mostram que, apesar do esforço dos agricultores em se reproduzirem de forma individual, será muito difícil a sua manutenção como pequenos produtores isolados, independentes da agroindústria, considerando que o saldo líquido da produção na tabela VII, dividido pela quantidade das pessoas que trabalham por estabelecimento, a média fica abaixo de um salário mínimo ao mês por pessoa ocupada, excluindo as propriedades integradas à agroindústria de suínos e aves. Somente dois que se mantêm na atividade leiteira tiveram rendimentos pouco acima da média e outros estão praticamente sendo excluídos do setor, observando o baixo rendimento obtido por pessoa e por família.

Na produção de suínos e aves, temos períodos bons e ruins. Nos anos de 2000 e 2001, a partir dos dados obtidos pela pesquisa de campo, os preços dos suínos analisados pelos produtores foram razoáveis. Pela produção média no estabelecimento, comparados com o saldo líquido, foi considerado satisfatório; ultrapassando em média, um salário mínimo mensal por trabalhador na propriedade; isto é, o rendimento médio mensal ficou em torno de 300 reais por pessoa mês ocupada. Na avicultura, o trabalhador, que é

mantido sob controle, está sobrevivendo. Toda vez que ele se anima com o ganho de um lote, a agroindústria, através de seus representantes, aparece exigindo novos investimentos no aviário, isto nas palavras de um avicultor numa conversa informal.

No entanto, tem vários casos de pessoas que ainda vivem no meio rural, mas já estão totalmente expropriados dos seus meios de produção, ou em fase de expropriação, principalmente do lote de terra. Como podemos observar na tabela VII, um entrevistado, permanece com apenas 1,5 hectares, o insuficiente para produzir seus meios de subsistência, sendo necessária ajuda dos filhos, que já abandonaram a agricultura para sobreviver. É importante enfatizar que esse indivíduo tem menos de 65 anos de idade, portanto não está aposentado e vive de favores dos familiares. É um exemplo, dentre muitos outros, de problemas gerados na agricultura no município de Tunápolis e região, consequência da centralização do capital.

TABELA VII
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, QUE
COMPÕEM A RENDA AGRÍCOLA, 18 ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS
EM 2001.

Nº Questionário	Área de Terra m ²	Tra balhador	Produto/mercadoria	Máquinas Utilizadas	Integra do Qual?	Receita bruta R\$	Despesa R\$	Investim./Financ. R\$	Saldo líquido R\$
01	280.000	04	Leite Fumo Milho	Manual Mecânica	Agroind. Tabaco	6.760,80	2.393,00	1.000,00/ 1.000,00	4.367,80
02	228.000	04	Leite Fumo Milho	Manual Mecânica	Agroind. Tabaco	13.608,72	8.461,00	3.500,00/ 3.200,00	5.147,72
03	268.000	04	Mel Laranja Caprinos	Manual	(não)	17.150,00	13.648,00	12.000,00/ 7.000,00	3.502,00
04	208.000	02	Milho Laranja Leite, Mel	Manual Mecânica	(não)	16.345,00	13.898,00	4.200,00	2.448,00
05	200.000	02	Milho Leite	Manual	(não)	8.480,00	5.014,00	1.800,00	3.466,00
06*	220.000	04	Fumo Feijão	Manual	Agroind. Tabaco	37.501,00	34.934,00	34.000,00/ 34.450,00	2.567,00
07	140.000	03	Leite Laranja	Manual Mecânica	(não)	21.760,00	19.750,00	5.800,00	2.010,00
08	150.000	04	Leite Laranja	Manual Mecânica	(não)	9.970,00	6.027,00	10.420,00/ 6.600,00	3943,00
09	285.000	02	Milho Leite Laranja	Manual	(não)	9.999,00	2.244,00	300,00/ 300,00	7.755,00
10-	15.000	02	Milho	Manual	(não)	80,00			80,00
11*	150.000	06	Milho Leite fumo Feijão	Manual Mecânica	Agroind. Tabaco	50.875,00	45.510,00	35.000,00/ 35.000,00	5.365,00
12	75.000	05	Leite Fumo Feijão	Manual	Agroind. Tabaco	7.280,00	2.705,00	1.000,00	4.575,00
13	150.000	03	Milho Leite Fumo	Manual Mecânica	Agroind. Tabaco	7.595,00	2.424,00	200,00	5.171,00
14	100.000	02	Milho Leite Fumo	Manual Mecânica	Agroind. Tabaco	17.270,00	8.050,00	2.400,00/ 1.700,00	9.220,00
15	190.000	04	Leite	Manual Mecânica	Cooper. Agropec.	11.580,00	7.012,00	1.500,00	4.568,00
16	75.000	05	Suínos	Manual Mecânica	Agroind. Seara	98.400,00	79.704,00	5.300,00/ 5.300,00	18.696,00
17	230.000	06	Suínos	Manual Mecânica	Agroind. Seara	123.000,0	99.999,00	10.250,00/ 10.250,00	23.001,00
18	60.000	04	aves	Mista	Seara	114.000,0	102.000,0	23.000,00	12.000,00

Fonte: Pesquisa de campo com aplicação de questionário.

Tabela elaborada pelo autor.

* Arrendatários que compraram um lote de terra, financiado pelo Banco da Terra.

Na tabela VIII, estão contidas as informações sobre a receita líquida nas propriedades pesquisadas, excluída a renda proveniente do leite, do frango e dos suínos. Isso permite analisar dados importantes e obter algumas

definições sobre a realidade das propriedades familiares na agricultura de Tunápolis. Sobre a produção da agricultura familiar, para se ter uma base do impacto que pode produzir a eliminação da produção de leite nessas propriedades.

Pelos dados analisados, a queda da renda, eliminando a produção de leite, (verificar tabelas VIII e IX), pode chegar em torno de 60%. A própria flutuação do preço do leite para baixo, muitas vezes acaba em prejuízo nas propriedades. Observamos isso se acompanharmos, no capítulo IV, o depoimento de um agricultor que se queixa do preço do leite que caiu dez centavos por litro, entre os meses de julho e outubro de 2001.

Na tabela VIII foi incluída a receita que pode gerar a produção e comercialização de mel nas propriedades familiares, pelo fato de um agricultor entrevistado ter como principal renda na produção de mel.

TABELA VIII
PRODUÇÃO E RENDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS E MEL,
DAS 18 UNIDADES PESQUISADAS.

Estabelecimento	Mel Vendido Kg/R\$	Milho Colhido Kg/R\$	Milho Vendido Kg/R\$	Laranja Vendida Kg/R\$	Fumo Vendido Kg/R\$	Feijão Vendido Kg/R\$	Receita Bruta R\$	Despesa R\$	Receita Líquida R\$
01		21.000/ 2.900,00	12.000/ 1.680,00		960/ 1.478,00		4.379,00	750,00	3.629,00
02		18.000/ 2.430,00	6.000/ 810,00		3.000/ 6.400,00		8.830,00	5.260,00	3.570,00
03	2.000/ 6.000,00	6.000/ 800,00		20.000/ 1.88,00			8.600,00	980,00	7.620,00
04	250/ 875,00	18.000/ 2.160,00	9.000/ 1.080,00	6.000/ 490,00		750,00/ 400,00	3.925,00	4.200,00	-275,00
05		12.000/ 2.000,00	4.800/ 800,00				2.000,00	1.530,00	470,00
06		6.000/ 780,00	3.600/ 468,00		1.275/ 2.295,00	480,00/ 288,00	3.363,00	450,00	2.913,00
07		18.000/ 2.400,00		2.000/ 60,00			2.460,00	2.260,00	200,00
08		12.000/ 1.600,00		2.000/ 100,00			1.700,00	1.500,00	200,00
09		21.000/ 3.395,00	10.200/ 1.649,00	2.000/ 200,00			3.595,00	650,00	2.945,00
10		600/ 100,00	480/ 80,00				100,00		100,00
11*		72.000/ 8.759,00	39.000/ 4.744,99		1.980/ 5.400,00	1.380/ 690,00	14.849,00	8.922,99	5.927,00
12		4.800/ 656,00			1.200/ 2.320,00	1.200/ 690,00	3.526,00	2.035,00	1.501,00
13	30/ 105,00	14.000/ 3.880,00	12.000/ 1.940,00				3.985,00	1.944,00	2.941,00
14		24.000/ 3.200,00	15.000/ 2.000,00		3.450/ 6.670,00		9.870,00	4.000,00	5.870,00
15		21.000/ 2.870,00					2.870,00	1.900,00	970,00
16		12.000/ 1.660,00					1.660,00	340,00	1.320,00
17		27.000/ 3.645,00					3.645,00	1.020,00	2.625,00
18		7.200/ 960,00					960,00	60,00	900,00

Fonte: Pesquisa de campo no Município de Tunápolis –S.C.

Tabela elaborada pelo autor.

- Agregado, pagou 30% da produção agrícola pelo pagamento da renda da terra e no fim do ano 2001 comprou seu lote de terra financiado pelo Banco da Terra.

Observação: Nas colunas 2, 3, 4, 5, 6, 7, os números representam a quantidade em Kg e o valor e R\$, respectivamente.

Na tabela IX, dispomos dos números que mostram a produtividade de leite por propriedade, a produção média de litros vaca por mês, o preço médio pago no biênio 2000/2001 e a receita líquida anual proveniente do leite vendido.

A produtividade média de leite por vaca é de 8,98 litros dia, o que ainda não é uma média boa; mas há propriedades, entre as 18 pesquisadas,

que estão representadas na tabela IX com uma média bastante acima daquela produzida no Município, chegando a produzir uma média de 17 litros de leite por vaca dia. Outros vários não conseguem ultrapassar a média de seis litros, implicando uma baixa produtividade.

A baixa produtividade do leite tem relação com o objeto do estudo em questão, considerando que o preço do leite pago na porteira da propriedade está de acordo com a quantidade de litros produzidos por estabelecimento, que fica entre R\$ 0,15 o menor preço médio pago e R\$ 0,25 o maior preço médio recebido pelo produtor; mas, em alguns casos chegara a atingir até R\$ 0,35 pagos por litro de leite. Podemos observar que, nos estabelecimentos com maior número de vacas, a produtividade é maior e, conseqüentemente, o total de litros de leite produzido e vendido é maior, o que diminui o custo do transporte por litro, que geralmente é descontado do produtor. A agroindústria já está exigindo maior quantidade de litros a serem produzidos por estabelecimento. Essa é uma das principais ferramentas utilizadas pelas agroindústrias para excluir grande quantidade das propriedades agrícolas do setor.

TABELA IX
PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE DAS PROPRIEDADES
PESQUISADAS, NO PERÍODO 2000/2001. RECEITA MÉDIA MENSAL E
RECEITA LÍQUIDA ANUAL, PESSOAS OCUPADAS, POR
ESTABELECIMENTO.

Estabelecimento	Qtidade Vacas Ordehadas (Média)	Pessoas Ocupadas	Imóveis Casa/Outro (m²)	Rebanho Bovino (Total)	Lt Leite produzidos/ Mês Lt. Vendido	Preço Médio Pago R\$ por Litro.	Receita Mensal Bruta R\$	Receita Anual Bruta R\$	Despesa Anual da Produção R\$	Receita Anual Líquida R\$
01	06	04	120/360	15	1.080/720	0,17	122,40	1.468,80	603,00	865,80
02	07	04	98/220	17	1.680/1.568	0,17	266,56	3.198,70	767,00	2.431,70
03	04	04	70/84	16	480					
04	14	02	96/374	34	4.800/4.500	0,25	1.125,00	13.500,0	2.148,00	11.352,00
05	06	02	160/200	15	2.200/2.000	0,23	460,00	5.520,00	444,00	5.076,00
06	01	04	63/380	08	150					
07	10	03	90/164	26	5.100/5.000	0,265	1.325,00	15.900,00	6.600,00	9.300,00
08	10	04	80/326	19	3.600/3.500	0,235	822,50	9.870,00	3.000,00	6.870,00
09	05	02	116,5/270	10	1.600/1.500	0,175	262,50	3.150,00	400,00	2.750,00
10*		02								
11	07	06	65/416	19	2.200/2.000	0,21	420,00	5.040,00	365,00	4.675,00
12	05	05	120/428	15	1.200/1.000	0,15	150,00	1.800,00	550,00	1.250,00
13	11	03	105/330	30	2.700/2.500	0,185	462,00	5.550,00	360,00	5.190,00
14	08	02	121/510	15	2.700/2.500	0,23	575,00	6.900,00	1.050,00	5.850,00
15	13	04	110/264	38	3.700/3.500	0,24	840,00	10.080,00	3.262,00	6.818,00
16	02	04	154/1.140	14	300					
17	04	06	186/1.350	26	600					
18	02	04	108/342	13	240					

Fonte: Pesquisa de campo aplicada pelo autor.

Tabela elaborada pelo autor.

- Agricultor expropriado dos seus meios de produção, vive de favores de seus filhos. Vendeu a terra para pagar dívida com o Banco do Brasil, conforme seu depoimento.

Observação: Na coluna 4, o primeiro número da linha se refere à medida da casa residencial e o segundo, outras benfeitorias. Na coluna 6 o primeiro número se refere sobre a quantidade de litros de leite produzidos e o segundo, litros de leite vendido.

Se confrontarmos os dados das tabelas IX e X, os primeiros referentes aos da pesquisa de campo e os segundos, estimativa da Secretaria Municipal da Agricultura de Tunápolis de 2001, constatamos que os números

que se referem à produção média de litros de leite de vaca por dia são muito próximos –8,98 e 8,3, respectivamente.

TABELA X
EFETIVO DOS REBANHOS E AVES DE TUNÁPOLIS –SC: VACAS
ORDENHADAS, PRODUÇÃO DE LEITE, PRODUÇÃO DE FRANGOS,
(MÉDIA ANUAL), NO PERÍODO DE 1980 –2001.

Período	Suínos	Bovinos de corte	Vacas ordenhadas	Frangos de corte	Leite, Mil litros
1980*	20.475	8.815	2.218	163.549	3.099
1990	18.000	10.223	2.734	303.000	5.421
1999	23.900	12.630	3.750	460.000	9.500
2001*	23.900	12.500	3.750	785.000	11.381

Fonte: IBGE e Pesquisa pecuária municipal de Tunápolis - SC.

Tabela elaborada pelo autor.

* Números obtidos por aproximação.

* Estimativa da Secretaria Municipal da Agricultura do Município.

Pelos dados dos censos agropecuários do IBGE disponíveis nas tabelas X e XI, constatamos que, apesar de ter diminuído a população (número de trabalhadores) residente no setor rural (tabela V), período 1980-2000, no município de Tunápolis, a área plantada e a produção agropecuária se manteve estável no período que se estende de 1980 até 2000, (tabela XI). Mas, com os produtos pecuários, como leite e frango, (como acompanhamos na tabela X), período 1980-2001, houve um aumento considerável, a produção praticamente triplicou, indicando que a produtividade agropecuária aumentou muito por trabalhador empregado.

TABELA XI
PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ÁREA EM HECTARES (ha), TONELADA (t)
COLHIDA EM TUNÁPOLIS, PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS.

Período	Fumo		Milho		Arroz		Feijão		Soja		Laranja	
	ha	t	ha	t	ha	t	Há	t	ha	t	ha	Mil Frutos
1980	425	750	4.500	17.500	40	80	370	296	100	180		
1996	433	547	3.767	9.463	103	121	439	338	45	65		
1999	458	772	4.800	12.960	40	80	500	216	100	180	200	8.400
2000	425	750	4.500	17.550	40	80	370	300	100	180	220	20.700

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE.

Tabela elaborada pelo autor.

Fica mais claro que a agricultura familiar, por estar inserida no modo de produção capitalista, está sujeitada às regras e leis do capital, que além de se apropriar do trabalho alheio, vai se apropriando das decisões de toda a classe trabalhadora, tanto do setor urbano quanto do rural e, cada vez mais com menos trabalhadores, produz mais trabalho excedente pelo aumento da produtividade.

A tendência é que cada vez mais o capital vai ajustando tudo às suas necessidades e, com isso, promove as transformações na agricultura, eliminando parcela de agricultores familiares do campo, transforma-os em mera força de trabalho disponível no mercado, conforme podemos observar em Graziano da Silva.

O desenvolvimento da agricultura só pode ser compreendido na sua totalidade se o considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no conjunto do sistema econômico. Ou seja, as transformações por que passa a agricultura, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital. (Graziano da Silva, 1982. p. 126).

Em um determinado espaço geográfico em que o modo de produção capitalista se impõe, especificamente, na agricultura familiar do município de Tunápolis, uma vez que todos os setores produtivos estão atrelados ao sistema capitalista, pela subordinação ao capital, as transformações se realizam conforme as necessidades os desejos do capital, seja industrial, comercial ou financeiro. A agricultura familiar está inserida no mesmo processo, está sob o domínio do capital, que tem por princípio produzir mercadorias, não para satisfazer os interesses dos trabalhadores, tanto na indústria quanto na produção agrícola, o capital produz com um objetivo único: se apropriar do trabalho excedente gerado pelo trabalho direto.

Portanto, ao mesmo tempo em que as perspectivas de manutenção da produção familiar são mínimas, enquanto inserta no modo de produção capitalista, considerando que a produtividade seja economicamente inferior a grande exploração, a sua permanência é importante para o capital, pela sua função de transferência de renda para setores capitalistas do setor urbano, o

que justifica a intervenção estatal nos países desenvolvidos, subsidiando a agricultura, principalmente a familiar.

Os dois termos básicos de que se compõe a agricultura capitalista dos países centrais –dispersão na oferta e intervenção estatal generalizada –são na verdade inseparáveis: é exatamente por sua natureza social específica, por seu caráter familiar, que a agricultura é obrigada a tolerar o mecanismo de transferência de renda com o qual a sociedade se beneficia de sua atividade. (Abramovay, 1992. p. 227).

Quando observamos que não há maior preocupação, dos poderes oficiais, com a agricultura familiar, no caso brasileiro, por falta de uma política agrícola adequada à pequena produção, mesmo assim o atual Governo se beneficia da agricultura familiar que contribui para o Plano Real, para a contenção da inflação, assegurando os preços baixos dos alimentos que compõe a cesta básica da população de baixa renda, por meio da contenção dos preços dos produtos agrícolas produzidos, principalmente nas propriedades familiares, conforme Abramovay acima, transferindo renda a outros setores da sociedade.

A transferência de renda da agricultura familiar pode se realizar de diferentes formas: pelos tributos pagos pelos agricultores ao Estado; pela expropriação do trabalho excedente direto, sistema integrado e trabalhador assalariado; pelos baixos preços pagos aos produtos agrícolas, para viabilizar alimentação barata à classe proletária nos centros urbanos, que contribuem para a conservação dos baixos salários, principalmente no setor industrial. Tudo isso auxilia na apropriação de maior parcela da mais-valia produzido no meio rural para o capital industrial.

Por meio da redução dos preços dos alimentos reduzem os custos dos meios de subsistência, o que permite ao trabalhador urbano o consumo de outros bens industrializados, sem que haja aumento da renda, é o que podemos observar em Abramovay quando expõe o seguinte:

Antes de fazer do produto agrícola base imediata de acumulação capitalista e extração de mais-valia, os países centrais imprimiram ao setor um papel ainda mais importante: o de permitir que, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, os orçamentos domésticos dos assalariados pudessem consagrar-se crescentemente a bens não alimentares e sobretudo os duráveis. Com efeito, a redução permanente e em larga escala do valor da força de trabalho foi a base essencial da mudança mais importante no capitalismo desde,

sobretudo, a Segunda Guerra Mundial, e que transformou significativamente a cesta de consumo da grande massa de assalariados dos países centrais. (Abramovay. 1992. p. 227).

Como já visto anteriormente no capítulo I, a partir da teoria de Marx, a mais-valia pode ser aumentada de duas formas: através do aumento da jornada de trabalho, com o valor da força de trabalho permanecendo fixo, ou pela redução do valor da força de trabalho permanecendo fixa a jornada de trabalho. E o valor da força de trabalho só pode ser rebaixado com a redução dos valores dos meios de subsistência da classe proletária, o que está de acordo com Abramovay, quando diz que, após a Segunda Guerra, uma das bases fundamentais foi a redução dos salários da classe trabalhadora. Com isso, houve uma maior concentração e conseqüente centralização do capital, principalmente em direção dos países mais desenvolvidos, que não se realiza somente sobre o assalariado no ramo industrial. Isso pode ser observado também com o trabalhador da agricultura familiar, que produz grande quantidade da matéria-prima para a agroindústria e paralelamente parte dos seus meios de produção, que significa aumento da jornada de trabalho.

Na grande maioria dos casos, o que se observa ainda hoje é a presença de pequenas unidades familiares onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores contratados apenas temporariamente em épocas determinadas do ciclo produtivo (na colheita, por exemplo) e com um nível muito baixo de tecnificação. Mas esse tipo de unidade não é absolutamente fechado ou independente, pois seu grau de participação no mercado – tanto na venda de produtos como na compra de insumos – é bastante elevado. E é justamente nessa vinculação crescente ao mercado à circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho desses camponeses. (Graziano da Silva, 1982. p. 127).

Pelas verificações de Graziano da Silva, identificando os problemas das pequenas unidades familiares, observa-se que essas unidades não se desenvolvem de forma isolada, ou descoladas do modo de produção capitalista. Elas estão em perfeita sintonia com o mercado capitalista, transferindo trabalho excedente ao capital, seja pelos preços dos seus produtos, dos insumos, dos meios de subsistência, ou através dos tributos recolhidos pelo Estado e direcionados aos investimentos públicos em benefício de grupos e grandes empresas privadas.

Pela expropriação de trabalho excedente na produção da agricultura familiar, são geradas a acumulação, a concentração e a centralização de capital, reforçando e sustentando a tese que se está defendendo neste trabalho. Portanto, se acontece a expropriação de uma classe, este excedente, necessariamente, se transfere para algum outro setor da economia, neste caso, acaba em poder dos capitalistas, não só nacional, mas, o capitalismo global.

O excedente econômico na forma de mais-valia produzido pelo setor agrário passou a ser apropriado em outras esferas do sistema econômico nacional e mundial. Além disso, as decisões de política econômica passaram a ser tomadas principalmente em função dos interesses predominantes no setor industrial, nacional ou internacional. Um dos principais elos nessa cadeia de subordinação é o trabalhador agrícola. É ele que se encontra no centro do sistema de relações e estruturas que caracterizam a dupla subordinação em que se encontra a sociedade agrária brasileira. Ocorre que a produção de excedentes econômicos, nos setores secundários e terciários (tipicamente urbanos), tem estado sempre apoiada também na capacidade que esses setores têm revelado para apropriar-se de uma parte do excedente econômico produzido no setor agrário. Vários são os meios por intermédio dos quais se realiza a transferência de uma parte do excedente agrícola para a cidade e o exterior. (Ianni, 1982. p. 118).

Confrontando os relatos de Graziano da Silva referentes à agricultura familiar, no parágrafo acima e do último parágrafo de Ianni, percebemos que há certa concordância entre os dois autores em relação à apropriação do excedente deste setor produtivo. Para eles, há uma dupla subordinação da pequena propriedade agrícola ao capital. Se por um lado se realiza a subordinação pelos preços agrícolas, por outro lado, isto se dá pela compra dos insumos agrícolas e outros produtos de consumo, quando contribuem para a efetivação da mais-valia produzida na indústria. Portanto a transferência do trabalho excedente do setor agrário para outros setores da economia pode se dar diretamente pela produção agrícola, ou através do consumo dos produtos industriais.

A própria divisão social do trabalho desenvolve-se em graus diferentes (quando se compara a indústria e a agricultura), favorecendo a potenciação da força de trabalho operária. A dependência da produção agrícola face às condições naturais (estações, chuvas, climas etc.), estabelece limites ao ritmo de reprodução do capital agrário. Na prática, o operário rural trabalha maior número de horas que o operário industrial, para adquirir o produto do trabalho deste, produzindo com menor quantidade de força de trabalho. (Ianni, 1982. p. 119).

Outro fator que contribui para a extração de maior quantidade de mais-valia do setor agrícola é pela maior jornada de trabalho que se realiza na

agricultura em relação à indústria. Isto é reflexo da inferioridade das inovações tecnológicas inseridas no campo, mesmo admitindo que, nas últimas décadas, houve grande avanço tecnológico na agricultura do município de Tunápolis, como em todo Extremo Oeste Catarinense, influenciado pelas inovações tecnológicas introduzidas na agricultura brasileira. Apesar disso, comparados aos avanços tecnológicos da indústria, ainda são insuficientes, o que faz com que a produtividade do trabalho agrícola seja inferior à produtividade do trabalho no setor industrial, isso sem considerar as condições climáticas, que têm grande influência sobre a produção agrícola.

Vejamos como Marx se refere aos problemas que vinham enfrentando os trabalhadores agrícolas da sua época, e até que ponto isso pode servir para esse estudo de caso, como, por exemplo, o confronto entre os salários e a introdução tecnológica:

E que fizeram os patrões agrícolas? Esperaram, por acaso que os trabalhadores rurais, em virtude dessa remuneração brilhante, se multiplicassem tanto que pelo número baixassem os salários, de acordo com o que prescreve a economia dogmática? De modo nenhum. Introduziram mais maquinaria e num instante os trabalhadores ficaram supérfluos numa proporção conveniente aos patrões. Inverteu-se "mais capital" na agricultura e de forma mais produtiva. Com isso, a procura de trabalho diminuiu tanto relativa quanto absolutamente. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 741).

A partir destas conclusões de Marx, podemos fazer a seguinte indagação em relação à agricultura familiar de Tunápolis, principalmente aos integrados com a agroindústria. E o que fazem os capitalistas da agroindústria? Por acaso, com o aumento da produtividade de suínos e frangos na propriedade agrícola, o rendimento permanece com o pequeno camponês? Com segurança podemos afirmar que não. Com o aumento da produtividade, o capital agroindustrial extrai mais trabalho excedente do trabalhador integrado, que pode se efetivar por meio do aumento dos preços dos insumos ou da diminuição dos preços dos produtos agropecuários. A mesma estratégia é usada para a extração do trabalho excedente, do produtor de leite e de outros produtos agrícolas das propriedades, mesmo que não estejam subordinados diretamente à agroindústria pelo sistema de integração.

No sistema de integração, pequeno produtor e agroindústria, a extração de trabalho excedente se manifesta também de outras formas, pela incorporação de novos meios de produção, máquinas e instalações, que permitem uma produção e reprodução ampliada em relação às formas de produção anteriores, que pressupõem uma dispensa progressiva de força de trabalho.

Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade capitalista onde o instrumental de trabalho emprega o trabalhador e não este o instrumental. Esta lei se transmuta na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de produção, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital. (Marx, 1987. L. 1, v. II. p. 748).

Estas referências de Marx alusivas ao progresso da produtividade social do trabalho, condicionado à crescente introdução de novos e modernos meios de produção em relação ao trabalho, eliminando grande parcela da força de trabalho dos seus postos, o trabalhador se torna supérfluo, não somente no setor industrial. Constata-se também essa tendência na agricultura, inclusive no município de Tunápolis, onde predomina a agricultura familiar, pela crescente eliminação de jovens agricultores e famílias inteiras do ramo, motivadas pelas exigências com a centralização do capital agroindustrial.

Quanto mais se introduz novas e modernas máquinas, novas formas de produzir com meios de produção tecnologicamente inovadas, tanto mais o trabalho é submetido aos instrumentos de trabalho. No dizer de Marx, faz parte das leis do sistema capitalista de produção.

Apesar dos esforços que vêm sendo realizados por diversos organismos da sociedade, tanto nos setores governamentais como nos não-governamentais, os esforços são impotentes perante a lei capitalista. Essa tese parte de Marx, quando aborda que há leis que comandam a sociedade capitalista, entre outras, a apropriação do trabalho excedente, a exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho ou, especificamente, o caso deste estudo, na agricultura familiar; a expropriação gradual dos pequenos

camponeses, contribuindo para a centralização do capital sob domínio de um número reduzido de capitalistas.

Vimos que essas organizações configuram-se numa diversidade de experiências de cooperação agrícola, criadas basicamente ao longo das últimas décadas por grupos de agricultores familiares na região Sul. As iniciativas de organização analisadas assumem uma variedade de formas, dimensões e significados. Em geral, são compostas por grupos de famílias que buscam implementar novas estratégias de produção, agroindustrialização, comercialização e consumo. Tais estratégias visam criar maiores oportunidades de competitividade no seio de um mercado que cada vez mais excludente, fortalecendo uma proposta de desenvolvimento local. Buscam também ampliar os espaços de cidadania política e promover a melhoria das suas condições de vida e trabalho. (Boletim do Deser, 2001. n. 118, p. 8).

Considerando que estas organizações a que se refere o Boletim do Deser estão preocupadas em produzir projetos para solucionar os problemas da agricultura familiar, não passarão de soluções paliativas, passageiras. Enquanto persistir o modo de produção capitalista, esses problemas não serão solucionados, por serem próprios do modo de produção capitalista. Isso não quer dizer que não haja a necessidade da organização, da luta por soluções dos problemas que afligem a agricultura familiar. O mesmo vale para o documento da EPAGRI, que tem a preocupação em solucionar o problema da agricultura familiar, levando a eles projetos de assessoramento, cursos de formação para a administração das propriedades agrícolas. Pelo que se observa, não estão resolvendo o problema em torno do êxodo rural nas últimas três décadas, conforme verificado nas tabelas IV e V.

Como enfrentar o mundo globalizado, com trabalhos que geram mais emprego e renda no campo e evitam o êxodo rural, é um dos grandes desafios que os agricultores familiares no Sul do Brasil estão enfrentando. Para ajudar nesta caminhada, a Epagri vem desenvolvendo um projeto de gerenciamento de propriedades agrícolas. (...). O objetivo geral do projeto é, através de acompanhamento e assessoria de técnicos – engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, economistas e administradores rurais, etc. –, bem como treinamentos e capacitação de produtores rurais, tornar viáveis economicamente as propriedades agrícolas familiares catarinenses, através do conhecimento e da melhoria dos sistemas de produção agropecuários e da aplicação das técnicas e dos métodos disponíveis em administração rural. (EPAGRI, 2001. n. 1, p. 34).

Observamos, nas tabelas IV e V, um tímido melhoramento das propriedades agrícolas familiares, a introdução de novas tecnologias que auxiliam no aumento da produtividade, da escala de produção por meio das integrações da agricultura à agroindústria. Tudo isso é necessário, porém não é

suficiente para resolver o problema da agricultura familiar. Pode até amenizar; mas, por ser lei do modo de produção capitalista, a gradativa centralização do capital, conseqüentemente, no lado oposto, elimina ou destrói a maioria dos menores capitais individuais e isolados.

Portanto, a consolidação de um grupo de pessoas capacitadas na perspectivas de gênero para atuar nas organizações sociais é de fundamental importância para a estratégia de valorização da agricultura familiar e para o processo de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento. (CUT, 1999. p. 53).

Se esses grupos, a que se refere a CUT, para atuarem nas organizações sociais, não estiverem preparados para um trabalho de transformação do sistema, numa mudança do sistema produtivo, tudo não passará de uma solução paliativa, (atenuada), pois não há elementos que permitam uma sustentação, que vislumbre saída para a agricultura familiar por um projeto de simples valorização da categoria. No máximo, implicaria na produção de maior excedente para o capital.

Os novos paradigmas das ações para o desenvolvimento sustentável, buscam a ampliação de qualidade de vida através da melhoria também do aspecto econômico, porém, as questões sociais e ambientais, devem necessariamente serem trabalhadas de forma conjugadas. Além do mais, o conceito da solidariedade e da cooperação mútua entre os trabalhadores e trabalhadoras, colocam os espaços de organização e de participação social, como fundamentais na consolidação deste projeto e conseqüentemente da cidadania no meio rural. (CUT, 1999. p. 70).

Essa proposta, porém, só é possível se realizar, invertendo os valores pela substituição das prioridades, ou seja, em vez de produzir em função da valorização do capital, produzir coisas em função da vida das pessoas. Só aí podemos idealizar e falar em um desenvolvimento sustentável, em qualidade de vida para todos, em cidadania para todos, em respeito às questões sociais e ambientais. Mas o problema ambiental, a falta de cidadania não está só no meio rural. O meio rural depende do meio urbano e o meio urbano depende do meio rural; ambos se completam.

Portanto, se percebemos que no modo de produção capitalista, cada vez mais pessoas e famílias inteiras são excluídos e expropriados, engrossando o êxodo rural, por que não adotar medidas que realmente possam resolver o problema? Por que continuar tentando soluções aparentemente superficiais, que só transferem os problemas um pouco mais para frente?

Neste trabalho, tem-se como principal objetivo mostrar que, no modo de produção capitalista, há leis próprias que decididamente centralizam os capitais em poder de reduzidos grupos econômicos, em quantidade cada vez menor. Isso significa que cada vez mais pessoas e famílias inteiras são expropriadas dos seus capitais, das suas propriedades privadas, dos seus meios de produção e subsistência, o que leva tais pessoas à total dependência do capital.

As mudanças na distribuição regional do capital e a descentralização das políticas públicas constituem-se como novos condicionantes do desenvolvimento, pelo qual, o objetivo de ampliar as oportunidades de trabalho no meio rural, passa por políticas nacionais de expansão e fortalecimento da agricultura familiar, mas, sobretudo, pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição da riqueza. (CUT, 1999. p. 78).

É contraditório falar de distribuição de riqueza enquanto que o modo de produção capitalista é um sistema de concentração de riqueza por excelência. E não é só a transferência de riqueza dos países pobres para os países ricos; a transferência de renda se efetua em todas as esferas da economia. No município de Tunápolis, enxergamos isso quando acompanhamos a crescente concentração de renda, que se realiza pela utilização do poder dos preços dos produtos agropecuários e insumos agrícolas e dos preços dos meios de subsistência, que são adquiridos pelos agricultores familiares, mas os preços controlados pelos capitalistas. Isso faz com que, cada vez mais, agricultores abandonem, primeiro, a produção de um produto determinado apostando em outro, como aconteceu com a produção de suínos, da qual a maioria foi excluída, passando para a produção de leite; segundo, que abandonem a atividade agrícola tentando ganhar a vida na cidade, como já foi debatido em capítulo anterior.

Os capitalistas da agropecuária e da agroindústria estão articulados para manterem os privilégios que têm na expropriação da mais-valia da agricultura familiar. Na verdade, não passam de capitalistas como em qualquer outro setor da economia, como donos do capital que se apresenta daquela forma, ou seja, na forma de capital agropecuário e agroindustrial.

Quanto à burguesia de base agrária, é claro que em geral ela está amplamente articulada com as burguesias industrial e financeira, de base urbana. Ao lado de empresários (grandes, médios ou pequenos) de base exclusivamente agrária, cresce o número daqueles articulados com empresários industriais e banqueiros. Às vezes as empresas rurais, industriais e financeiras fazem parte do mesmo grupo econômico. Outras vezes o empresário é um só. Ocorre que o capital industrial submete, cada vez mais ampla e profundamente, a agricultura, ou seus ramos, às exigências da reprodução e expansão desse mesmo capital. (Ianni, 1982. p. 236).

O que se está pretendendo afirmar aqui está de acordo com o que Ianni apresenta, isto é, com a centralização do capital, o agricultor familiar está cada vez mais submetido ao capital, sendo que as exigências para que o próprio capitalista se reproduza e se expanda faz com que sempre mais famílias sejam excluídas do meio rural e jogadas à sorte no meio urbano. Isso faz crer que o agricultor familiar está sendo realmente expropriado e eliminado de forma gradativa dos seus meios de produção e dos seus meios de subsistência pela centralização do capital. Graziano da Silva, (1982), leva sua análise numa direção semelhante à de Ianni, quando afirma que o camponês está sendo expropriado, pela transformação em um assalariado. Mesmo que, na aparência, seja proprietário dos meios de produção, pela subordinação ao capital, é assalariado na essência.

Esse processo de "descampesinização" pode levar tanto a uma expropriação de fato do camponês, transformando-o num "assalariado puro", como a uma "tecnificação" de sua unidade produtiva, na qual ele permanece apenas formalmente proprietário dos meios de produção. Em qualquer um desses dois movimentos, o sentido é o mesmo: subordinar o trabalho ao capital. Esse é o ponto fundamental da questão: submetido a esse processo de proletarianização (entendido no seu sentido amplo), o camponês se "descampesiniza", isto é, converte-se num trabalhador para o capital, num "novo camponês". (Graziano da Silva, 1982. p. 135).

Essa nova forma que aparece o trabalhador rural, integrado à agroindústria, não passa de um simples gerador de mais-valia apropriada pelo capitalista, produzindo um ganho adicional ao capital. Para esses trabalhadores integrados ou não, resulta na perda das suas ilusões, ou seja, na reorganização da sua unificação como classe, a sua luta de classes como consciência de classe a ser superada como classe dominada e oprimida. É a classe proletária como classe revolucionária, de construção de uma sociedade superior a essa sociedade em vigor.

A tabela XII está sendo apresentada para que os dados disponíveis mostrem as diferentes categorias e ferramentas de que se utiliza o modo de produção capitalistas para se apropriar do trabalho alheio. Nesse caso, a apropriação se realiza pela dívida pública, que é uma das formas mais sofisticadas que o sistema capitalista produziu e implantou.

TABELA XII
RELAÇÃO E VARIAÇÃO DO PIB, RENDA PER CAPITA, CARGA TRIBUTÁRIA E DÍVIDA PÚBLICA PIB %, RESERVAS CAMBIAIS U\$, CASO BRASILEIRO.

Período	Variação da renda per capita %	Tributos % PIB	Renda Nominal per capita R\$	Variação real do PIB %	Valor nominal do PIB Bilhões R\$	População Residente no Brasil em Milhões	Dívida pública do Brasil Bilhões R\$	Dívida Pública % do PIB	Reservas Internacionais U\$ Milhões
1994	4,33	27,90	2.280,25	5,85	349,200	153,100	151,940	31,9	38.806,00
1995	2,76	28,44	4.160,42	4,22	646,200	155,300	193,860	30,0	51.840,00
1996	1,25	28,63	4.945,88	2,66	778,800	157,500	238,312	30,6	60.110,00
1997	1,88	28,58	5.454,55	3,27	870,700	159,600	291,684	33,5	52.173,00
1998	-1,11	29,33	5.647,66	0,22	913,700	161,800	388,119	38,1	72.826,00
1999	-0,54	31,67	5.860,75	0,79	960,800	163,900	516,579	50,7	36.353,00
2000					1.007,800	169,544	563,163	49,7	28.581,00
2001					1.087,292		660,867	49,3	35.640,00
2002*					1.241,467		685,290	55,2	36.724,00

Fonte: IBGE, BC, Conjuntura Econômica, Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil.

Tabela elaborada pelo autor.

* Dados consultados até maio de 2002.

Os números da tabela XII nos indicam que as leis capitalistas se aplicam de forma geral, ou seja, subordinam todas as formas em todos os setores produtivos. Subordinam todos os setores produtivos ao capital, principalmente, agora, na fase atual, ao capital financeiro, que se impõe por meio da dívida pública, que, pela funcionalidade do sistema, centraliza o capital, apropriando-se do capital produtivo.

No período de janeiro a setembro de 2001, o Governo brasileiro pagou R\$ 51,5 bilhões referentes ao juro interno da dívida pública, e R\$ 10,177 bilhões referentes ao juro externo, num total de R\$ 61,677 bilhões, em apenas nove meses. Só pelo pagamento de juros, não considerando as amortizações

do principal da dívida pública, a economia brasileira sofreu essa expropriação, conforme Gazeta Mercantil, (31.10.2001, p. A 6).

Na fase da globalização, o modo de produção capitalista muito mais está estruturado na centralização do capital, que anteriormente foi gerado e nem tanto para produzir aumento de capital. Entendemos isso quando apreendemos que o sistema financeiro se apropria da maior parte do capital sem que para isso produzisse algo em troca. O sistema financeiro não só se apropria da mais-valia que está sendo produzida, vai além, e centraliza grande parte do capital já formado e disponível, utilizando como meio o crédito e, conseqüentemente, a dívida pública.

Na a tabela XII, encontramos alguns dados curiosos referentes à economia brasileira relacionados à dívida pública e que podem nos oferecer alguns subsídios para que se entenda um pouco melhor as causas que geram os problemas de inflação, falta de projeto de saúde que possa atender as necessidades populares, a falta de educação de qualidade, e que lançam o sistema produtivo em decadência. No nosso caso, a agricultura familiar que está passando pela fase da expropriação da grande maioria das propriedades familiares, eliminando-os do setor, por não terem condições de suprir as exigências impostas pelo capital agroindustrial. Para isso acompanhamos a evolução da dívida pública brasileira e seu impacto sobre o PIB.

Em 1994, a dívida brasileira era de 27,9% do Produto Interno Bruto (PIB), passando para 55,2%, em 2002, o que representa uma elevação muito grande. A dívida que, em 1994, estava em torno de R\$ 151 bilhões, chega, em 2002, em torno de R\$ 685 bilhões. As reservas em dólares, em 1998, eram aproximadamente, US\$ 72 bilhões; em 2002, estavam apenas em cerca de US\$ 36 bilhões. E isso gera um descontrole, obrigando o Governo a aumentar, consideravelmente os juros, os tributos, estes que, em 1994, estavam em 27,9% do PIB e passaram para 31,67%, em 1999. Isso, sem contar com as privatizações efetivadas pelo Governo brasileiro, que entregou grande volume de capitais aos grupos capitalistas estrangeiros, sendo uma forma moderna do

capital para expropriar o trabalhador e os capitais menores, de um lado, e centralizar maiores capitais do lado oposto, conforme tabela XII.

Isso confirma cada vez mais que o setor produtivo está em função dos sistema financeiro especulativo, o qual não produz nada de novo, somente se apropria da riqueza que está sendo produzida pelo processo produtivo e se apropria, por meio da centralização do capital existente, gerando, de forma acelerada, crises cada vez mais acentuadas, de maneira mais cruel nos países menos desenvolvidos, sobretudo nos setores da economia que são mais frágeis, como na agricultura familiar, que produz com menor grau tecnológico e de forma individual, que é inferior à forma coletiva.

Está evidente que a crise por que passam os países subdesenvolvidos não é mais do que a centralização dos capitais, a expropriação dos capitalistas menores pelos capitalistas maiores. É a centralização dos capitais produzidos nos países menos desenvolvidos e com menor poder de decisão, hegemonicamente em poder do sistema financeiro especulativo representado por grupos sediados, principalmente, nos Estados Unidos da América, o que representa que temos de mais nefasto para a humanidade. Soberania sim, Alca não, (2002); Gazeta Mercantil, (2001), Martinelli Jr. (1998).

E assim temos um indicativo que mostra que a exclusão social, a expropriação e a eliminação dos agricultores familiares é resultado do modo de produção capitalista que está fundamentado na produção da mais-valia, e que consequentemente leva a centralização do capital no mundo globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apreendemos, a expropriação dos agricultores familiares, pela centralização do capital, no modo de produção capitalista, é uma realidade que se efetiva, de forma acentuada, a cada dia que passa, não só no município de Tunápolis, mas também em todo Estado de Santa Catarina. Isso acontece sem interrupção, conforme pode-se observar através da grande quantidade de homens, mulheres, jovens e crianças que encontramos em todos os lugares, quer seja nas cidades ou entre os sem-terra provenientes do meio rural, mais especificamente, dos estabelecimentos agrícolas familiares.

No final da década de 1980, Dom José Gomes, na oportunidade, Bispo da Diocese de Chapecó – SC, em “A Questão Agrária e o Desenvolvimento Nacional”, alertava a sociedade catarinense para esse fato e preocupava-se com essa multidão de pessoas, os sem-terra. Em razão disso, tentava mobilizar a sociedade, através de trabalhos realizados nas mais diversas formas de pastorais e buscava, por intermédio da conscientização, solucionar o problema ou, ao menos, amenizar o sofrimento da população dos agricultores familiares. Vejamos o que já dizia Dom José Gomes, na década de 1980.

São seis milhões e setecentos mil famílias, de acordo com o MIRAD. O povo fala em 12 milhões de trabalhadores rurais. Precisamos perguntar: o que se faz com essa multidão? Vamos jogá-los junto às periferias das cidades: vamos fazê-los favelados para depois a comunidade chamá-los de criminosos, assassinos? O que importa é a questão humanitária, que é o fundamental, sem falar no aspecto religioso. (A Questão Agrária, 1987. p. 38)

Quando Delgado (1985), se refere à penetração do grande capital na agricultura e pecuária, apresenta isso como a grande contribuição para a centralização do capital. Para ele, a forma cooperativa faz parte do projeto que vincula a concentração da produção e de capitais na agricultura. Quanto a isso, Kautsky (1972) já abordava a hipótese de haver a possibilidade da reunião de empresários agrícolas nesta forma associativa.

Se observamos os dados da tabela V, no capítulo IV, veremos que houve um crescimento negativo da população rural no município de Tunápolis nas décadas de 1980 e 1990. No período de 1980 até 1991, 13% das pessoas abandonaram o meio rural; no período de 1991 até 2000, dobrou, ou seja, em torno de 26% das pessoas deixaram o campo, migrando para diferentes regiões urbanas do Estado de Santa Catarina.

Os que teimam ainda em permanecer na região, tentam de uma ou de outra forma a sua reprodução, mesmo estando fora da atividade agrícola, procurando sujeitar-se às novas regras das indústrias e serviços nas pequenas cidades onde estão estabelecidos, residentes nos seus estabelecimentos rurais, conforme exemplos no município vizinho de Tunápolis, Itapiranga, segundo as palavras de um morador no interior daquele município, que trocou o trabalho na lavoura pelo trabalho na agroindústria, especificamente, a Seara Alimentos de Itapiranga, como apresentado no parágrafo seguinte.

A rotina já não é mais a mesma na propriedade do agricultor Libório Reis, 38 anos, que mora em Soledade, comunidade localizada no interior da pequena Itapiranga, no Extremo Oeste Catarinense. (...). Às 14h15min, ele inicia sua jornada de trabalho no frigorífico de aves da Seara Alimentos e só vai encerrar às 23h50min (...). Libório é um dos cerca de 500 agricultores da região de Itapiranga que optaram por trabalhar no frigorífico como forma de obter um fluxo constante de renda. Os colonos já representam quase 40% dos 1,3 mil funcionários da unidade industrial. (...). A presença de colonos na indústria é um novo sintoma da deterioração das condições de subsistência nas pequenas propriedades rurais, causada pela falta de escala de produção. Primeiro, os filhos começaram a deixar a roça em busca de empregos na cidade, devido à falta de perspectiva no campo. Agora, os próprios agricultores começam a fazer isso, mantendo a atividade rural como ocupação paralela. (...).

“Com nossos cinco hectares, não temos como fazer pastagens para produção de leite. E, na roça, às vezes uma seca ou chuva acaba com o trabalho de um ano inteiro”, diz Margarida Giehl, que mora na comunidade de Dourado (Itapiranga) e também optou pelo frigorífico. (Gazeta Mercantil, 23 abr 2001. p. B-16).

Isso significa que, quanto mais a região de Tunápolis integra-se ao mercado mundial globalizado, tanto mais a pequena produção é expropriada; ela tende a ser eliminada por falta de capacidade técnica e organizacional, limitando a força de competir com as grandes organizações agrícolas, que possuem máquinas e ferramentas de trabalho com inovações tecnológicas muito acima das pequenas organizações agrícolas, agravando-se com a

implantação do Mercosul, como se referia Lins (1994), como podemos acompanhar na seguinte citação.

Os pequenos agricultores, responsáveis pelo grosso da produção de alimentos no país, constituiriam alvo privilegiado das conseqüências da integração para a agricultura. Isto deriva em boa parte da sua falta de competitividade e do reduzido controle que podem exercer sobre os preços finais. Portanto, não seria arriscado prever que sistemas produtivos locais acabarão tendo que se reconverter por inteiro, podendo-se inclusive considerar a hipótese de que haverá abandono de atividades, face às previsíveis dificuldades de redirecionamento produtivo e migrações em larga escala para áreas urbanas. Tanto é preocupante a situação de segmentos do setor primário brasileiro no Mercosul, que vários foram os produtos agrícolas incluídos entre os considerados sensíveis à liberalização comercial. Indício semelhante é representado pela freqüência com que ocorreram discussões, através de seminários e outros tipos de eventos, sobre a integração envolvendo interessados do setor, em vários locais da região Sul do Brasil. (Lins, 1994. p. 58).

Com isso, estão sendo gerados muitos estabelecimentos agrícolas que estão em fase de expropriação, realidade em que se encontra praticamente toda Região do Oeste de Santa Catarina. Na da tabela VII, observamos que praticamente a metade dos estabelecimentos estão em situação precária, vivendo, em média, com menos de um salário mínimo por mês, o que, conforme Abramovay e Silvestro, pertencem ao grupo que está em fase de exclusão.

Agricultores em exclusão: apesar de sua importância social (também um terço dos agricultores), sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento. Sua renda (inclusive a de autoconsumo) situa-se abaixo de US\$ 2.400 famílias/ano. (Abramovay, 1998. p. 24).

Abramovay e vários autores analisam a situação dos pequenos produtores rurais do município de Saudades, no Oeste Catarinense, um município com as mesmas características de Tunápolis, onde os agricultores vivem os mesmos problemas em relação à expropriação de grande quantidade de famílias de suas propriedades. O que não difere em quase nada da situação de todo oeste catarinense, conforme apresenta-nos Silvestro.

Agricultores descapitalizados: correspondem a 42% dos estabelecimentos agrícolas do oeste catarinense. Neste grupo, estão incluídos aqueles estabelecimentos que proporcionam um valor agregado menor que um salário mínimo por mês por pessoa. (Silvestro, 2001. p. 35).

É importante enxergar essa relação, isto é, a transformação por que passa o setor da produção familiar, essa identidade entre os agricultores

familiares de Tunápolis, relacionada com os mesmos problemas que passam esses indivíduos no Estado de Santa Catarina e no Brasil. Eles atravessam pelo mesmo processo de expropriação, (essa comparação é importante), para não parecer que é um problema somente local. Está constatado que é um problema gerado pelo modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo que expropria, do lado oposto, é um processo centralizador de capital.

Kageyama e Hoffmann, (2000), analisam as determinantes da renda e as condições de vida das famílias agrícolas no Brasil, levando em consideração as diferentes regiões, sem referências à centralização do capital, próprio do sistema capitalista. Já Silvestro (2001), apresenta políticas alternativas como condição para manter o agricultor familiar no campo, principalmente, quando se refere ao jovem, filho de agricultor, no meio rural. Para isso, oferece várias alternativas, como educação profissional, capacidade profissional, programa de moradia no meio rural e criação de novas oportunidades de renda.

Entre muitas outras alternativas, temos o debate de propostas referentes a uma outra agricultura, Ferreira, (1998), que apresentam muitas sugestões para resolver os problemas da agricultura familiar, no entanto, sem entrar na essência do problema, citando apenas os fatos, não examinam a origem do problema por que passam, ou seja, não se referem ao sistema de produção em que estamos inseridos, o modo de produção capitalista que, aliás, é praxis de muitos analistas políticos e econômicos tradicionais e conservadores, que transferem as causas dos problemas ao mercado, a falta de qualificação, a insuficiência técnica e profissional dos agricultores familiares.

Não se quer afirmar aqui que as inovações tecnológicas não são importantes e que não beneficiam os agricultores familiares, pelo contrário, o que se pretende mostrar é que tudo isso não é suficiente para resolver o problema da agricultura familiar, quando apreendemos que o modo de produção capitalista tem, como uma das suas leis principais, das ferramentas mais sofisticadas, apropriar-se da mais-valia e, definitivamente, dos pequenos capitais, das pequenas organizações; o grande capital expropria o trabalhador

de parte de seu trabalho, apropriando-se da mais-valia produzida pela classe trabalhadora, acumulando e centralizando o capital pelos grandes em torno de grupos e redes capitalistas.

Isso significa que, enquanto persistir o sistema capitalista, os problemas dos agricultores familiares só podem se agravar e, assim, eliminando de forma definitiva a maioria das pessoas do meio rural, transformando-as no exército de reserva industrial, quando não os joga à sorte nas grandes cidades onde se transformam em indivíduos sem perspectivas, vegetando na mais cruel barbárie, fazendo parte dos denominados moradores de rua, levando-os, muitas vezes, a serem chamados de vagabundos e marginais.

De fato, é resultado do sistema capitalista, que tem como único objetivo a geração de “lucro” em favor de uma pequena parcela de capitalistas, os quais dominam toda a sociedade através da exploração direta, da extração da mais-valia, que se divide entre os lucros do capital industrial, comercial e dos juros do capital financeiro, esse, que geralmente é extraído, indiretamente, pela dívida pública, conforme podemos observar nos próximos parágrafos.

O capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém, da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas. (Lênin, 1987. p. 52).

O reflexo disso está na Revista Conjuntura Econômica (2002), que apresenta dados referentes ao pagamento de juros do Governo Federal em 2001, ao sistema financeiro, de R\$ 86,4 bilhões, enquanto que a dívida pública brasileira, em 1994, estava em torno de 151 bilhões de reais, o que, na verdade, é parte do lucro do sistema financeiro capitalista; é o que vêm acumulando-se a cada ano, como as seguintes informações que mostram os lucros de apenas dois bancos brasileiros, o Bradesco e o Itaú, e a fuga de capitais da bolsa de valores. Então, o pagamento de R\$ 86,4 bilhões em 2001, pode representar muito se, comparado com a dívida pública de R\$ 151 bilhões em 1994, tabela XII, capítulo IV.

Banco Itaú lucrou R\$ 1,454 bilhão nos primeiros nove meses do ano de 1999, mais que o dobro do período de 1998, R\$ 685 milhões. No mesmo período, o lucro do Bradesco foi de R\$ 739 milhões. (Folha de São Paulo, 2 de nov, 1999. Dinheiro, p. 1).

Esses dados referentes aos lucros dos bancos, nesses exemplos, apenas o Itaú e Bradesco, confirmam a teoria que sustenta a tese de que a acumulação e a conseqüente centralização do capital torna-se cada vez mais eficaz no sistema capitalista, seja pela elevação da taxa de juros praticados, no caso brasileiro, pela elevação da cotação do dólar norte americano, fazendo com que a dívida pública aumente de forma descontrolada e assustadora, ou seja, de forma controlada pelo sistema financeiro especulativo. Para obter mais subsídios para o debate observamos o seguinte:

Quando parecia que a maior surpresa da atual safra de balanços de bancos seria o resultado de R\$ 1,042 bilhão do Bradesco, anunciado na segunda-feira, veio o Itaú e divulgou ontem um lucro líquido recorde de R\$ 1,457 bilhão no primeiro semestre, 82,08% acima de igual período de 2000. O número supera ao recorde anterior de R\$ 1,099 bilhão, do semestre da mudança da política cambial brasileira, o primeiro de 1999, e não está muito distante do lucro de R\$ 1,841 bilhão obtido em 2000. (Gazeta Mercantil, 1 ago, 2001. p. B-3).

O Bradesco lucra R\$ 1,56 bilhão em nove meses. (Gazeta Mercantil, 30 out, 2001. p. B-1).

Banco Itaú lucra mais de US\$ 1 bi em 2001; 31 bancos lucraram R\$ 11,1 bi em 2001. (Folha de São Paulo, 6 mar, 2002. Dinheiro, p. B-1).

O lucro do sistema financeiro está atrelado à dívida pública brasileira, principalmente, no período do Plano Real. Assim, a dívida pública é conseqüência da exploração e do lucro dos bancos.

Dívida pública já é 55% do PIB, novo recorde e Bradesco compra o banco Cidade por R\$ 366 milhões. (Folha de São Paulo, 26 fev, 2002. Dinheiro, p. B-1 e B-3).

Mas, não são só os bancos nacionais que se beneficiam com a dívida pública e também com a volatilidade da economia brasileira, que está sob domínio do imperialismo norte americano, Lênin, (1987), que aposta e joga através do capital especulativo. Os dados seguintes mostram isso.

Nos 20 primeiros dias de agosto, saiu R\$ 1,194 bilhão em investimentos estrangeiros da Bolsa de Valores de São Paulo. (Folha de São Paulo, 26 ago, 1998. Dinheiro, p. 8).

O país perdeu cerca de US\$ 2,8 bilhões desde o anúncio da desvalorização do real. Ontem, a evasão era de US\$ 1,717 bilhões até às 20h15min. Na véspera, a

saída foi a US\$ 1,093 bilhão. (Folha de São Paulo, 15 jan, 1999. Dinheiro, p. 1).

Enquanto isso, o povo brasileiro, trabalhador empregado, subempregado, desempregado, sem-terra, está cada vez mais pobre e mais miserável, sem perspectivas de vida para uma grande maioria.

Brasileiro empobrece de novo em 1999. (Folha de São Paulo, 5 out, 2000. Dinheiro, p. B-1).

São informações que fundamentam a base teórica e reforçam a tese que indica a expropriação dos trabalhadores pela centralização do capital. Isso é conseqüência de práticas políticas que já começaram em décadas anteriores, próprias do sistema capitalista, quando o Governo brasileiro pagava os compromissos da dívida com outros empréstimos ainda maiores, Prado Jr., (1985).

O imperialismo é o capitalismo chegando a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas. (Lênin, 1987. p. 88).

Portanto, o sistema capitalista, pelo seu poder imperialista, principalmente a partir do domínio das políticas norte americanas que se impõem sobre o trabalhador, que fazem valer o capital sobre a vida das pessoas e sobre a natureza, levam a destruição, cada vez mais, de grande parcela dos homens e da natureza, simplesmente para valorizar e aumentar o capital em poder dos capitalistas.

A sociedade atual está bastante conscientizada sobre a importância da defesa do meio ambiente. Hoje, dá-se mais crédito às instituições que se preocupam com as questões ambientais. Esta deve ser uma prioridade tão importante quanto a renda líquida esperada por todos os que produzem. A extensão rural precisa estar consciente de que sua imagem melhora perante a sociedade quando suas ações estão vinculadas à preservação do meio ambiente e definidas, com clareza, nos objetivos a serem alcançados. (Olinger, 1998. p. 112).

Está certo que existem grupos de pessoas e organizações na nossa sociedade, tanto do setor público como do setor privado, que estão preocupados com os problemas do meio ambiente e têm isso presente no trabalho de assistência técnica aos trabalhadores rurais, incentivando a

produção de produtos agrícolas orgânicos e leite sem resíduos de antibióticos e de inseticidas, que são aplicados nas vacas, Globo Rural, n. 162, (1999). Por outro lado, pode-se afirmar, sem medo de errar, que o capitalista não está preocupado com o meio ambiente; preocupa-se somente em obter o máximo de “lucro” com o mínimo de gastos, ou seja, gerar o máximo de mais-valia sobre o capital antecipado necessário para pôr em movimento o processo produtivo.

Para visualizar isso, na lógica do modo de produção em que estamos inseridos, ou seja, para obter êxito, precisamos voltar ao capítulo I, entender a estrutura em que está fundamentado o sistema capitalista, mudar a nossa forma de pensar e agir e, a partir daí, construir novas estruturas políticas, econômicas, jurídicas e ideológicas que possibilitem imaginar um novo sistema de produção superior ao qual estamos subordinados.

A reprodução de um modo de produção é sempre a decorrência imediata da ação de suas leis econômicas específicas. Se assim não fosse, deveríamos admitir que a imposição político-ideológica seria capaz de criar por si só um modo de produção ou uma ordem econômica reprodutível e, com semelhante admissão, transitaríamos para alguma espécie de idealismo histórico de feição eclética, à maneira, por exemplo, de Max Weber. (Gorender, 1980. p. 50).

Com relação aos problemas dos trabalhadores, da esperança que geralmente permanece entre eles, estão, a seguir, disponíveis, importantes depoimentos de agricultores entrevistados em Tunápolis, gravadas em fitas e transcritas, (identificados com as letras iniciais dos referidos nomes), os quais falam dos seus sentimentos, do desânimo de alguns, da esperança de outros, mas, apesar de tudo, sempre existe a perspectiva de algum dia acontecer a mudança, a construção de um novo projeto que ofereça as condições para uma vida mais humana.

Queremos somente uma política agrícola justa, que a gente consiga pagar, a gente não é caloteiro, a gente fez financiamento, a gente quer produzir com mais qualidade, mas não é justo para a gente produzir, com mais qualidade, produtos que o pessoal consome na cidade, que isso nos custe nossa vida, nossa saúde, a nossa paz de espírito. Isso não é justo. (M. Kr., out/nov, 2001. Entrevista gravada).

Acho que está na hora para que as coisas mudem, para que os governantes comecem a pensar ou, se não que se mude os governantes, para mudar a situação, para que os mais fracos tenham um apoio para melhorar a situação;

precisamos de ajuda, isso tem jeito, acredito que tem jeito de melhorar. (I. J. B. K., out/nov, 2001. Entrevista gravada).

Mas, hoje, o que eu penso é que os antigos agricultores, os velhos vão morrendo, e a agricultura toda à falência. Se continuar assim, deste jeito, não há perspectivas para nada. Esta é a realidade, é a previsão. (I. J. N., out/nov, 2001. Entrevista gravada).

Três meses atrás o preço era em torno de 28 a 30 centavos de reais por litro de leite, e agora, somente 15 centavos por litro. Não temos nenhum lucro, a vontade de continuar trabalhando na agricultura não existe mais, mas, o que fazer, o emprego na cidade é pior para quem só sabe trabalhar na lavoura, temos família, filhos, não é fácil. (A. P., out/nov, 2001. Entrevista gravada).

Se observarmos a quantidade de pessoas, mais os jovens que abandonam a agricultura, francamente, as coisas estão todas erradas; as políticas agrícolas, governo federal, governo estadual, estão todos direcionados para beneficiar as multinacionais, não contribuem para o bem-estar dos agricultores. Tudo visa somente lucro, principalmente, o lucro das empresas multinacionais. (D. L., out/nov, 2001. Entrevista gravada).

O nosso sindicato e a nossa cooperativa não são dos melhores, poderia ser melhor, deixa muito a desejar ainda, não podemos falar mal, deveriam ser nossos órgãos, mas não funcionam como deveriam funcionar. (J. R. W., out/nov, 2001. Entrevista gravada).

Nós temos o grande problema, são muitos produtores, em torno de 500 produtores de leite; às vezes, 20, 30 litros de leite por dia, isto é antieconômico, tanto a recolha, como a própria produção à nível de propriedade. Temos métodos muito complicados, muito difíceis; onde não se devia produzir leite, mas o pessoal por falta de alternativas, por falta de estabilidade parte para a produção de leite. (P. B., out/nov, 2001. Entrevista gravada).

Na agricultura familiar, não se poderia usar veneno em lugar nenhum, porque os vizinhos moram todos perto. Então, uns fazem, outros não fazem, então não resolve. O veneno do outro vem na casa da gente, vem na lavoura da gente, vem na água da gente. Então, a agricultura familiar é uma coisa básica, com cuidado com a poluição, neste sentido. Eu acho que a gente tem que se organizar, no sentido, o povo têm de se preparar mais de fazer organizações populares, associações, trabalhar em conjunto, para conseguir, ter toda sustentabilidade própria, e daí fazer a idéia, quem tem experiência conta para o outro, o que faz o grupo; não é uma coisa que vem de cima, a gente vai construir, em conjunto, que se constrói as coisas; então, também, a família tem mais interesse, não só na amizade, mas também, financeiramente consegue sobreviver. (M. H. K., out/nov, 2001. Entrevista gravada).

Percebemos que, apesar do desânimo da maioria das pessoas entrevistadas, - dos agricultores familiares do município de Tunápolis -, existe a consciência da necessidade de organização e a disposição de resistir e lutar pela sobrevivência através da criação de sindicatos, de associações e de cooperativas, bem como priorizando o social e a vida acima do lucro e do capital.

Afinal, o que se pode esperar para a agricultura familiar enquanto produtores individuais, quando sabemos que o modo de produção capitalista está estruturado na produção coletiva. Isso significa que enquanto persistir o modo de produção capitalista, grande parte dos agricultores, se não todos, vão ser expropriados e os que se mantêm nos setor se transformarão provavelmente em meros assalariados rurais disfarçados de pequenos proprietários agrícolas, quando, do lado oposto, a centralização do capital se acelera até que o próprio sistema capitalista se auto destrói, surgindo um novo modo de produção superior, onde, assim sim, tudo gira em torno da produção da vida.

Por fim, penso que por intermédio desse trabalho possa estar contribuindo para o debate na construção de uma nova sociedade, superior a essa em que vivemos; onde a vida esteja acima do capital, onde os homens sejam humanos e as coisas somente material em função da vida, ou seja, o capital em função dos homens e não os homens em função do capital; a produção do produto como valor-de-uso e não para extrair mais-valia pelo valor-de-troca.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

A QUESTÃO agrária e o desenvolvimento nacional. Florianópolis: UFSC. SUDESUL, 1987.

AUED, Idaletto Malvezzi. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernadete Wrublewski (Org.) **Educação para o (des)emprego**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 190p. p. 109 –131.

_____. **Dois dedos de prosa com Karl Marx sobre o Capital**. (Texto para discussão), UFSC –CSE, 1997.

_____. **Estratégias e contradições na construção da sociedade soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais, (1917 – 1929)**. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Marxismo e Geografia. In: ALBA, Rosa Salette et ali. (Org.). **O ensino da geografia no novo milênio: Ciclo de estudos de geografia**. Chapecó: ARGOS, 2002. p. 13-58.

BOLETIM do Deser. (Departamento de estudos sócio econômico rurais). Conjuntura Agrícola. Agosto/2000, n. 112 e Março/2001, n. 118. Curitiba, PR.

BORTOLETO, Eloísa Elena. Cadeia agroindustrial do leite no Estado de São Paulo: Tendências e demandas. In: **XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Aracaju: SOBER**, 05 a 08 de agosto de 1996. p. 716-736.

_____. **Leite: realidade e perspectivas**. São Paulo: SAA, 1997 95p.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: ed. UFPR, 1999.

CAMPOS, Ginez L. Rodrigues de. Agricultura e integração econômica: a questão agrícola no Mercosul e no contexto das transformações da economia mundial. In: **Teoria e evidência econômica**. Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Passo Fundo –RS. Ano 3, n. 6, nov. 1995. Passo Fundo: FEA, 1995. p. 7-29.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. Negociações multilaterais e regionais sobre serviços financeiros e seu impacto doméstico. In: FREITAS, M^a. Cristina Penido de. (Org.). **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90. Brasília:** Ipea, 1999. 205p. p. 174-200.

CNBB – Exigências evangélicas e ética de superação da miséria e da fome. Documento 69, n. 13, 2002

CUT, 1 **Congresso sindical da agricultura familiar:** Plantando o novo sindicalismo semente de uma terra solidária. Chapecó SC: março de 2001.

_____, **integração:** Gestão na qualificação profissional no meio rural. São Paulo: Dez 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** Campinas: Unicamp, 1985.

DNER. Departamento nacional de estradas e rodagem. 1990.

EPAGRI. Padrões de referência de administração rural da Região do Meio Oeste Catarinense: 1993 a 1998. Florianópolis: Epagri/Videira, SC: Perdigão S. A., 2000. 113p.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Oeste Catarinense:** O caso Sadia. 1996. 310p. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: UFPR, 1998. 275p.

FUNDAF. Fundo de apoio e desenvolvimento da agricultura familiar do Estado de Santa Catarina: Uma opção pela agricultura familiar. Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1998. Mimeo.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 27. ed. 1998.

_____. **O Brasil pós-“milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed. 1981.

GONÇALVES, José Sidnei. **Mudar para manter:** Pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: CSPA/SAA, 1999. 373p.

GONTIJO, Cláudio. **A revolução agrícola no Brasil:** singularidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira: 1850-1930. In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. v. 8, n. 2, 1988. p. 77-91.

GORENDER, Jacob. Globalização, mudanças tecnológicas e novos processos de trabalho e de produção. In: MARTINS DE OLIVEIRA, Flávia Arlanch (Org.). **Globalização, regionalização e nacionalismo.** São Paulo: UNESP, 1999. 287p. p. 129 –140.

_____. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, J. R. do Amaral. (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1980. 212p. p. 43-65.

GRADE, Marlene. **MST: Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista**. 1999. 318p. Dissertação (Mestrado em Economia). –Faculdade de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

_____. Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro. In: **Revista de Economia Política**, vol. 3, n. 4, São Paulo: out-dez/1983.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda e a da pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, Guilherme et al (Org). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

_____. **Ricos e pobres na agricultura brasileira em 1995**. XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal, 1997.

_____. **Vinte anos de desigualdade e pobreza na agricultura brasileira**. Revista de Economia e Sociologia Rural 30(2): p. 97-113, 1992.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBGE. –Censos agropecuários e demográficos. Santa Catarina e Brasil.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. **Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil**. In: Revista Semanal de Economia. ANPEC, Campinas, v. 1, n. 2, p. 147-183, jul/dez. 2000.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Portucalense. 1972.

_____. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **Agricultura familiar: comparação internacional**. v, I. Uma realidade multiforme. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1997.

_____. **Agricultura familiar: comparação internacional**. v, II. Do mito à realidade. São Paulo: Unicamp, 1998.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 2. ed. 1995. 296p.

_____. **Agro-industria y desarrollo economico**. Universidade de Chile: Facultad de Ciencias economicas. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2. ed. 1987.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**, ed. Brasil Debates, 1980, 100p.

- _____. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 4. ed. 1987.
- _____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida: Uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LINS, Hoyêdo Nunes. **Mercosul: destaque para a cooperação**. In: Textos de economia. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. v. 5, n. 1. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 55-75.
- LISBOA, Armando de Melo. **Economia: Oiko+nomos? A linguagem desfigurada**. In: Textos de economia. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. v. 5, n. 1. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 95-120.
- LOCATELLI, Ronaldo L. **Crescimento e desigualdade: uma resenha crítica**. In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. V. 8, n. 2, abril-junho/1988. p. 109-117.
- LOEBENS, Breno José. **A pequena produção familiar no município de Tunápolis e suas perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1994. 50p. Monografia (Graduação em Economia): Faculdade de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.
- LOPES, Mauro de Rezende. Mercados agrícolas e o processo de integração no Mercosul. In: BRANDÃO, Antônio Salazar P. e PEREIRA, Léia Valls (Orgs.). **Mercosul perspectivas da integração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 308p. p. 203-226.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 3. ed. 1985.
- MARTINELLI JR, Orlando. **As tendências mundiais recentes da indústria processadora de alimentos**. In: XXVI Encontro Nacional de Economia. 1998, Vitória, ES. Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia. Vitória, 1998. p. 1449-1471.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 2. ed. 1985.
- _____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **Não há terra para plantar neste verão: (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**. Petrópolis: Vozes, 2. ed. 1988.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global. 6. ed. 1986.
- _____. **O problema camponês na França e na Alemanha**. In: Textos I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**, São Paulo: Difel. 11. ed. 1987.
- MATTEI, Lauro. **O comportamento do emprego rural catarinense no final do século XX**. In: Anais do XXXIX Congresso da SOBER. Recife, 2001.
- MIGUEL, Fábio Luiz Peres. **As estratégias da multinacional Parmalat no Brasil** – uma análise de seus efeitos sobre o setor leiteiro. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Aracaju: SOBER, 05 a 08 de agosto de 1996. p. 882-901.
- MÜLLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população: Estagnação e incorporação regional**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MUSSOI, Eros Marion. **Agricultura familiar: Reflexão a partir de novas perspectivas**. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002. p. 25-57.
- OLINGER, Glauco. **Extensão rural: verdades e novidades**. Florianópolis: EPAGRI, 1998. 113p.
- OLIVEIRA, João A. V.; SCHMIDT, Vanice D. B.; SCHMIDT, Wilson. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPAGRO, 2000, 94p.
- ORLANDO, Alcibiades Luiz. **Pequena propriedade e agroindústria**. Cascavel: UNIOESTE, 1994.
- PEIXOTO, João Paulo M. (org.). **Globalização, política e economia: aspectos comparados**. Brasília: Instituto Tetônio Vilela, 1999.
- PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 31. ed. 1985.
- PREFEITURA Municipal de Tunápolis Santa Catarina. 1990. Histórias de Tunápolis.
- RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 6. ed. 1985.
- SILVESTRO, Milton Luiz et ali. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI, 2001.
- SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed. 1976. 168p.
- SOBERANIA sim, Alca não: Campanha nacional contra a Alca (Org). São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- SOR, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara S.A., 2. ed. 1986.

____ e WILKINSON, John. **As biotecnologias, a divisão internacional do trabalho e o caso brasileiro**. In: Revista de economia política. São Paulo: Brasiliense. v. 8, n. 2, abril-junho/1988. p. 67-76.

STRIEDER, Roque. **Produção agrícola integrada: a emergência humana do trabalhador agrícola**. São Miguel do Oeste: UNOESC, 2000.

TEDESCO, João Carlos. **A lógica produtiva e o camponês: Ambigüidades e ambivalências no espaço agrário atual**. In: Teoria e evidência econômica. Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Passo Fundo – RS. Ano 3, n. 6, nov 1995. Passo Fundo: FEA, 1995. p. 31- 47.

TESTA, Vilson Marcos. (Org.). **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: Proposta para discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247p.

VEIGA, José Eli da. **A Reforma que virou suco: Uma interpretação ao dilema agrário do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

____. **O desenvolvimento agrícola: Uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VICENTE, José R. **Eficiência na produção agrícola e seus determinantes**. In: XXVI Encontro Nacional de Economia. 1998, Vitória, ES. Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia. Vitória, 1998. p. 1493-1510.

VIEIRA, Paulo Freire. **A Pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

WILKINSON, John. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

REVISTAS

EPAGRI. Agropecuária catarinense. v. 10, n. 4. Florianópolis, dez 1997.

EPAGRI. Agropecuária catarinense. v. 11, n. 11. Florianópolis, mar 1998.

EPAGRI. Agropecuária catarinense. v. 11, n. 2. Florianópolis, jun 1998.

EPAGRI. Agropecuária catarinense. v. 11, n. 3. Florianópolis, set 1998.

EPAGRI. Agropecuária catarinense. v. 11, n. 4. Florianópolis, dez 1998.

EPAGRI. Agropecuária catarinense: Administração rural e agricultura familiar. v. 14, n. 1. Florianópolis, mar 2001.

REVISTA AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR, ano 3, n. 3. nov 2000.

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA. Social S. A. Credibilidade que dá lucro. v. 56, n. 2. Rio de Janeiro, fev 2002.

REVISTA GLOBO RURAL, jan 1999, n. 159, ano 14 e abr 1999, n. 162.

REVISTA PRODUTOR RURAL, abr 1999, edição 77, Cuiabá –MT.

REVISTA VEJA, 15 de abril de 1998.

JORNAIS

- Folha de São Paulo**, p. 12 brasil, 5 de maio 1998.
- Folha de São Paulo**, p. 8 dinheiro, 26 de ago 1998.
- Folha de São Paulo**, p. 1 dinheiro, 21 de out 1998.
- Folha de São Paulo**, p. 1 dinheiro, 15 de jan 1999.
- Folha de São Paulo**, p. 3 dinheiro, 2 de fev 1999.
- Folha de São Paulo**, p. 11 dinheiro, 23 de fev 1999.
- Folha de São Paulo**, agrolinha, p. 5-4. 2 de mar 1999.
- Folha de São Paulo**, dinheiro ps. 1 e 7, agrolinha, p. 5-6. 2 de nov 1999.
- Folha de São Paulo**, ps. B 11 e B 1, 5 de out 2000.
- Folha de São Paulo**, B 1, 2 de dez 2000.
- Folha de São Paulo**, B 1 e B 3, 26 de fev 2002.
- Folha de São Paulo**, B 1, 6 de mar 2002.
- Folha de São Paulo**, B 1, 10 de maio 2002.
- Folha de São Paulo**, B 1, 20 de jul 2002.
- Folha de São Paulo**, B 1, 23 de jul 2002.
- Gazeta Mercantil**, B 14, 26 de fev 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 4 e B 16, 23 de abr 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 1, 4 de maio 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 2, 11 de maio 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 1, 6 de jun 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 2, 20 de jun 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 1, 13 de jul 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 16, 27 de jul 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 3, 1 de ago 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 16, 6 de set 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 14, 16 de out 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 14, 23 de out. 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 3, 29 de out 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 1, 30 de out 2001.
- Gazeta Mercantil**, A 6, 31 de out 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 1 e B 14, 9 de nov 2001.
- Gazeta Mercantil**, B 14, 28 de nov 2001.

Gazeta Mercantil, B 16, 17 de jul 2002.

Zero Hora, ps. 22 e 30, 21 de set 1999.

Documento do Histórico de Tunápolis –SC, arquivos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, 1990 e 2000.

Documento da Secretaria da Agricultura Municipal de Tunápolis, 2002.

Transcrição de Fitas: Entrevistas realizadas com diversos agricultores do município de Tunápolis, out/nov, 2001.

Pesquisa de campo: com aplicação de questionários aos produtores agrícolas familiares no município de Tunápolis.

Cartório de Registro de Imóveis do Município de Tunápolis –SC. 2002.